

COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

História

**O EXÉRCITO
NEGRO QUE
VENCEU NAPOLEÃO**

**ALAGOAS:
20 ANOS DE
MATANÇA**

Pesquisa

**COMO O INTERIOR
VÊ O BRASIL
DA REDE GLOBO**



EX-TUPAMAROS

Depoimento Exclusivo: Acabou a Guerrilha!

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 370 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa
Secretário
Osmar Trindade

Redação

José Antônio Vieira da Cunha, Rosvita Saueressig, Jorge Polidoro, Tomás Pereira, Waldoar Teixeira, Elaine Lerner, Lenora Vargas, Marco Antônio Schuster, Rafael Guimarães, Najjar Tubino, Maria Angélica de Moraes, Leonardo D'Ávila, Silvio Corrêa, Marina Wodtke, Lillian Bem, Jorge Gallina, Baru Derkin, Maurício Santos, Pedro Flores (editores, repórteres, diagramadores e fotógrafos), Sérgio Batsow, Edgar Vasquez, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré (arte), Luiz Recena Grassi (Brasília), Gilberto Pauletti (Rio), Geraldo Hasse, Jorge Escosteguy (São Paulo), Gleizer Naves (Belo Horizonte), José Maria de Andrade (Recife), Paulo Marconi (Salvador), Luiz Lanzetta (Florianópolis), Zélia Leal (França), Eva Dürr (Alemanha), Moema Bauer (México), Licínio Azevedo (Moçambique), Caco Barcelos (Nova Iorque), José Reis, Quilida Terezinha Cardoso, Mozart dos Santos (arquivo e laboratório).

Industrial

Francisco Albe (coordenador), Lindomar da Silva, Estela Maria de Carvalho, Sílvia Henri, Edison Ubratan Trindade (revisão), Carlos Milton Rios (produção), Júlio Ferrari, Atil Vinetoni, Percy Dutra (fotolito), Paulo Sá, Ivan Carlos Franco, Hélio Pinho, Júlio César Martins (fotocomposição), Luiz Augusto de Oliveira, Luiz Gustavo Machado, Léo Roberto dos Santos (montagem).

Administração

Eládio Vieira da Cunha

Comercial

Enio Lindenbaum, Francisco Cleber Bressani

Circulação e Assinaturas

Carlos Alberto Wagner, Suzi de Ávila Bérni e Gilberto Taurino.

Números atrasados

A venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar, preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

Endereço

Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 - Porto Alegre - RS
Fones 218984 e 240951 - Telex (051) 1605
Registro nº 33170 / Livro A-1
Impressão: Diário de Notícias

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Afonso Ritter, João Souza, Jorge Polidoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Emanuel Mattos, Baru Derquin, Jorge Gallina, Ricardo Chaves, Sérgio Batsow (Conselheiros de Administração), Antônio Oliveira, Agnes Schiffino, Danilo Ucha, Hermelindo Macedo, Luiz Vitello, Regina Vasques (Conselheiros Fiscais), Assis Hoffmann, Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha, Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Carlos Karnas, Edgar Vasquez, Carlos Domeles, Adélia Yates Silva, Ademir Vargas de Freitas, Ângela Riccardi.

Antônio Brito Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Silvestre, Clarice Aquistapace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bones da Costa, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licínio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Junior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirca Levin, Otacilio Grivot, Paulo de Tarso Riccardi, Paulo Gerson de Oliveira, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig, Sérgio Caparelli, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Osmar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Tomás Irineo Pereira, Alberto André, Sérgio Becker, Antonio Gonzales, Carlos Mossmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavenanski, Lara Schilling Pereira, Maristela Bairos, Luiz Rache Vitello Fº, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintonowicz, Sílvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schimmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Comerciando Cotinho, Carlos Salzano, Laíla Pinheiro, Mariléia Schilling Osório, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flávio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Hortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olivio Lamas, Sílvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lillian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polidoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Livino, Antônio Carlos Malfada, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Luiz Augusto Rebêis de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neusa Tasca, Otília Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzette Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamardo, Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kautitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueiredo, Iraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteche, Neusa Maria Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockymann, Javne Copstein, Raul Ribbenich, Cintia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves Fº, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verliane Maria Silveira, Adriano Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcellos, Sílvia Loureiro, Humberto Andreatta, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Ioner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladimir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Góes, Fernando Guedes, Neltair Rebêis Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najjar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Lavaguerra, Nelson Balbich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Jorge Gallina, Maria Flor da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higinio Cosme Barros, José Eneid Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martin, Ilza Maria Tourinho Girard, Eugenio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanzio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Enio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Sílvio Correa, Juarez Fonseca, Anibal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Orides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Verissimo, José Luiz Goulart Prévadi, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guaracy de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Torresal, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verrus, Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberg, Ubiratara Silva Prates, Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zorano Sanvicente, Riomar Bessio da Trindade, Rômulo Kralitz, Vera Maria Bosak, Raul Quevedo, Ricardo Belsomi, Marta Vieira Coleno, Juvenal B. da Luz Neto, Juan Carlos Gomez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Teixeira, Maria da Graça Seligman, Marcelo Lopes, Ayrton Centeno, Celso Augusto Schroder, Milton Ribeiro da Silva, José Antônio Severo, Baru Derkin, Lucila Camargo e Paulo Marconi.

Associado à

AVOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

Estamos preocupados com uma tesezinha que ganha corpo por aí — a de que só o jornalismo responsável merece a liberdade de informar. É uma tese simpática, não? Aquele que distorce os fatos, que divulga informações falsas, que lança acusações maldosas contra governantes probos não merece esse direito — tão escasso entre nós — conhecido como liberdade de imprensa. Colocada assim, de forma genérica e superficial, qual o cidadão bem intencionado que não será favorável a ela? Mas, será que ela resiste a um pequeno banho de realidade?

Claro que não. No fundo é apenas um argumento para justificar o atual processo de intimidação a que se quer submeter a imprensa, especialmente um certo tipo de imprensa que exerce a sua independência e o seu direito de crítica. Em primeiro lugar, porque o grau de precisão das informações que um jornalista colhe e divulga está diretamente ligado ao grau de liberdade que ele tem para buscar essas informações. Em segundo lugar porque o jornalismo tem uma dinâmica própria que não pode limitar-se à divulgação apenas de fatos comprovados.

Em muitos casos, uma pequena informação não comprovada é que acaba trazendo à tona o resto do fato ou criando condições para que ele seja esclarecido. Watergate, para ficarmos no exemplo já clássico, não começou com pequenas notas sem confirmação e em cima das quais o governo americano jogou toneladas de desmentidos? Quer dizer, um jornal ou um jornalista não muitas vezes tem instrumentos para chegar até o fundo de um fato ou de um episódio. Mas uma pequena ponta levantada numa notícia é indispensável para que ele seja revelado. Uma imprensa que espera ter provas de tudo o que diz é uma imprensa morta.

No nosso caso, é preciso considerar ainda que esse tipo de argumento vem sendo usado para dar base a processos movidos contra jornais e jornalistas enquadrados não na Lei de Imprensa, que já é excessivamente dura, mas na Lei de Segurança Nacional que é uma lei terrível. E o que têm feito esses jornais e jornalistas? Têm criticado o governo, têm divulgado acusações de corrupção na alta cúpula do poder. O governo diz que as críticas são mal-intencionadas ou falsas, mas não prova. Ele mesmo decide que os seus críticos são irresponsáveis e ele mesmo trata de julgá-los por um tribunal de exceção.

Quer dizer: o jornalista não tem acesso às informações dentro do governo e o governo acha que não tem obrigações de justificar ou esclarecer nada. Exige, porém, que as críticas a seu respeito sejam precisas e com provas indiscutíveis. Alie-se isso ao fato de que, hoje no Brasil, o governo escolhe os jornalistas que devem escrever a seu respeito, através do credenciamento, e tem-se claro que só é considerado responsável neste país quem divulga aquilo que o governo quer.

O editor

A luta contra o custo de vida

Parabéns a toda a equipe do Coojornal pela linha cada vez mais conseqüente e justa que vem imprimindo ao jornal, sempre em defesa dos interesses do povo. Como leitor assíduo e divulgador deste jornal, através do qual tenho conhecido bastante a história do Rio Grande do Sul, quero fazer-lhes uma sugestão.

O jornal *Movimento* nº 171, na matéria "As greves contra a carestia", fala da concentração realizada no Rio Grande do Sul em seis de julho de 1952, que foi reprimida; em resposta, foi decretada uma greve em 27 cidades gaúchas.

Como vivemos um período em que o custo de vida se constitui num grave problema do povo, que procura se organizar em luta contra ele, seria de grande importância este jornal fazer uma matéria a respeito das lutas que o povo gaúcho travou na década de 50 para servir de inspiração aos que hoje procuram honrar os heróis do passado.

A história é feita pelas massas e é na experiência do passado que se deve buscar lições para novas lutas em rumo da liberdade.

Na certeza de aprender mais um importante capítulo da história do povo gaúcho, espero que este valoroso jornal dê esta importante contribuição ao incipiente movimento contra o aumento do custo de vida em nosso Estado.

Brasilino Teixeira, Porto Alegre, RS
Nota da Redação: Obrigado pela sugestão.

"Nós, brasileiros, sacrificados..."

Nós, brasileiros, há 14 anos estamos nos sacrificando, pressionados por um regime de exceção; pelo poderio militar; pela exploração multinacional; pela censura à maioria dos meios de comunicação; enfim, uma série de anormalidades que nem precisamos enumerar, nos forçando a um silêncio total.

Tivemos uma geração sacrificada por tudo isto. Uma Revolução que interrompeu todo um processo de desenvolvimento em "prol" de uma melhor distribuição de renda e um desenvolvimento acelerado. Mas o que podemos ver no passar dos anos foi um empobrecimento da maioria e uma maior concentração nas mãos da minoria.

Porém, com todo este fechamento, estamos começando a nos reorganizar, lenta e gradualmente. E, lamentavelmente, as manifestações populares continuam sendo dispersadas à força.




Na última semana de agosto 22 estudantes foram presos, e num manifesto contra o custo de vida outras 13 prisões foram feitas. Depois, num manifesto estudantil no Largo São Francisco, também em São Paulo, mais seis prisões, sendo que neste último juntaram-se batalhão de choque e cavalaria. Mais parecia um preparativo para um discurso do general Figueiredo, pois o cheiro dos cavalos e seus estrumes superava o cheiro do povo.

Entendo que agora devemos parar, olhar e caminhar para uma única posição político-ideológica: o bem-estar da maioria.


Clairton Porto, São Paulo, SP

Tiragem desta edição: 31 mil exemplares

NESTA EDIÇÃO:

5/15	Idéias & Opiniões		Haiti: 175 anos de revolta do exército negro que derrotou Napoleão	26
8	Poder & Política: as perspectivas políticas para o próximo ano		Amazônia: a ação das 100 maiores empresas internacionais do setor agrícola, incentivadas pelo Governo	28
16	Um crime com 11 anos de idade e quatro testemunhas mortas		ex-TUPAMAROS O primeiro depoimento que os famosos guerrilheiros uruguaios fazem à Imprensa	33
18	PESQUISA: A influência da televisão nos hábitos de uma pequena cidade		Libertad: a minuciosa descrição dos métodos no presídio político mais sofisticado da América Latina	36
20	O extermínio da família Mendes em 20 anos de vingança política em Alagoas		Leituras	38
24	MESA REDONDA: O que pensa a novíssima geração sobre o autoritarismo na escola e na família		Luis Fernando Verissimo e o exercício do voto	40

ASSINE o
COOJORNAL!



"Golbery gênio? E de que raça?"

Muito boa a matéria "Golbery, poder e silêncio", publicada no **Coojornal** de setembro. O tom de isenção com que o redator discorreu sobre o famigerado chefe da Casa Civil do presidente Geisel prova a linha de imparcialidade desse valoroso mensário.

Não obstante, tenho para mim que a aludida reportagem bem poderia ter nomeado os subservientes que têm o todopoderoso general como "gênio da raça".

Gênio, por quê? E de que raça? A propósito de tamanha sabujice, vale recordar, à guisa de deplorável curiosidade de nosso subdesenvolvimento, que entre os áulicos de todos os governos sempre se observou a ridícula tendência de *mitificar* certas "personalidades".

Assim, por exemplo, à época de Vargas, não foram poucos os que divinizaram o capanga-mor do ditador — o célebre tenente Gregório — chamando-o de "Anjo Protetor" do chefe da Nação. A seguir, após a queda da ditadura, o famoso general Goes Monteiro, que teria sido o autor da façanha, passou a ser apontado como "um dos maiores estrategistas do mundo". O falecido senador Vitorino Freire, à época do governo Dutra, por sua grande amizade com este, também foi festejado como um "gênio político".

Como se vê, o folclore continua se enriquecendo, agora com esse inacreditável "gênio da raça", dado ao general Golbery. Saiba-se, porém, que aqui, em Brasília, a autoria desse cognome é atribuída nada mais nada menos que ao senador Braga Júnior, da Arena do Amazonas, onde, por sinal, é popularmente conhecido pelo significativo apelido de *Braga Burro*.

José Pereira, Brasília, DF

Coragem

Parabéns pela coragem nas reportagens. Anécio C. Ribeiro, Taubaté, SP

Obrigado

AGRADECEMOS RECONHECIDAMENTE AS ATENÇÕES DISPENSADAS AOS ALUNOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DURANTE A VIAGEM DE ESTUDOS A PORTO ALEGRE



Universidade Estadual de Londrina

Prof. Leangi Severo Alves
Prof. Ubiratan de Oliveira Alves

SANTIAGO

Os ideais dos governantes

É interessante e triste a gente encontrar no Brasil a formulação de uma série de paradoxos, ou contradições, que nos induzem a duvidar dos verdadeiros ideais dos nossos governantes.

Dando-se atenção à campanha de divulgação do Projeto Rondon nós vamos encontrar uma frase linda, muito bem construída, que faz renascer os espíritos pátrios toda vez que ela é pronunciada: "Integrar para não entregar".

Porém, num local muito próximo de onde os estudantes se empenham em sacrifícios para melhorar um pedacinho de terra brasileira, nós vamos encontrar um senhor americano, muito respeitável, digno da mais alta confiança por parte dos senhores do nosso governo, dono de uma quantidade de terra igual à de um país europeu, benevolmente entregue pelo nosso governo.

Estou-me referindo, é claro, ao dono do projeto Jari, onde se pode aplicar com exatidão a frase "entregar para não integrar".

Ermani Sartori, João Pessoa, PB

"Fizeram da imprensa um robô e esqueceram o homem"

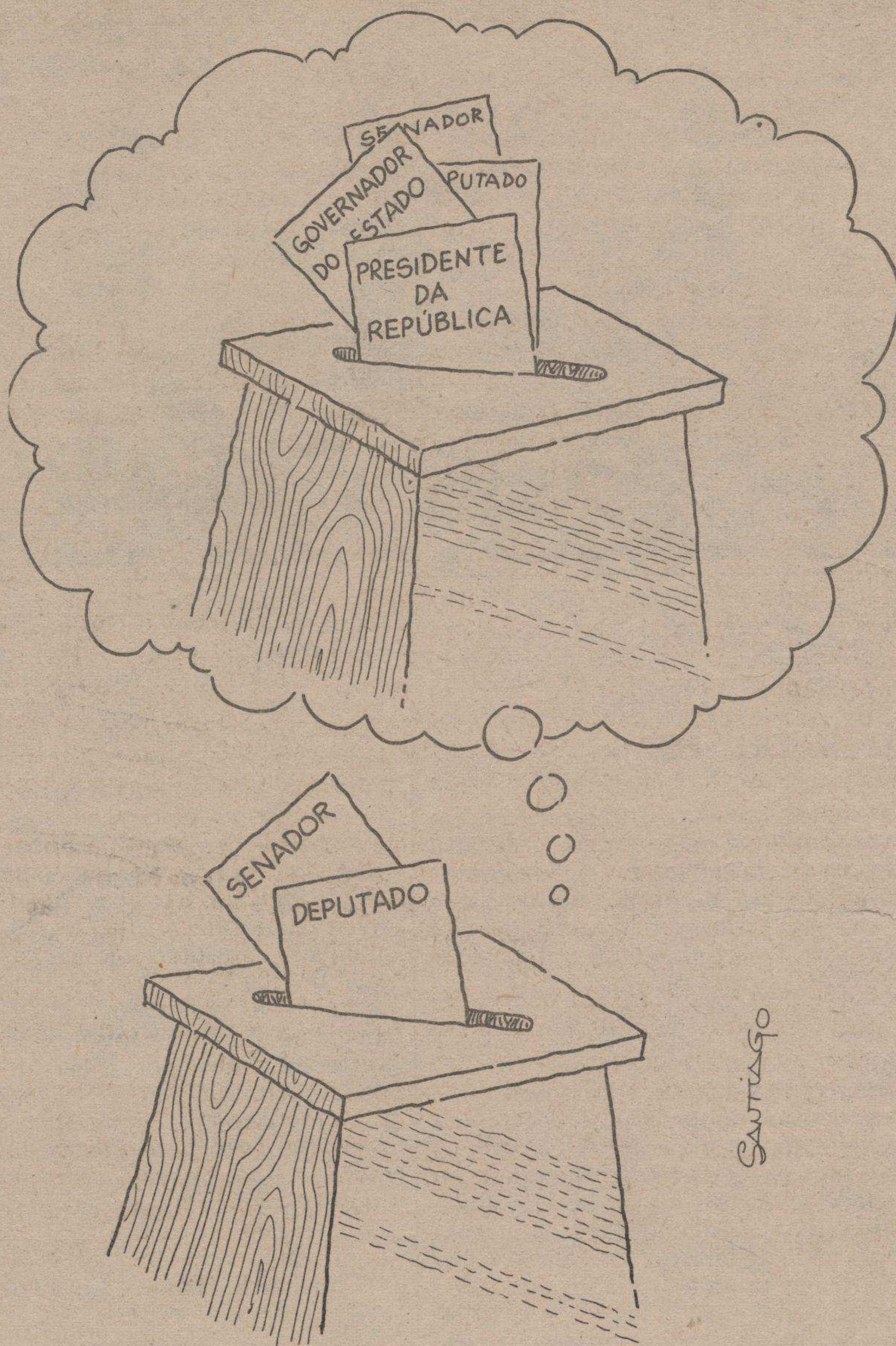
Há algum tempo um grande jornal de São Paulo trouxe interessante depoimento de Nelson Rodrigues, o grande teatrólogo que todos conhecemos. Ele, ao se referir à nova imprensa, o faz com muito ceticismo, com saudade dos velhos tempos da imprensa matutina, vespertina, noturna. Naquela época não havia o corre-corre dos tempos atuais, que hoje mutila o que de melhor poderiam dar os profissionais da imprensa aos leitores: boa informação vazada numa linguagem menos artificial, menos padronizada.

O desencanto é também de gente da experiência do autor de Quarup, Antonio Callado: "Não vejo liberdade de imprensa porque a imprensa depende do capital estrangeiro para viver. As grandes agências de publicidade são estrangeiras".

Eu mesmo, sempre que visito redação de jornal, observo a preocupação mor: faturamento!!! Comércio como qualquer outro, o jornal está atado às necessidades financeiras do seu dono e este às necessidades ideológicas dos patrocinadores. Isto me faz lembrar uma frase de L. Carlos Prestes a Aliomar Baleeiro: "Nunca haverá reforma agrária no Brasil porque dois terços dos homens aqui na Câmara Federal são filhos ou genros de fazendeiros". E diria eu: nunca haverá imprensa para o povo porque os donos da pecúnia lutam para manter o *status quo* a ferro e fogo...

Num mundo que se deteriora em tudo e por tudo, a imprensa não poderia escapar ao mal... Na "explosão de saber", no desenvolvimento anômalo ocorrem coisas assim. Inovou-se o máximo na técnica, fez-se da imprensa um robô, mas esqueceu-se de que para fazer imprensa há mister investir no homem. Criar faculdades de comunicação não é promover a formação dos verdadeiros talentos, que estão afastados das redações. A carreira jornalística deveria ser para os mais abnegados, longe de todos os aproveitadores, dos picaretas, dos inimigos do povo. Mas, desgraçadamente, parte da imprensa se transformou num grande mercado a serviço do capitalismo de direita, de esquerda e de centro, cada qual temperando o peixe a seu bel-prazer.

J. B. L., Londrina, PR



SANTIAGO

"Não creio que a Igreja possa opinar sobre política e Direitos Humanos"

Todos sabem que bem antes da II Guerra já existia o *truste* e o *holding*, operando e orientando com seus imãs os ponteiros dos grandes mercados do mundo capitalista. Após a guerra, esse domínio se diversificou e passou a tomar conta dos países subdesenvolvidos, ganhando o conhecido nome de multinacionais.

Depois dos europeus e americanos se infiltrarem por aqui, ganhamos também a colaboração dos japoneses. E se é que alguns acreditam que elas nos trazem tecnologia avançada e alguns empregos, é inegável que esraçalham a nossa balança de pagamentos, eis que a maioria delas trabalha na indústria de transformação (o mais eficaz dos setores de substituição das importações), afundando assim cada vez mais o nosso endividamento externo e acumulando um grande potencial de remessa de lucros.

Mas onde quero chegar é na multinacional que já foi, ou seja, a Igreja. No **Coojornal** de setembro foram publicados trechos de uma palestra do padre Xabier Gorostiaga, um jesuíta basco que diz trabalhar junto às favelas dos índios e dos camponeses do Panamá, pronunciada recentemente num estabelecimento religioso em Porto Alegre. Ele diz que se sentiu surpreso ao constatar que, no Brasil, acredita-se que a democracia relativa é um invento das classes dirigentes nacionais, eis que desde 1960 ela está muito bem pensada em Nova Iorque. Diz também que está surgindo uma nova igreja, que se põe a favor dos setores populares.

Pois bem, ele falou muito bem na atuação e no perigo das multinacionais, mas ao afirmar que do poder, da cultura e da riqueza não se pode criar justiça, esqueceu-se de que a Igreja já foi a maior fonte de poder e de riqueza que existiu sobre a face da terra. Hoje a Igreja não detém mais o poder de controle sobre o Estado, não possui mais as fortunas babilônicas de antes, e também não influi mais ideologicamente como já influiu. Daí torna-se claro o porquê de um combate tão acirrado em cima do poder, da riqueza e da cultura.

É sabido que muitos papas, em séculos passados, faziam contatos de interesses com ditadores da Europa, com o objetivo único de recuperar terras perdidas pela Igreja nas constantes batalhas da época. E hoje continuamos a observar o grande envolvimento da Igreja com os problemas políticos onde ela exerce alguma influência, e apesar de que considero muito justa a luta pelos Direitos Humanos, bem como a total normalização dos impasses gerados dentro de uma nação e criados por este ou aquele modelo político, não creio que possa competir à Igreja opinar a respeito, eis que isso pode ser um ato muito patriótico, porém nada religioso. Afinal, não são os dogmas que regem a constituição religiosa?

Na minha opinião, política e religião não resultam jamais em mistura muito agradável, e o simples fato de o sr. Gorostiaga condenar a cultura, indica que ele é chegado a processos alienatórios e radicais, mas estes, felizmente, nos nossos dias não pegam mais.

João Paulo Ceccatto, Santana do Livramento, RS



SANTIAGO

Nota — As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas.

O paraíso que Mao deixou

O *Correio Braziliense*, na sua edição de 08 de outubro, publicou o relato de uma viagem de Ernesto da Silva, um dos pioneiros de Brasília (que também é autor de uma das histórias da cidade). A matéria, com o título "A Nova China", registra, dentre outras coisas, o que resumirei.

"Na República Popular da China não há: tóxicos, prostituição, moléstias venéreas, play-boys, menor abandonado, pedintes, gorjetas (o chinês é de uma dignidade impressionante), falta de teto (moram modestamente, mas todos têm o seu teto), fome (a produção de legumes é de meio quilo por pessoa), analfabeto (a taxa é ridícula: um por cento), pornografia, assaltos ou terrorismo, ladrão (o nosso intérprete nos disse que teoricamente não há e nós estivemos em dois hotéis, onde não havia chave na porta), religião oficial, advogados, inflação".

Outros pontos interessantes, segundo o mesmo relato: homens e mulheres se casam tarde e quase sempre virgens; há divórcio mas é pouco utilizado; a mortalidade infantil é de 16 por mil; não existem crianças desnutridas; pratica-se a medicina ocidental em combinação com a medicina tradicional (ervas, acupuntura, etc.); o regime é de tempo integral nas escolas; o aluguel da casa representa de 10 a 12% do salário, incluindo despesas de água, luz e aquecimento; a média de metros quadrados utilizados por pessoa é de 15 a 17.

Meu Deus, se tudo isso representa uma realidade, a milenar pátria de Confúcio se tornou, após a Revolução Cultural, um verdadeiro paraíso.

Que me perdoe o deputado José Bonifácio e outros que ojerizam o comunismo, mas por que será que Mao não nasceu brasileiro ou então o presidente Hua e seus assessores não vêm ministrar as nossas autoridades cursos sobre como transformar o país do futebol num éden como o descrito acima?

Raymund Lung, Brasília, DF

"E a Transamazônica, onde parou?"

Sugiro uma reportagem sobre a atual Transamazônica: que fim levou o projeto? É verdade que se tornou algo tão caro que se transformou num projeto quase impossível? O governo é o culpado por não ter feito um estudo mais detalhado?

Também poderiam fazer alguma reportagem sobre o famoso projeto Jari e outros similares que surgiram no Brasil.

Jefferson Banderó, Santa Maria, RS

Nota da Redação: O projeto Jari foi assunto na edição de setembro e em outras anteriores do *Coojornal*. Quanto à Transamazônica, a sugestão está anotada.

Alegria

Por gentileza dos editores da Revista *Campo*, daqui de Campo Grande, fui regamente brindado com a assinatura do *Coojornal*, do qual tão tardiamente tomei conhecimento. Não adianta pedir desculpas pelo atraso; o azar foi (e é) todo meu. Vocês já devem estar cansados de ser parabenizados, mas faço questão de registrar a minha alegria pelo sucesso profissional e realização pessoal de vocês, que permito-me estender a todo o sistema cooperativo.

Luiz Edundo de F. Freire, Campo Grande, MT



"A Coca-Cola tem subornado em 37 países"

O leitor Ronaldo Cruz comenta em carta ao *Coojornal* de setembro o boicote à Coca-Cola, considerando "quixotesco" boicotar "a coisa mais típica do American Way of Life" como uma forma de luta democrática contra ditaduras sangüinárias apoiadas pela Coca-Cola.

Pois bem. A "guerra das garrafas" ainda é de memória de muitos gaúchos (a Coca quebrando as garrafas da Pepsi). No mês passado, o governo mexicano suspendeu as vendas da Coca-Cola porque a empresa havia feito uma campanha de vendas na base de prêmios que não correspondiam ao anunciado. Foi forçada a sair da Índia quando este país exigiu que fosse revelado a sua fórmula de fabricação. Tal revelação mostraria um produto viciador com uma composição química altamente nociva ao organismo humano, um produto usado para desentupir pias e retirar adesivos de multas de trânsito (o único solvente que conseguiu fazer isto). A revelação da fórmula também mostraria a base de seus lucros excessivos, mais altos fora do que dentro dos EUA.

Tem utilizado subornos em pelo menos 37 países, e no Brasil tem logrado alterar em seu favor a legislação vigente. Através de seus ternos e suas gravatas, a publicidade positiva de seu produto, e a sua participação na filantropia, os executivos Coca-Cola segue no caminho dos gangsters Al Capone e John Dillinger, deixando uma trilha de destruição e morte em seus passos. Só que a sua luta pelo mercado não se restringe a Chicago, mas é global: atuam em 139 países.

Quanto a considerar o boicote quixotesco, considero tal conclusão precipitada e míope. A libertação nacional da Índia começou para valer quando o seu povo deixou de comprar a roupa inglesa feita com matéria-prima indiana e vendida ao consumidor por preços altamente inflacionados, daí enriquecendo os ingleses e mantendo os indianos como uns subdesenvolvidos explorados, empobrecidos, reprimidos e submissos na ilusão de que o que era bom para a Inglaterra era bom para a Índia.

Por outro lado, o povo nicaraguense está se liquidando numa luta fratricida e idiota que já persiste há quarenta anos, os cubanos encontram-se hipotecados à União Soviética, os chilenos vivem há cinco anos numa versão sul-americana do nazismo, a fome e o desespero mundial aumentam sem sinal de alívio, a indústria mundial de armamentos não pára de crescer,

cer, e multinacionais como Coca-Cola, IBM, Exxon e General Motors continuam aumentando seus lucros a todo ano.

Enquanto os povos do Terceiro Mundo continuam consumindo as porcarias desnecessárias e destrutivas feitas por tais organizações, serão escravos dos interesses do pequeno grupo de magnatas fora-da-lei que controlam as coisas no mundo atual.

A meu ver, a não-violência inspirada pela fé em Deus e seu caminho de amor é a única forma viável, legítima e com possibilidade de triunfo a longo prazo na luta pela libertação de qualquer ser e povo oprimido e explorado. Como as multinacionais atuam de forma global, devem ser combatidas por meio de boicotes globais. Afinal de contas, é a todos nós que as multinacionais exploram e tratam de oprimir através de regimes testas-de-ferro, compostos de pigmeus de caráter subvertidos e corrompidos pela força do dinheiro a atuarem contra as aspirações e os interesses das nações e povos que "governam".

Christian K. Hansen, Nova Friburgo, RJ

"O que fazer, meu Deus?"

Gosto muito de ler este jornalzinho e quero dar minha contribuição, perguntando o que fazer contra essa enorme falta de amor ao próximo, em contraposição aos anseios de ganhar fortunas nem que seja em detrimento a legiões de pessoas.

Um fato que se deu em minha casa notei em outras famílias. Comprei uma sala de jantar numa das lojas da cidade. Antes de meio ano quebraram-se as cadeiras. Telefonei à loja contando o fato. Quem me atendeu perguntou pelo preço que eu havia pago pelas cadeiras, sabendo que eram cadeiras de preço popular, apesar de serem estofadas de veludo. Então o homem perguntou: "O que a senhora queria com cadeiras tão baratas?" Respondi: "Senhor, então o pobre não tem direito a possuir cadeiras que durem? Olhe, eu ainda tenho as cadeiras velhas da cozinha de minha mãe e eram as mais baratas da época".

Nova resposta: "Minha senhora, a senhora deve ter usado demais as cadeiras". Não me arrepi e disse: "O senhor deveria ter-me avisado antes que as cadeiras eram apenas para ser olhadas".

Mas não faz mal, eu vou mandar colocá-las na frente de sua loja com uma placa bem grande dizendo que elas foram compradas nesta loja". Não me adianta citar o nome da loja, pois todas recebem das mesmas fábricas. Em vista desta ameaça a firma resolveu mandar buscar as cadeiras, mas a colação que fizeram não durou nada. Isto parece anedota mas não é. É verídico.

Após um ano meu marido comprou outra dúzia de cadeiras com palhinha no assento, quebraram que foi uma vergonha. Outro ano, na mesma loja (e não adianta mesmo, pois todas as lojas têm as mesmas cadeiras) meu marido comprou a terceira dúzia de cadeiras, mais bonitas, torneadas, elegantes, de aspecto bem bonito. Palhinha no encosto e no assento. Mas oh! Não se sentem muito! Tenho novamente mais da metade quebradas. Até parece que somos masoquistas.

Minha filha casou e recebeu a sala de jantar já usada da sogra. As cadeiras se quebraram. Mais tarde recebeu a sala de jantar da cunhada. A quinta série de cadeiras quebradas.

Isto é o que senti de perto. O que fazer? Como permitir que todas estas fábricas continuem pregando as cadeiras com

pregos e vendendo móveis que são só umas casquinhas?

E o que dizer das tampas dos vasos sanitários, que quebram a todo momento? Compramos novas tampas a cada mês, já faz parte até do rancho.

Os sacos para lixo também, são tão fracos que não agüentam o lixo de uma manhã.

O que fazer, meu Deus? Sou uma leitora, entre tantas que se vêem lesadas a cada compra.

Maria das Dores, Porto Alegre, RS

O milionário

Na brilhante reportagem sobre a candidatura milionária do sr. Cláudio Strassburger, que o *Coojornal* de outubro publicou, só faltou acrescentar uma coisinha: ele também conta com a franca "simpatia" de nossa imprensa. Anexo um exemplar do *O Jornal*, de São Borja, que dá uma grande foto do homem na primeira página, ao lado do garoto-propaganda Teixeira e sua musa Méri Terezinha. Macacos me mordam se este Strassburger não for o mais votado pela Arena gaúcha!

Carlos Didonet, Alegrete, RS

Dupla Arenista Promove Comício-Show Em SB



QUATRE MIL PESSOAS FORAM OUVIR E APLAUDIR TEIXEIRINHA E MARI TEREZINHA. QUANTAS DESSE TOTAL VOTARÃO POR FRANCISCO NAPOLEÃO E ADÃO HOUAYEC NA PRIMEIRA VOTAÇÃO DO COMÍCIO-SHOW EM SÃO BORJA.

Jornal - Francisco Napoli e Adão Houayec Debaterão No Centro Cultural

— Trabalhadores Rurais Poderão Beneficiar-se Do PIS

Ética, liberdade e soberania

Analisando o Código de Ética dos Jornalistas deparei com o item sete que diz: "O jornalista deve pugnar pela soberania nacional em seus aspectos políticos, econômico e social".

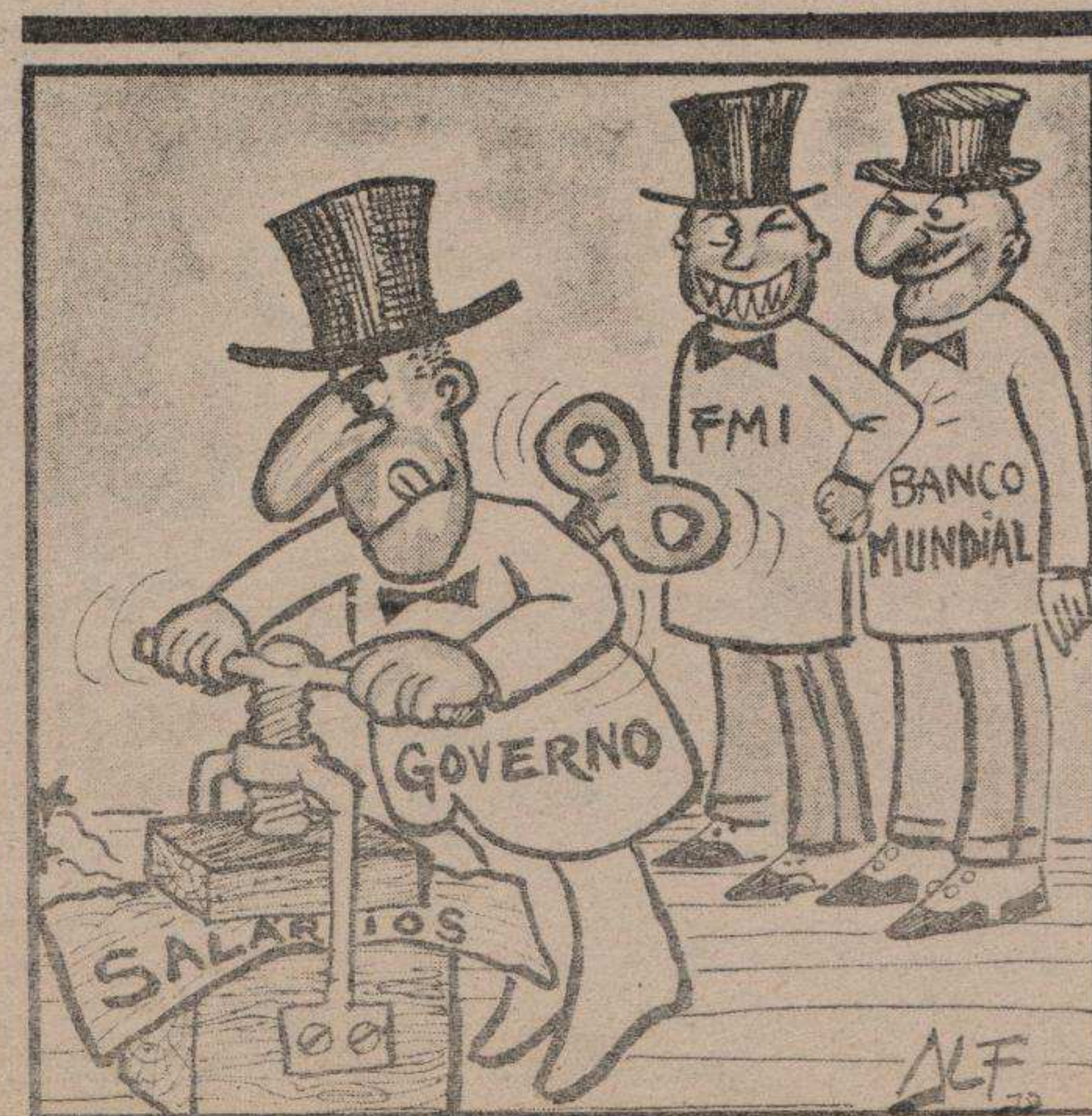
Parece-me, analisando os fatos que correm no mundo, que uma nação, para poder exercer sua soberania, necessita de um povo livre e com garantias institucionais. Um povo consciente do que quer e do que precisa. Um povo que saiba para onde caminha a nação e que saiba fazer da nação o seu caminho. Um povo livre tem que ter igualdade de direitos e poder expressar os seus anseios e as suas necessidades. Só então poderá o povo formar verdadeiramente uma nação e lutar pela sua soberania. Um povo insatisfeito e carente não forma uma nação, não passa de uma conglomerado humano.

É preciso colocar também o que é soberania nacional. Parece que muitas nações a interpretam de forma imperialista, realizando a espoliação de outros povos. Evidentemente cabe a esses povos lesados a luta em defesa dos seus direitos.

Para exercer a soberania nacional é preciso, sim, defender e resguardar a nação nos seus direitos, mas é preciso também, e antes de tudo, defender os direitos do povo dentro da própria nação; e isto não pode ser feito sem garantias institucionais e sem liberdade de imprensa. Se a nação é espoliada por outras nações o povo é quem sofre duramente as conseqüências.

Como pode o jornalista exercer eticamente sua profissão se ele não tem liberdade para conscientizar o povo sobre o que aconteceu ao seu país? Como defender verdadeiramente a soberania nacional? O que pode uma simples frase do Código de Ética?

Marília Cabral de Lemos, Porto Alegre, RS



PARANAGUÁ

O Jango que Moniz inventou

Uma análise da última obra de M. Bandeira, por Fernando Kolleritz



Uma análise da última obra de M. Bandeira, por Fernando Kolleritz. O livro "O Jango que Moniz inventou"...

Moniz Bandeira, jornalista, escritor e jornalista. O livro "O Jango que Moniz inventou"...

Imprensa: o medo no lugar da censura

No final de outubro (26 a 28), jornalistas de todo o país reuniram-se, em São Paulo, para o I Congresso Brasileiro pela Liberdade de Imprensa. Poderia parecer paradoxal a iniciativa, justamente num momento em que se alardeia a descompressão política, os jornais não têm mais censura e, tem-se a impressão, a imprensa está publicando tudo.

No entanto, as denúncias levadas ao congresso, mais meia dúzia de fatos recentes, alguns deles ocorridos durante o próprio encontro, demonstram que ele foi realizado num momento mais do que oportuno. A veiculação livre de informações continua sofrendo as mais sérias restrições em todo o país.

A evidência mais grave é a de que o governo está disposto a manter a imprensa sob controle, substituindo a censura direta que esteve em vigor até três meses atrás, por uma modalidade mais cômoda de restrição: a autocensura.

O primeiro dia do Congresso pela Liberdade de Imprensa, por exemplo, transcorreu sob o impacto da notícia de que o jornalista Antonio Carlos Ferreira, secretário do semanário Movimento havia sido enquadrado em processo com base na Lei de Segurança Nacional. Motivo: uma matéria publicada na semana anterior sobre as denúncias de corrupção envolvendo integrantes da cúpula do governo Geisel, sob o título Geisel num mar de lama.

No encerramento, mais um fato comprovando a intenção de intimidar: o repórter Evandro Paranaguá, há 11 anos credenciado, para fazer cobertura no Palácio do Planalto, teve sua credencial cassada. Motivo: um artigo, publicado a 18



Os jornalistas de Brasília no almoço de desagravo a Paranaguá

Morieira Maris/Ba

de outubro no Estado de São Paulo, sobre a ação dos órgãos de informação e intitulado Os que nos julgam.

O interessante no caso de Paranaguá é que o governo ameaçou-o com um processo por informações falsas. Mas como o repórter contra-atacou, afirmando que, se necessário, poderia provar o que havia escrito, houve o recuo. A Assessoria de Imprensa da Presidência da República optou pelo descredenciamento puro e simples.

Esse quadro, que já tinha como precedente o enquadramento, também na Lei de Segurança Nacional, do jornalista Hélio Fernandes, da Tribuna de Imprensa do Rio, foi completado dias depois com uma ação do governo, no mesmo sentido contra os diretores do semanário carioca Pasquim, que também publicou em uma de suas edições a manchete sobre o "Mar de Lama".

A situação ainda revela um agravante: como as medidas restritivas e atemorizadoras estão atingindo ou a profissionais, diretamente, ou aos órgãos mais indepen-

dentes e combativos, os jornais da chamada grande imprensa adotam uma posição de espectadores e, às vezes, contribuem até para dar a impressão de que apenas os irresponsáveis estão sendo punidos.

A cobertura que os principais jornais deram do encontro dos jornalistas em São Paulo é um sintoma disso. Era um congresso pela Liberdade de Imprensa, mas pode-se dizer que foi boicotado pela imprensa, que se limitou a dar pequenos registros genéricos. A causa, provavelmente, está no fato de que uma boa parte das denúncias feitas pelos profissionais diziam respeito exatamente ao comportamento das grandes empresas jornalísticas que, freqüentemente, mantêm seus interesses comerciais e políticos acima dos interesses dos leitores. Tanto assim que uma das questões mais discutidas foi a proposta (aprovada, ao final) de que os profissionais se organizem dentro das redações de forma a poderem interferir mais nas decisões sobre o que os jornais publicam ou não.

"Fazer do crítico um traidor revela a pior vivência política"

Escrevo ao Coojornal a propósito da entrevista "Moniz: o populismo revisado", publicada na edição de setembro último.

Assinei um comentário crítico ao livro sobre o Governo João Goulart, da autoria de M. Bandeira. Na entrevista acima referida, Bandeira afirma que a resenha "não é de um elemento de esquerda mas de um submarino da reação". Ele esclarece em seguida que isso lhe parece perfeitamente claro quando se sabe que o autor da resenha "colaborou generosamente com as autoridades do Cenimar (Centro de Investigações da Marinha), quando foi preso". Ele diz ter lido um depoimento prestado ao Cenimar em que, segundo entendi, teria sido incriminado pelo mesmo resenhista. Acaba concluindo que "desse sujeito sei apenas que é um delator, um colaboracionista". O nome do resenhista e traidor aparece na entrevista como sendo Fernando Polaridez.

Ora, eu, Fernando Kolleritz, assumo a resenha e continuo achando o livro uma obra-prima de desinformação. Cabe aos leitores julgar o meu artigo. Posso depor a respeito que, entre críticas e elogios, ninguém a achou reacionária, salvo o próprio interessado, autor do livro. Gostaria que os leitores do Coojornal pudessem ler a resenha, pois teria assim a oportunidade de julgar da objetividade das apreciações de M. Bandeira. Saliento que a crítica foi publicada em Versus que pode, julgo, ser acusada de tudo, menos de reacionária (Versus nº 18, fevereiro de 1978, p. 9).

A resenha, de qualquer forma, deve ser julgada pelo que diz e não pela imputação de ser um traidor quem a escreveu.

Chego assim à acusação infamante e infame. Declaro não ter sido nunca preso pelo Cenimar, desconhecer por completo a existência de um depoimento meu neste órgão repressor, não ter, em momento algum de minha vida, citado o nome de M. Bandeira em qualquer depoimento policial. A acusação, terrivelmente grave, é mentirosa.

Em 1964, morava então no Rio, como quadro das Ligas Camponesas, fui perseguido pela polícia, provavelmente pelo Cenimar, tendo conseguido fugir para a Europa sem ser preso. Lá fiquei mais de três anos. O processo que adveio desta militância e que incluiu outras organizações foi julgado em 1970. Não fiz, em instância alguma, depoimento referente a este processo. Dele, fui absolvido por prescrição. Em 1968 voltei para integrar a luta armada no País. Fui preso em São Paulo em meados de 1970, interrogado pelo Deops e pela Oban, não pelo Cenimar. Cumpri dois anos e oito meses de prisão. Nenhum dos dados que vosso entrevistado oferece para objetivar suas acusações é, portanto, verdadeiro.

M. Bandeira foi ferido nos seus brios intelectuais ou contrariado nas suas opiniões políticas; é custoso acreditar que alguém possa se utilizar de tal cinismo difamatório porque é incapaz de aceitar a contradição, de receber a discordância. Fazer do crítico um traidor revela — estou sendo ponderadíssimo — a pior das vivências políticas.

Fernando Kolleritz, São Paulo, SP

Críticas na Argentina? Só com sotaque britânico

Sob rígida censura, receando a extrema direita que age com carta branca, a imprensa argentina tem sido, para dizer o mínimo, cautelosa. A única voz que se levanta contra o regime militar possui, ironicamente, sotaque britânico. É a de Roberto Cox, editor do diário Buenos Aires Herald, redigido em inglês e, apesar disso, uma pedra constante no coturno do general Jorge Videla. Por suas ousadias em favor da liberdade de informar — o jornal é o único que se arrisca a mencionar a existência das Locas de la Plaza de Mayo — Cox acaba de receber, ao lado do brasileiro Carlos Castelo Branco, o Prêmio Maria Moors Cabot, concedido pela universidade norte-americana de Columbia.

Londrino de 44 anos, os 18 últimos passados em Buenos Aires, Cox já pegou prisão por publicar uma entrevista com os líderes montoneros no exílio em Roma. "Nos tempos de Isabelita Perón também tivemos problemas", conta Cox. Certa noite, várias viaturas policiais esbarrraram em frente ao jornal. A redação foi invadida por dezenas de federais armados de metralhadoras e o repórter Andres Yooll, que fizera várias matérias com lideranças comunistas, foi preso. Segundo os policiais, havia denúncia de que o Buenos Aires Herald abrigava uma rede de terroristas. Libertado, Yooll achou mais conveniente retornar a Londres.

Fundado há 103 anos para informação e lazer dos empresários ingleses, circulando com 24 páginas, muitas cobertas por classificados, ênfase no noticiário internacional, o jornal tem aumentado o número de leitores nos últimos anos superando a barreira do idioma. Cox calcula que 80 mil pessoas, e não apenas os executivos americanos e ingleses, lêem seu diário, que tem uma tiragem de 16 mil exemplares. Uma das razões para esse interesse está no editorial, não raro áspero com os rumos do governo, e também redigido em espanhol.

Diante do seqüestro do organizador da Olimpíada Internacional de Xadrez, Rodolfo Eduardo Zalungo, no mês passado, Cox criticou os militares, acusando-os de demonstrarem claramente ao mundo que desejam partilhar o monopólio do uso da força com os terroristas de direita. Fontes oficiais mencionaram que se tratava de um crime inexplicável. Cox retrucou dizendo que "inexplicável é o silêncio do governo..."

Acumulando a editoria do jornal com as funções de correspondente da BBC, do The Economist, da revista Newsweek, Cox entende que os militares vivem sua derradeira experiência de governo na Argentina.

— Eles não voltam mais. Subindo ao poder eles se desgatam demais. Esse governo dura alguns anos e acaba... E são in-



Cox: "Jornal de jornalistas"

crivelmente inábeis. O general de cavalaria Albano Harguindeguy, ministro do Interior, sustenta que a Argentina é o último país branco da América Latina e sugeriu a imigração de brancos para povoar o seu território...

Com as acusações de que pertenceria da folha de pagamentos da espionagem norte-americana, Cox parece não se importar. "É interessante que, alguns anos atrás, eu era homem da CIA. Agora, quando o jornal critica Videla, recebo ameaças telefônicas que me identificam como agente da KGB".

Ele repele a acusação de que o Buenos Aires Herald seja um jornal "a serviço do imperialismo". "É preciso recuar à década de trinta — diz — para contestar isso: enquanto nosso jornal ficou do lado dos operários em todas as suas greves, o The

Standart, outro diário de língua inglesa, apoiava os empregadores”.

Embora o jornal tenha 51 por cento de seu capital em mãos de acionistas norte-americanos residentes no Estado de South Carolina, o editor sustenta que não existe qualquer interferência editorial dos proprietários: “Fazemos um jornal de jornalistas, um trabalho da nossa equipe”. A redação ocupa 12 pessoas, que ganham um pouco mais que os 150 mil pesos mensais — cerca de Cr\$ 4 mil — pagos pela grande imprensa a um repórter tarimbado.

Por sinal, o arrocho dos salários, uma das primeiras iniciativas da política econômica do ministro da Fazenda, Martinez de Hoz, e o fechamento do mercado de trabalho abriram uma trágica opção aos jornalistas subempregados: trabalhar para os serviços de informação que acenam com poucas remunerações.

Adão José de Souza

O coronel quer saber quem falsificou o seu hino

Depois que deixou a Aeronáutica, em 1953, o coronel Breno Outeiral dedicou-se a aprender música, uma das atividades que desenvolve e que não conflitam com os problemas de saúde que o levaram à reforma. Em outubro de 63, usando o pseudônimo de *Chuvisco*, inscreveu-se num concurso da Prefeitura instituído para escolher a Canção de Porto Alegre. Eram mais de 700 inscritos e Outeiral jamais pensara em ganhar o primeiro lugar e o prêmio de Cr\$ 100 mil (da época). Ganhou, a marcha foi gravada e o prefeito de então, José Loureiro da Silva, baixou decreto instituindo-a como hino da cidade.

No segundo semestre do ano passado, por intermédio de uma professora, Outeiral tomou conhecimento que a Prefeitura estava distribuindo um disco com uma “nova canção de Porto Alegre”, intitulada *Você Vai Viver Melhor*, que fazia parte de uma campanha promocional.

Durante quase um ano, Outeiral ficou colhendo informações e no começo deste mês seu advogado, Aldrovando Micelli, entrou com uma interpelação judicial contra o prefeito Guilher Socias Villela, na Vara de Crimes. Ele quer saber quem são os autores Norberto P. de Barcelos (música e letra) e Emílio Pacheco (letra) mencionados no disco. Estes, mais o cantor Ivo Fraga e o maestro Breno Baldo, incorreram em “crime de contrafação” — falsificação, imitação fraudulenta —, pois a tal canção de Porto Alegre já existia, pelo decreto 2.609, de 27 de dezembro de 1963.

O crime de contrafação prevê prisão de seis meses a um ano, indenização e reatuação pública. Na fase do processo, deverão ser chamados a depor o prefeito Socias Villela, o diretor da Epatur, Carlos de Noronha Feyo — que encaminhou a produção do disco —, o diretor da Mercur Publicidade — que tratou da gravação do disco —, o maestro, o coral, os cantores e os compositores.

Os primeiros efeitos foram sentidos antes mesmo da interpelação judicial. Breno Outeiral foi procurado pelo diretor da Epatur, em nome do Prefeito, pedindo desculpas e alegrando não conhecimento do hino oficial. Numa próxima solenidade pública, disse Carlos Feyo, o prefeito se retrataria. Não se retratou. Mais tarde, o coronel foi procurado pelo diretor da Mercur Publicidade, Geraldo Assis, que tinha nova proposta: Outeiral estipularia uma soma em dinheiro e assinaria um documento abrindo mão de seus direitos como autor. O coronel não topou.

Najar Tubino

Carlos Salzano V. da Cunha

— ADVOGADO —

OAB 2927 CPF 007648680

Andradas, 1560 — CONJ. 112 (GAL. MALCON)
Das 14 às 16 horas — FONE 21-82-82



O rio Piracicaba: águas sujas e fedorentas que provocam protestos

Está morto o velho Piracicaba das toadas

— É mais fácil acabar com seu marido do que com a poluição do Rio Piracicaba.

Esse recado foi transmitido em tom ameaçador, por telefone, à mulher de Euclésio Buscarioli, assessor do prefeito de Piracicaba, cidade de 230 mil habitantes, a 160 quilômetros de São Paulo. Dias antes, a equipe do prefeito João Hermann Netto, do MDB, havia organizado o enterro simbólico nas águas sujas do Rio Piracicaba dos órgãos públicos estaduais responsáveis pelo saneamento básico e combate à poluição ambiental — Sabesp e Cetesb.

As ameaças, que não ficaram apenas anaquele recado, são um indício sério do nível exacerbado a que está chegando a luta de interesses em torno da poluição e da ecologia no Estado mais industrializado do Brasil. Na segunda quinzena de outubro, num jogo contra o Palmeiras, em São Paulo, o Prefeito de Piracicaba entrou em campo junto com os jogadores do 15 de Novembro, que mostraram à torcida e às câmaras de televisão uma faixa dizendo:

— Estamos de luto pela morte do Rio Piracicaba.

A torcida aplaudiu. No dia seguinte, as ameaças ao assessor do prefeito continuavam. “Seu marido vai sofrer um grave acidente”, disseram por telefone à sua mulher.

Ao longo dos seus 185 quilômetros, o Rio Piracicaba — tema de várias canções sertanejas — abastece de água 52 cidades, que jogam nele os seus esgotos. Na bacia da região, estão instaladas 307 indústrias despejando detritos. Cortada pelo Rio, Piracicaba é a última cidade no seu percurso. Há 20 anos, diziam o que agora dizem do Guaíba: que não havia perigo. Hoje

dentro da cidade, as águas são escuras e fétidas. O teor de poluição e a variedade de detritos atirados em seu leito equivalem ao esgoto de 50 milhões de pessoas. E o cheiro de Piracicaba fica insuportável.

Foi num desses dias de maior fedor, em outubro, que a população da cidade enterrou a Sabesp e a Cetesb. Como a estação de tratamento de Piracicaba já não consegue fornecer água de boa qualidade à população, a Prefeitura está gastando Cr\$ 100 milhões para buscar água no pequeno Rio Corumbataí, a 12 quilômetros. Construída com recursos da própria Prefeitura, cujo orçamento de 1978 é de Cr\$ 344 milhões, a obra só ficará pronta em 1980.

Mas o Corumbataí também está ficando poluído. Na década de 80, então, Piracicaba, cortada em duas por um grande rio morto e fedorento, vai ter que buscar água no riacho Passa Cinco, a 27 quilômetros em linha reta. Até já existe projeto para isso. E isso talvez não seja o pior. Se o governador escolhido de São Paulo, Paulo Salim Maluf, perseverar em sua idéia de transferir a capital para o centro do Estado — por coincidência, Maluf possui duas grandes fazendas bem perto do marco central do território paulista —, a nova cidade poderá ser construída exatamente em cima dos mananciais de água potável que abastecem Piracicaba, São Carlos, Brotas, Araraquara e várias outras da região. Caso isso venha a acontecer, a alternativa de abastecimento de água deverá ser a construção de poços artesianos horizontais nas serras próximas a essas cidades — se as serras não forem terraplenadas ou coisa parecida.

Geraldo Hasse — São Paulo

Para onde foi a Ilhota?

O comercial da Prefeitura de Porto Alegre sobre o badalado Projeto Renascença, que as tvs estão mostrando, não deixa dúvidas quanto ao verdadeiro sentido do lema “O que Importa é a Pessoa”, adotado pela administração Guilherme Socias Villela. O filme deixa claro: o que importa são certas pessoas.

O filme de 30 segundos começa mostrando detalhes da favela da Ilhota, um feio amontado de barracos encravado numa área quase central da cidade, exatamente um dos pontos atacados pelo Projeto Renascença o ambicioso plano de recuperação urbana financiado pelo BNH. Estas obras já se sabe, beneficiaram diretamente a especulação imobiliária, valorizando-a a tal ponto que os moradores dos antigos prédios demolidos para a pas-

sagem das novas avenidas jamais conseguirão comprar apartamentos nesta área com o dinheiro que receberam de indenização por suas casas.

Na continuação do comercial, são mostradas obras construídas com recursos do Fundo de Garantia, que formam as reservas do BNH: avenidas, centro municipal de cultura, esgotos, tudo muito bonito. Os contribuintes podem respirar aliviados, a favela sumiu, o progresso chegou. Afinal, o que importa é a pessoa. Pelo menos algumas delas, pois o comercial nem de longe se preocupa em responder a primeira dúvida que surge na cabeça dos espectadores: e para onde foram as pessoas que moravam nos barracos da Ilhota?

Rosvita Saueressig



Morais e seu aluno: “Não insista”

É proibido falar em preso político!

O professor de Estudos de Problemas Brasileiros — Zeli Gonzaga Moraes — entrou rápido na sala de aula do Ciclo Básico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Antes de pousar sua elegante pasta executiva na mesa, já brandia no ar uma barra de giz: “Trouxe este giz especialmente para você tentar provar sua mentira. Caso não consiga, vou tomar minhas providências”.

Dirigia-se ao aluno Elimar Franco da Silva, que na aula anterior ousara afirmar que existem vários presos políticos cumprindo pena em Porto Alegre. O professor exigiu então que ele provasse, senão...

Elimar alega não ter nada a provar visto o assunto ser de domínio público, divulgado em vários órgãos de imprensa em diversas ocasiões e pede ao professor que especifique melhor sua ameaça. Mas aí Moraes atalha, brusco: “Tenho um assunto sério a tratar hoje e não quero mais falar em bobagens”. E, logo começa a falar árido sobre “o passo de gigante que a Nação brasileira dará quando o presidente Geisel acionar a dinamite que dará início à construção da Usina de Itaipú”.

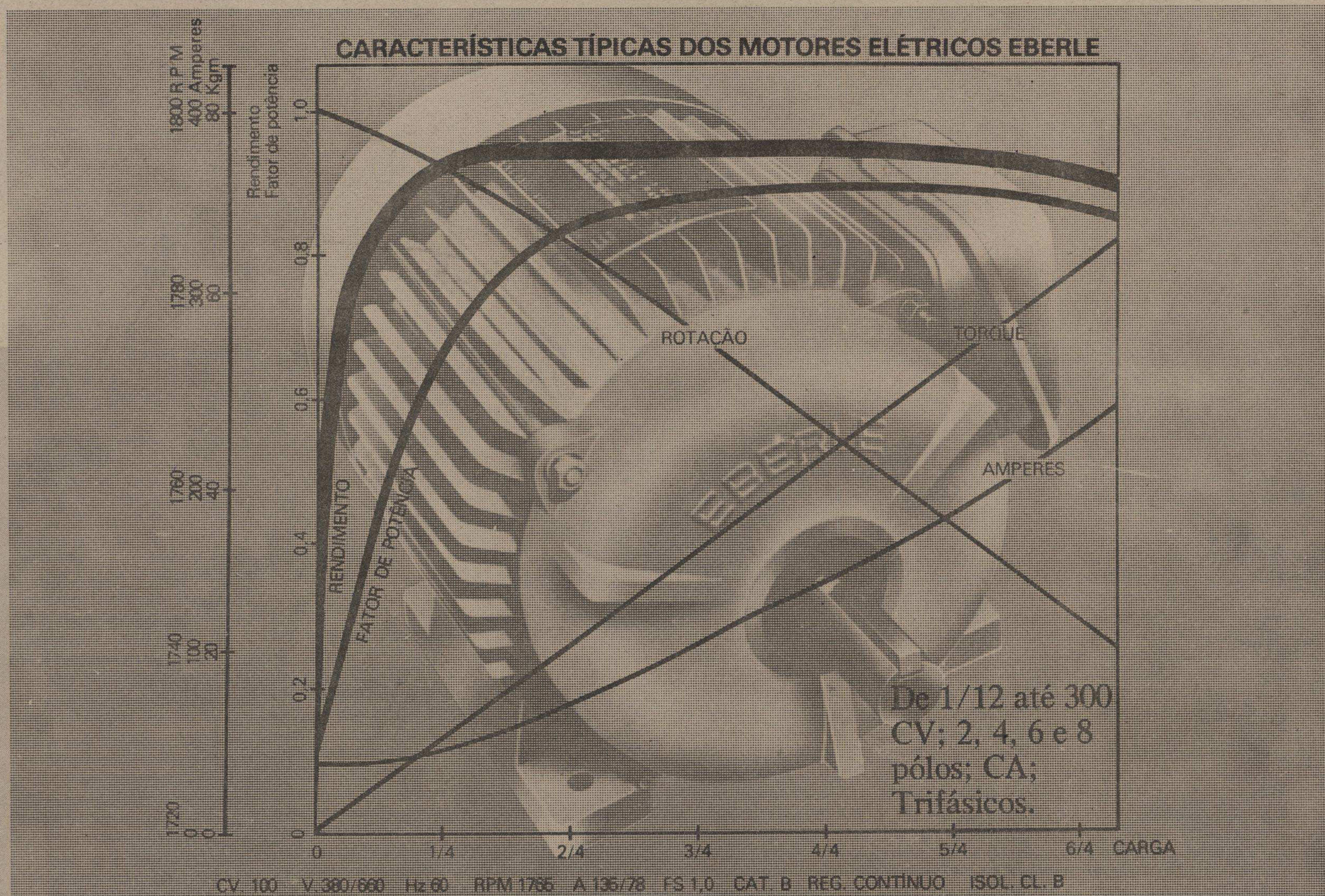
Depois de poucos minutos ele interrompe a aula “para permitir que vocês vejam esse fato fora de série na transmissão pela TV daqui a pouco”. Elimar ainda tenta voltar ao assunto, quer escrever a lista dos presos políticos no quadro. “Não insista, diz o professor porque senão terei que tomar uma atitude que não quero tomar”. Na saída da aula, ele nega ao *Coojornal* que tenha ameaçado o aluno.

Ex-candidato a vereador pela Arena nas eleições de 1976, ex-militar (“fui convocado durante a guerra e lutei contra os inimigos de hoje: os extremistas”) e atual advogado e professor universitário, Zeli Moraes admite que existem presos políticos, “mas não sem julgamento como alega aquele rapaz”.

A lista que o aluno foi impedido de expor no quadro negro: João Firmino de Oliveira Medeiros (cumpre pena até 14/7/89 e está no Presídio Central de Porto Alegre); Nelson da Silva (cumpre pena até 9/8/83 e está na Penitenciária de Piraquara, Paraná); Antônio Cunha Lozada (pena até 21/10/83, está no Instituto Penal de Mariante, RS); José Lozada (pena até 2/12/86, está no Presídio Central de Porto Alegre); Sinia Venancio Cruz (pena até 2/12/83, está no Presídio Feminino Madre Pelletier); José Renato Fonseca Lopes (pena até 21/12/83, está no Presídio Central de Porto Alegre).

Angélica Moraes

Razões e conseqüências da qualidade Eberle.



Para atingir a posição de melhor motor nacional, a Eberle precisou desenvolver importantes aspectos construtivos:

— Construção rigorosa dentro das normas e especificações da ABNT e IEC, inclusive com dimensões de acordo com os padrões exigidos no Mercado Comum Europeu.

— Torque de partida elevado, excedendo os limites mínimos normalizados.

— Escorregamento: inferior a 5%.

— Produto "rendimento x fator de potência" elevado.

— Blindagem: o único motor nacional com a classificação IP55 (Totalmente blindado contra líquidos e poeiras).

— Precisão: balanceamento dos componentes girantes entre 10 e 20 μ .

— Sobreaquecimento: Δt inferior a 80° para a classe de isolamento B.

— Baixo nível de ruído assegurado pelo controle de qualidade utilizando equipamento BRÜEL e KJAER.

Como conseqüência destes índices, os motores Eberle apresentam

um desempenho superior.

Têm maior vida útil, menores custos de manutenção e consomem muito menos energia elétrica. Isto significa lucro.

Sem quebras ou interrupções.

A prova da veracidade destes dados são os dois anos de garantia sobre todos os motores Eberle.

A Eberle construiu e testou.

Você utiliza e comprova.



2 anos de garantia



MATRIZ: Rua Sinimbu, 1670
CEP 95.100 - Caxias do Sul - RS
End. Teleg. EBERLE
Fone: (054) 221-2511
Telex n.º 0542-155 MAEB-BR
PORTO ALEGRE - CURITIBA
SÃO PAULO - RIO DE JANEIRO
BELO HORIZONTE - SALVADOR
RECIFE

Abertura, um jogo duro depois destas eleições

O 15 de Novembro distribui os cacifes para o jogo político do próximo ano. Só que as fichas — embora contadas — ainda estão misturadas. Num montinho, encontra-se um *chaguista* ao lado de um *autêntico*. No outro, um Teotônio Vilela com um Eurico Resende. De modo que a primeira maioria determinada pela contagem direta dos votos não é necessariamente a que comandará o jogo de 1979: as fichas certamente serão desmisturadas e rearrumadas em seguida, com o que se altera o peso de cada cacife. Esse processo requer mais tempo de decantação, mas alguns indícios concretos estão à mão e permitem ao menos formular as questões corretas.

A primeira delas: no próximo Congresso Nacional, que durante todo o ano de 79 legislará sem os constrangimentos da fidelidade partidária, se formará uma maioria mais conservadora ou mais progressista? Os termos são aqui tomados em sentido bem amplo: o conservador vai do centro para a direita; o progressista, do centro para a esquerda. E é nesse sentido que políticos e observadores tendem a crer que se formará uma maioria conservadora. Por uma estimativa simples: em condições normais, haverá mais conservadores no MDB do que progressistas na Arena.

Isso é relevante, pois o próximo Congresso — sobre o qual não pesará mais a ameaça de fechamento sumário via Ato Cinco — terá de votar logo, é inevitável, questões decisivas: a anistia, por exemplo, para citar apenas aquela que surge à mente mais imediatamente. Mas há mais, é claro: se a sociedade civil continuar torcendo o ritmo da abertura, o Congresso será levado a reformar todo o arcabouço político do País, das leis de greve e de segurança nacional aos colégios eleitorais biônicos. A Constituinte?

Veremos. Isso é mais para a frente.

Para já, podemos contar com uma importante alteração no quadro: as pressões da sociedade civil que até agora dirigiam-se ao núcleo de poder do regime, porque o parlamento fora posto em frangalhos, passarão a convergir para um Congresso revigorado por eleições novíssimas e pelo restabelecimento de garantias mínimas. E estará aí uma das originalidades disso que os brazilianistas chamariam de *transição à brasileira* de uma situação autoritária para uma democracia ou, mais modestamente, menos autoritária.

Teremos, de um lado, um Congresso reativado, depositário das fortes expectativas da sociedade que o elegeu, e, de outro, um núcleo de poder que se mantém intacto porque teve a esperteza de resolver primeiro a questão do poder, guardando-o para si, e só depois fazer a abertura ainda que gradual. Um presidente de seis anos,



22 governadores estaduais, 22 biônicos e a infinidade de cargos, vantagens e interesses que esses personagens acumulam nos seus cacifes para mandar e desmandar ou, conforme a situação, para compor e recompor — eis a verdadeira salvaguarda que esse núcleo do regime firmou para que a transição não lhe escape do controle.

Essa salvaguarda será mais ou menos eficaz na medida da maior ou menor disposição reformista (e de luta) do Congresso, que, de sua vez, estará reagindo aos influxos dos setores mais organizados da sociedade civil. A nível institucional, o *imbroglio* ficará mais ou menos assim: duas tendências básicas, uma conservadora, outra mais progressista, ambas com variados matizes, e um núcleo de poder que está obviamente à direita. E põe direita nisso.

A tendência conservadora deverá ser a majoritária, mas ainda assim sua efetiva força política dependerá da disposição de negociação e abertura do general João Baptista de Figueiredo, que estará então no exercício da chefia da Revolução e, pois, daquele núcleo de poder. É que essa tendência conservadora inclui os reacionários arenistas, a ala liberal (e, por isso, isolada) do chamado partido da Revolução e mais boa parte dos moderados do MDB. E esses dois últimos grupos, pela força mesmo de eleições recentíssimas, terão compromissos sérios com certas reivindicações cuja defesa os elegeu: terão compromisso com a anistia, uma lei de greve que garanta esse direito em vez de puni-lo, a liquidação de toda a bionidade — de modo que só poderão compor uma ampla, e aí então poderosa coligação de governo, se esta de

alguma forma resgatar aqueles compromissos. E aí está outra vez a bola com o general Figueiredo.

Por exemplo: se ele puder patrocinar um projeto de anistia, então conseguirá que a maioria conservadora lhe forneça um projeto moderado, algo assim como uma anistia ampla, porém não irrestrita. Um benefício que excluiria os que de alguma forma se ligaram à guerrilha. Em qualquer de suas modalidades. Isso seria um limite aceitável para toda a ala moderada do MDB. Mas, na outra ponta, esse limite seria aceitável para o general Figueiredo? Um projeto de anistia assim necessariamente beneficiaria quase todos os cassados, de modo que, entre outros efeitos decisivos, não existiria mais nenhum obstáculo à plena atividade política de Leonel Brizola, que hoje, num certo sentido, simboliza e resume todas as grandes lideranças do exílio.

Naturalmente, a volta de Brizola não é a questão mais importante da República. É citada aqui como exemplo limite, a indicar que o general Figueiredo, para compor uma ampla coligação conservadora, terá de aprofundar a abertura que lhe deixou o presidente Ernesto Geisel. Terá de conviver com cassados, inclusive com aqueles que, como chefe do SNI, ajudou a cassar, terá de admitir que o Judiciário, os Legislativos e organizações civis iniciem a cobrança das responsabilidades por torturas.

Nas duas primeiras semanas de novembro, a assessoria do general Figueiredo e os políticos mais diretamente ligados a ele passaram o tempo todo garantindo que a abertura é para valer e que o general, à maneira de Eurico Gaspar Dutra (nunca se citou tanto o velho marechal), estava pronto a fazer as concessões necessárias para compor a coligação conservadora por cima da Arena e MDB. E especulavam, com seriedade, a respeito dos ministérios do MDB (Tancredo Neves, Thales Ramalho, os nomes mais óbvios) e das oposições não partidárias (por exemplo, nomes ligados à Ordem dos Advogados do Brasil e à Associação Brasileira de Imprensa ou ao grupo de empresários que há dois anos vem reclamando uma abertura mais consistente).

É verdade que, paralelamente, o general Geisel empenhava-se na campanha da Arena à maneira dos velhos tempos: identificando Arena e Revolução, numa ponta,

e na outra MDB, subversão e contestação. E por certo o regime não faz acordos com a contestação. Talvez não sejam, afinal, tempos tão velhos assim.

Em todo caso, é muito possível que as duas posturas — os acenos à conciliação de Figueiredo e as advertências de Geisel — sejam uma combinação para efeitos eleitorais. E como a eleição gera compromissos, devemos admitir que as duas políticas ficam igualmente ao alcance das mãos: conforme a necessidade, apanha-se uma ou outra.

Do outro lado do espectro político, estará a tendência progressista cujo núcleo, ou mais propriamente, a vanguarda, seria o que até hoje denominamos de grupo autêntico do MDB. Inicialmente, de expressão reduzida no partido, o grupo cresceu nos últimos dois anos e não raras vezes deu a linha para todo o MDB, deixando a reboque a ala moderada, basicamente originária do velho PSD. Embora ainda seja prematura uma avaliação, parece que essa tendência progressista — que já não se resume ao primeiro grupo autêntico — caminha na direção de um socialismo ao estilo da Europa Ocidental, que também pode ser chamado *“trabalhismo de conteúdo social democrata”*, como fez o presidente da Internacional Socialista, Willy Brandt.

A tendência é forte, mas sua direção política depende ainda de uma avaliação mais cuidadosa dos resultados do 15 de Novembro: se aumentar a quantidade e elevar a qualidade de sua representação parlamentar, essa tendência certamente vai encorpar e assumir o papel de verdadeira oposição política e ideológica. Nesse caso, ela ficará com o MDB ou, se isso não for possível, será a base de um partido trabalhista — o nome terá de ser esse mesmo, em vez de partido socialista ou social democrata, para aproveitar a tradição e a força da antiga legenda. Para Willy Brandt, aliás, um tal partido trabalhista no Brasil deverá ser, a médio prazo, a mais importante organização social democrata moderna fora da Europa.

Configurada essa alternativa — que é bastante viável — e formado um partido amplo, sólido, de centro-esquerda, que pleiteie não a derrubada do capitalismo, mas um capitalismo reformado com uma melhor e mais ampla distribuição de renda e benefícios sociais, então esse partido estreitará o espaço da coligação conservadora. Um partido trabalhista de centro-esquerda e prudente, moderado mesmo, poderá atrair boa parte dos atuais moderados do MDB, sobretudo se o general Figueiredo não quiser ou não puder aprofundar a abertura de modo a ampliar a coligação conservadora. E nesse caso, a direita e Figueiredo, com ela, é que correm o risco do isolamento.

São essas as alternativas postas à mesa de jogo. As jogadas de cada tendência terão o objetivo de isolar o adversário, ou seja, os conservadores tentarão isolar a esquerda, os progressistas procurando limitar a direita. Antes de uma avaliação mais detalhada dos mapas eleitorais, deve-se dizer que o general Figueiredo tem cacife para ampliar a coligação conservadora, vale dizer, para aprofundar a abertura.

O Exército, cujo anticomunismo e o medo da volta ao passado seriam os maiores obstáculos, está hoje dividido e uma das fatias, substancial, aquela que simpatizou com o general Euler Bentes Monteiro, quer precisamente concluir a abertura e retirar-se da cena política. Certamente, sustentará Figueiredo se ele marchar nessa direção. No momento, parece mesmo mais difícil para o general Figueiredo obter sustentação no Exército e fora dele para reverter as expectativas e aplicar um fechamento duradouro.

Quanto à tendência progressista e suas principais lideranças, precisarão demonstrar competência para se opor a uma presidência poderosa e que poderá ser muito atraente para os que estão no centro do espectro político. Não é adversário para se subestimar. Em qualquer caso, dificilmente essa tendência progressista será majoritária a curto prazo, mas se souber formar um partido mais de centro-esquerda somando trabalhadores e setores substanciais das classes médias, desempenhará um papel decisivo e influente na cena política.

Como se vê, iniciamos um período político movimentado, atraente e original. Temos poucas certezas, mas uma delas é esta: o capitalismo não corre riscos imediatos neste país.

DÉCIO FREITAS

Advogado

Av. Independência, 30 — Bloco B, ap: 1.403
Te. 24-64-86 — Das 15 às 19 horas

Numa lauda da Dow Química, Golbery responde: "O senhor foi muito duro comigo"

Reavivaram-se, na Argentina, as campanhas contra o *imperialismo brasileiro*. Contribuiu para isso o espetáculo pirotécnico patrocinado pelo governo brasileiro na abertura do canal para desvio do rio Paraná, em Itaipu.

O mais destacado articulador desse movimento é o almirante Issac Rojas, ex-presidente da República, que percorre o país de ponta a ponta condenando o papel do Brasil na questão do aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná. E o alvo principal desses ataques é o chefe da casa civil do governo Geisel, o general Golbery do Couto e Silva, tido como o principal teórico do expansionismo brasileiro.

Segundo Rojas, as teses que Golbery defende em seu livro *Geopolítica do Brasil* são as mesmas do general Augusto Pinochet, cujo livro *Geopolítica do Chile* foi recentemente reeditado na Argentina. "Ambos, diz Rojas, têm as mesmas influências dos teóricos expansionistas que serviram de suporte ideológico ao nazismo. Por isso, a amizade Argentina-Brasil está em perigo..."

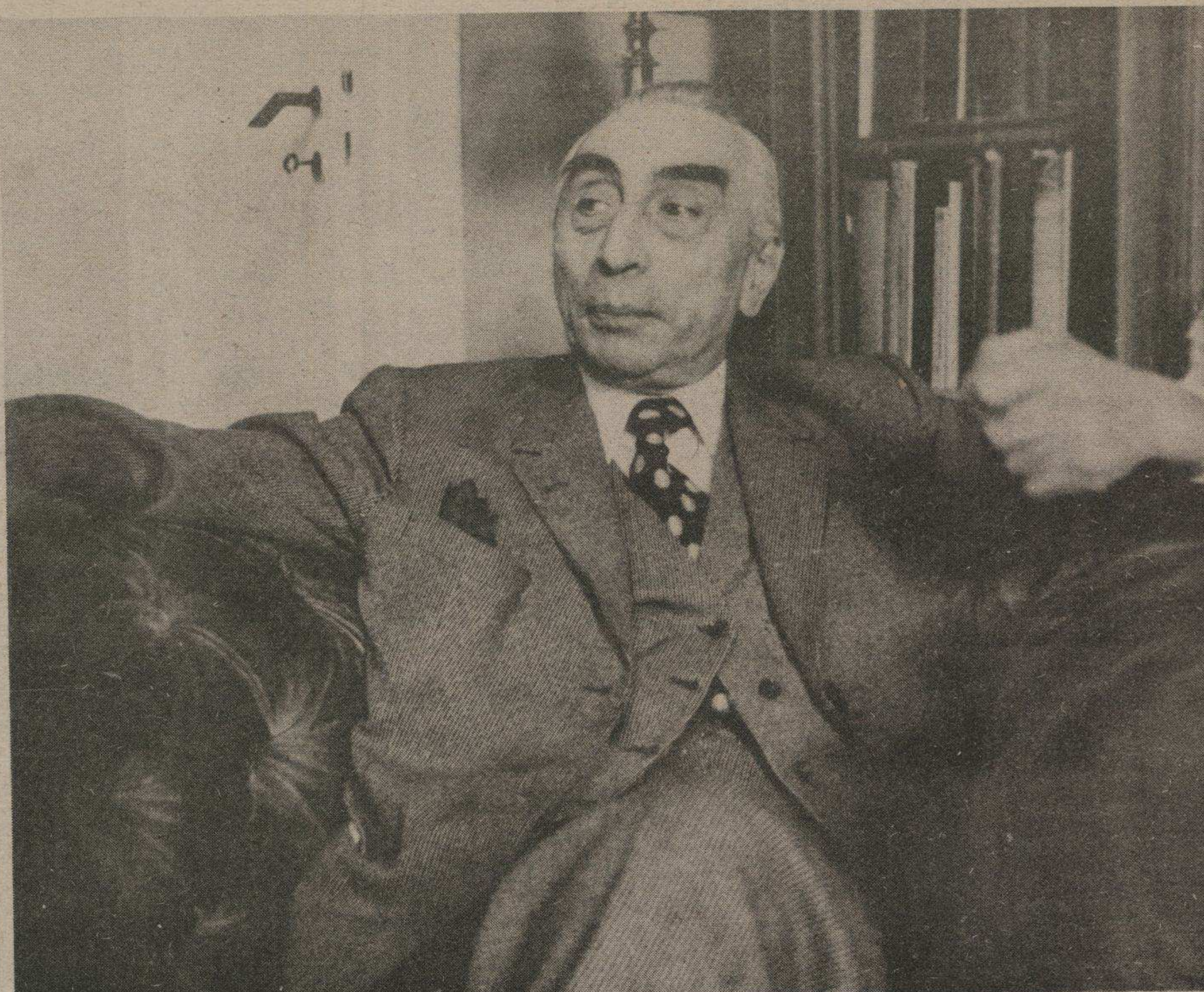
Outro dos geopolíticos argentinos que se dedica a um ardoroso trabalho de crítica à posição brasileira é o general da reserva

Juan Enrique Guglielmelli, diretor do Instituto Argentino de Estudos Estratégicos e das Relações Internacionais. "Olho com Golbery", diz Guglielmelli. Este general publicou em abril de 1976 um estudo contendo dura crítica ao pensamento geopolítico de Golbery. "A Geopolítica de Golbery, diz o estudo, é caprichosamente dirigida para fundamentar os objetivos da política brasileira. É arbitrária, tendenciosa e desatualizada. No entanto, é necessário estudá-la e compreendê-la porque suas idéias centrais influenciam importantes setores do Brasil"

Guglielmelli conta que remeteu o seu estudo para a apreciação de Golbery e recebeu, em resposta, uma carta atenciosa do criticado dizendo: "O senhor foi duro demais comigo". Um pormenor chamou a atenção de Guglielmelli: a resposta estava escrita numa lauda com o timbre da *Dow Química*, a empresa multinacional que o assessor de Geisel é acusado de favorecer.

FRONTEIRAS VIVAS

Teórico das fronteiras vivas, termo geopolítico que equipara o Estado a um or-



General Rojas: "Teses de Golbery são as mesmas de Pinochet"

ganismo animal, disposto inclusive a engolir o seu vizinho, Golbery tem o seu livro (esgotado no Brasil há muito tempo) vendido até nas bancas de jornais de Buenos Aires.

O sociólogo brasileiro Paulo Schilling, que hoje vive na Argentina e é autor de um livro chamado "El Expansionismo Brasileiro", de certa forma, endossa as preocupações dos argentinos. Para ele, inclusive, deve ser melhor investigada a participação do SNI na derrubada do governo

Allende, pois o golpe direitista no Chile serviu perfeitamente aos planos geopolíticos brasileiros de isolar a Argentina. Quanto à comparação entre o chefe da Casa Civil de Geisel e o general Pinochet, Schilling vai mais longe: "Pode-se dizer que o primeiro mandatário chileno é um geopolítico de terceira geração. Golbery traduz as obras dos alemães Kjellen e Haushofer, dos americanos Mahan e Spykman e do inglês Mackinder. Pinochet traduz Golbery".

O SEGUNDO PAÍS MAIOR PRODUTOR DE SOJA DO MUNDO TINHA QUE TER O MAIOR PARQUE INTEGRADO DE PROCESSAMENTO DE SOJA DA AMÉRICA LATINA, VOCÊ NÃO ACHA?



Em Esteio, Rio Grande do Sul. Aliás, desde 1929, a Samrig não pára de crescer, processando trigo e depois soja, fabricando alimentos e produtos de

qualidade insuperável para milhares e milhares de brasileiros. Com muito carinho. E responsabilidade.

(*) Na mesma fábrica, a soja entra, por um lado, e saem, já transformados, por outro: óleo comestível, margarinas vegetais, gorduras hidrogenadas, lecitina, farinha, farelo, proteína concentrada e proteína isolada.

SAMRIG
S. A. MOINHOS RIO GRANDENSES

CHILE COM GARRAS

Numa das guinadas diplomáticas atribuídas a habilidade de Golbery, o Brasil deixou de apoiar entusiasticamente a reivindicação boliviana de uma saída para o mar. Isto ocorreu logo que Pinochet bombardeou o palácio de La Moneda e tomou o poder. Até então, segundo Schilling, o Brasil tentava encurralar o governo da Unidade Popular, incitando o regime militar de Hugo Banzer da Bolívia, a jogar-se na aventura da guerra. "Na época (1971) — conta Schilling em seu livro — eram distribuídos em La Paz folhetos que reproduziam a imagem do Chile com garras tentando aprisionar a Bolívia. Sobre um fundo verde e amarelo lia-se: "Bolívia, conta conosco".

O propósito, velho sonho dos teóricos da Escola Superior de Guerra, era obter uma saída brasileira no Pacífico. Esse porto seria Arica, anexado pelo Chile após a Guerra do Pacífico. Com a implantação da ferrovia Santa Cruz de La Sierra — Cochabamba, a cargo do governo brasileiro e em andamento, o Brasil estaria a um passo do Pacífico. Aíca seria ligada a Santos, no Atlântico. De acordo com Schilling, tornou-se mais interessante então reforçar a amizade chilena, incentivando-se o comércio com o Brasil e conseguindo um aliado forte para pressionar geopoliticamente a Argentina.

Para Isaac Rojas, que cultiva o hábito de dar entrevistas sob as vistas de um onipresente guarda-costas, o Brasil está concentrando seus esforços expansionistas na questão do rio Paraná. "O Paraná é o nosso eixo circulatório principal e o projeto do Brasil, com a barragem de Itaipu, é anular ou dificultar a sua utilização, prejudicando a comunicação do centro do país com as províncias do nordeste, com a Bolívia e com o Paraguai. Então, um Pa-

raná anulado como eixo de circulação favorecerá os antigos sonhos brasileiros que consistem em afastar os argentinos dos seus vizinhos".

Outra preocupação de Rojas é a pressão demográfica que a Argentina está sofrendo na fronteira com os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nessa faixa fronteiriça há uma população de 1,2 milhão de habitantes no lado brasileiro, enquanto no lado Argentino a população não chega a 200 mil pessoas. Os brasileiros aos poucos vão penetrando em território argentino em busca de terras e Rojas não descarta mesmo a possibilidade de seu país perder estes territórios.

O general argentino acha, sobretudo, que é preciso enterrar de vez a afirmação do ex-presidente de que "para onde se inclinar o Brasil para lá seguirá a América Latina". Diz ele: "Nixon afirmou isso porque viu no Brasil um governo forte, capaz de opor resistência ao comunismo internacional". Sorridente, continua: "Agora tudo é diferente. Chile e Argentina também reagiram contra os princípios marxistas. Hoje, nós argentinos, estamos muito bem protegidos contra o comunismo..."

Adão José de Souza

...E ERA MAIS COMPRIDO DO QUE CURRÍCULO DE CANDIDATO A SENADOR!



O médico matou. Mas quem acabou na prisão foi o repórter

A restituição da liberdade ao cronista americano Myron Farber, do *New York Times*, dia 24 do mês passado, após 39 dias de prisão por ter se negado a entregar suas anotações a um tribunal que julgava o *Caso Doutor X* — por ele levantado —, aliviou a tensão que pairava entre os jornalistas dos Estados Unidos, ameaçados de uma limitação legal no exercício de sua profissão.

O *Caso Doutor X* resultou de uma série de artigos escritos por Myron Farber sobre mortes misteriosas num obscuro hospital de Nova Jersey, a 18 quilômetros de Nova Iorque, atribuídas ao médico argentino Mário Jascavevich. Segundo a denúncia, o médico teria assassinado três pacientes do hospital, com doses letais de Curare — um poderosíssimo relaxante muscular usado pelos índios da América do Sul para envenenar suas flechas.

O caso começou em 1976 para o jornalista de 40 anos, mais de 10 anos após supostos assassinatos, uma funcionária de relações públicas foi procurá-lo na redação do *New York Times*, acusando uma série de mortes suspeitas ocorridas naquele hospital, em 1965 e 1966.

Nessa época, Mário Jascavevich era chefe de cirurgia do estabelecimento e culpava seus colegas de incompetência. E estes o acusavam como culpado. E um deles

revisou seu armário e encontrou ampolas de Curare. O cirurgião argentino argumentou, no entanto, que usava a droga em experiências realizadas em cachorros, para aperfeiçoar uma nova técnica cirúrgica. De qualquer forma, foi chamado a intervir um fiscal do Condado de Bergen, que terminou mandando prender Jascavevich. Porém, como o Curare não pode ser detectado num cadáver, ele foi solto.

Agora, em virtude da polêmica despertada pelas denúncias de Myron Farber, o caso foi reaberto e a defesa do médico afirmou que precisava das anotações do jornalista para demonstrar a inocência de seu cliente. Farber negou-se a apresentá-las, alegando que elas não poderia mostrar nem a inocência nem a culpa do réu, com o agravante de abrir um perigoso precedente contra a liberdade de imprensa nos Estados Unidos.

Entrou em jogo a confidencialidade das anotações de um jornalista e a proteção de suas fontes de informações. Myron sustentou a tese de que as informações fornecidas *off the record* (confidenciais) a um jornalista — hoje muito comuns — são equivalentes às confissões feitas a um advogado ou a um sacerdote. Mas isso não moveu os tribunais, que acabaram condenando-o a prisão por tempo indeterminado.

O juiz Theodore Trautwein ordenou a soltura de Myron Farber no mesmo dia em que o cirurgião Mário Jascavevich foi declarado inocente. Seu argumento foi de que, como o *Caso Doutor X* estava encerrado, o castigo ao jornalista havia perdido a sua efetividade. Portanto, Farber não entregou suas anotações nem as suas fontes, mas o precedente de sua prisão é um fantasma que permanece como uma ameaça à liberdade da imprensa americana.

Arthur Spiegelman — Nova Iorque

LUTE CONTRA A ALIENACÃO.

NESTE NATAL, DÊ UMA ASSINATURA DO COOJORNAL DE PRESENTE.

Preencha estes cupons com o nome dos seus amigos e envie ao *Coojornal*.
 Taí uma sugestão criativa e inteligente pra presente de Natal.
 Dando uma assinatura do *Coojornal*, você estimula o debate,

faz seu amigo pensar, criticar, entender melhor que País é este.
 É mais uma cabeça pensante na luta pela liberdade.

COOJORNAL

Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 165,00
 Envie cheque nominal ou vale postal para:
 Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
 Fones: 21.8984 e 24.0951

Desejo receber o *Coojornal* a partir do nº

Caso você tenha interesse em adquirir o *Coojornal* a partir do nº 13 — entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome:
 Endereço: Fone:
 Bairro: CEP: Cidade:
 Estado: Profissão:

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

Cupom de Assinatura

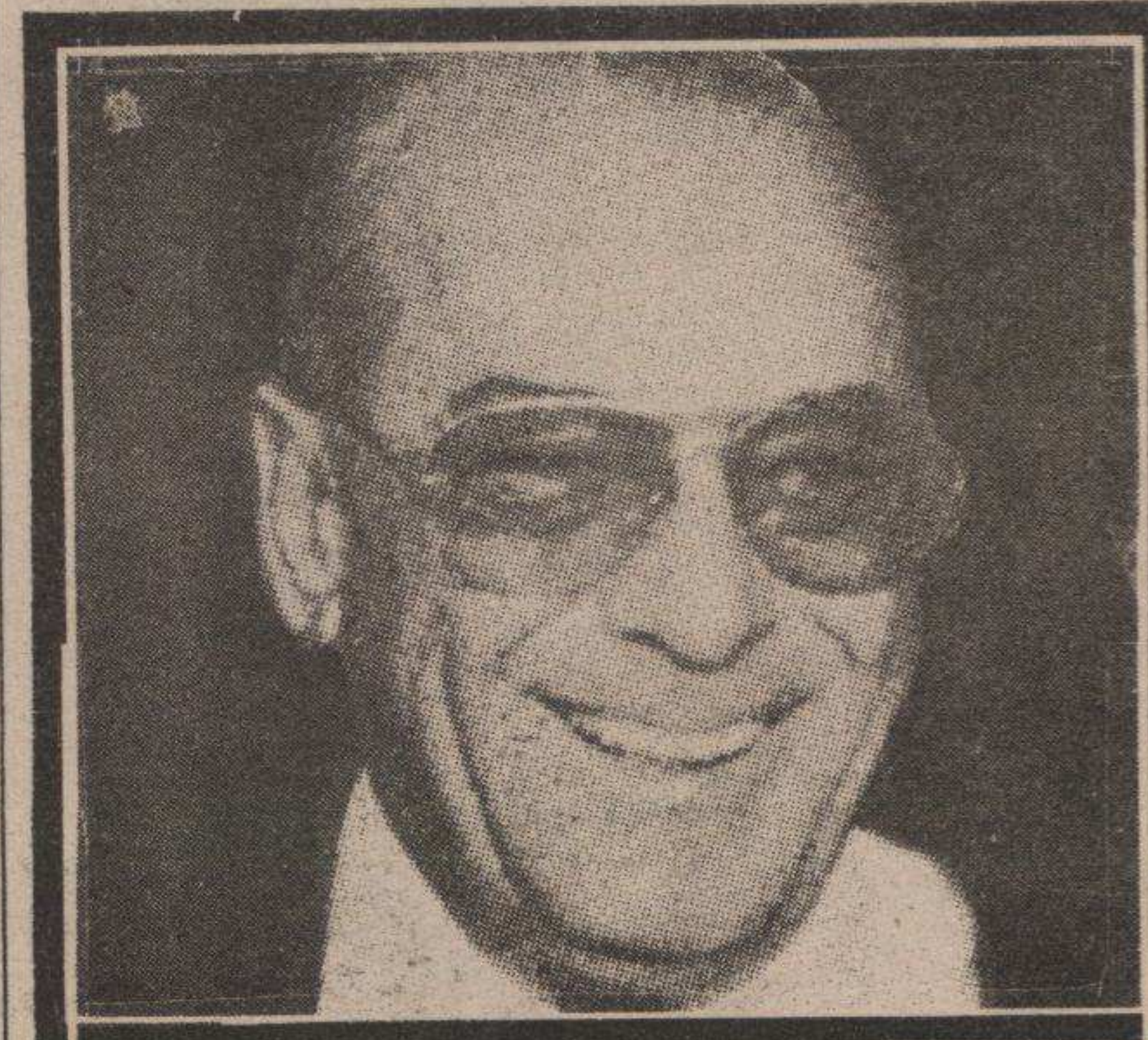
Assinatura por 12 edições: Cr\$ 165,00
 Envie cheque nominal ou vale postal para:
 Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
 Fones: 21.8984 e 24.0951

Desejo receber o *Coojornal* a partir do nº

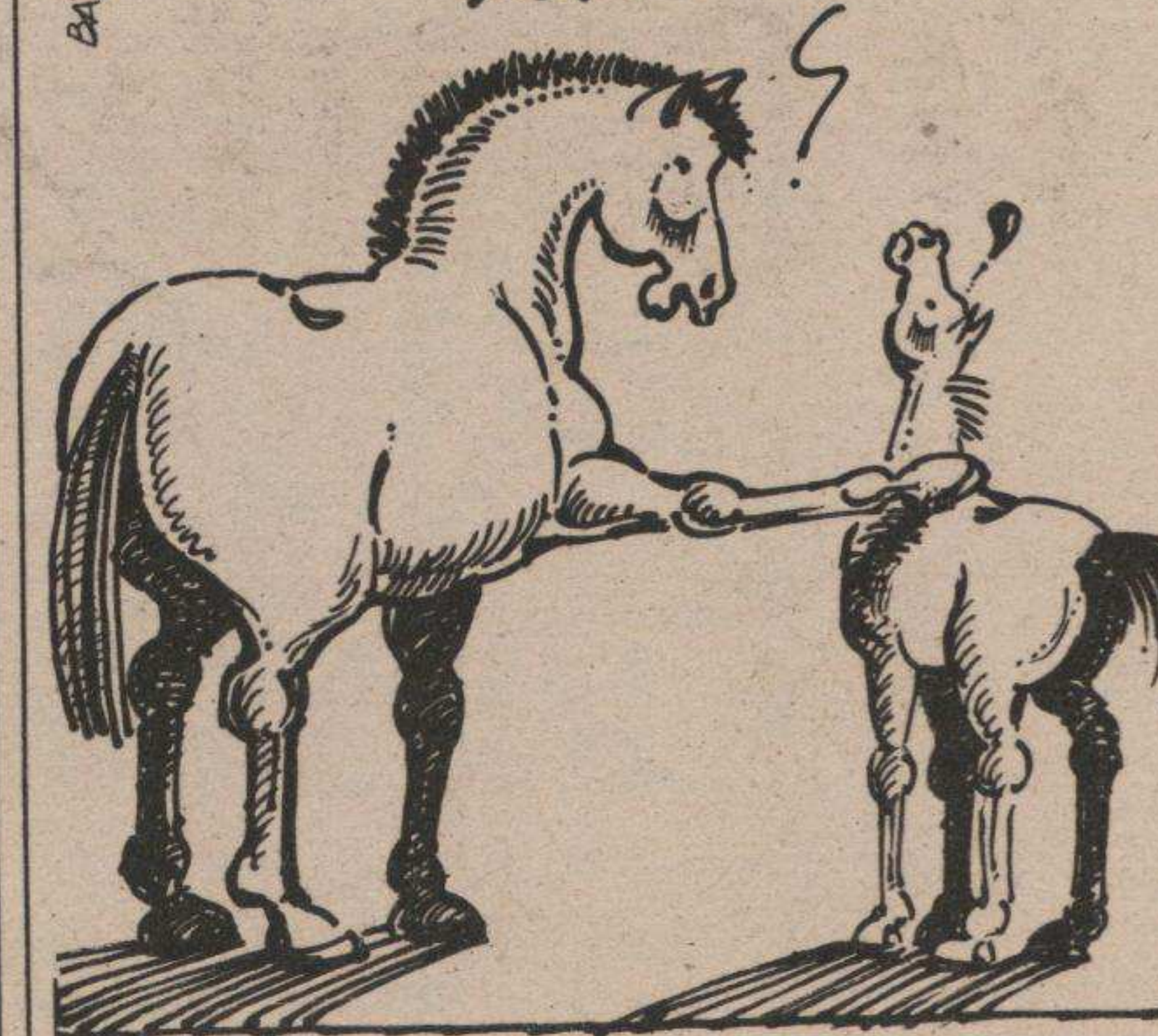
Caso você tenha interesse em adquirir o *Coojornal* a partir do nº 13 — entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome: Fone:
 Endereço:
 Bairro: CEP: Cidade:
 Estado: Profissão:

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.



MEU FILHO, UM DIA ISTO TUDO SERÁ TEU!



Trata-se de uma região conflagrada. Ao longo dos 250 quilômetros que margeiam o baixo São Francisco ao norte de Sergipe e por todos os oito mil quilômetros quadrados que compõem a Diocese de Propriá, os conflitos por causa da terra chegaram a tal ponto que, na segunda quinzena de outubro, o bispo dom José Brandão pediu garantia de vida (para ele e seus 14 padres) ao atual e ao futuro governador e à Polícia Federal.

A ameaça de uma surra ao bispo e de morte para dois de seus missionários apresentam apenas a mais recente forma de pressão de fazendeiros inconformados com o trabalho de defesa dos índios e lavradores feito pela Igreja.

Na verdade, o início da história vem do final do século passado, quando o intendente do município de Porto da Folha, coronel João Fernandes de Britto, aforou para si 12 mil tarefas — quatro mil hectares de terra, em área onde funcionava uma missão religiosa, junto aos índios Xocós. Ao longo de todos esses anos, os descendentes dos Xocós ficaram morando na área e trabalhando para o fazendeiro, num regime de semi-escravidão. Até que em 1963 o então prefeito Pedro Xavier, do PSD, resolveu regularizar as terras para os descendentes do Coronel, vendendo-as por Cr\$ 1.600,00 (cruzeiros velhos), através de um projeto que quatro vereadores aprovaram. Manoel Alcino, o único que votou contra por considerar o negócio "desonesto demais", conta que cada vereador recebeu uma propina de Cr\$ 200,00 para votar a favor.

Em março deste ano, quando morreu o ex-prefeito Pedro Xavier, os familiares foram pedir ao Bispo que celebrasse uma missa pomposa de corpo presente. Ele recusou, alegando atitudes pouco cristãs do morto quando ainda vivo.

Na terra do caixão da caridade, bispo pede garantias de vida

No mês passado, outro incidente pelo mesmo motivo: Antônio Britto, prefeito de Propriá e um dos três filhos do coronel João Fernandes deveria ser padrinho de batizado do filho de um fazendeiro. O padre Nestor Mathieu, vigário do município de Canhoba, não o aceitou. O prefeito subiu num banco da igreja e insultou o vigário. E Elcio Britto, o irmão do prefeito, setenciou: "Não vá a Propriá seu filho da mãe, que eu queimo você. Não mato aqui por respeito a capela".

Os padres, porém, não se atemorizaram: recentemente, depois de uma reunião de todos os religiosos, foi distribuída uma circular proibindo, em toda a Diocese a celebração de missas na posse de políticos, por ocasião de seus aniversários ou para comemorar eventos políticos. Entre estes, foi incluído o 7 de setembro, inaugurações de obras e o aniversário da Revolução de 64. "Sobretudo em tempo de eleições, devemos ter cuidado para não usarmos repiques de sinos para fins políticos", adverte a circular.

CASOS DRAMÁTICOS

A Diocese de Propriá é a maior do Sergipe, alcançando 25 municípios, exatamente os da região mais pobre. Na área vivem 230 mil habitantes e o relacionamento entre patrões e empregados ainda segue padrões quase medievais. A diária de trabalho para os homens é de Cr\$ 40,00 e de 20,00 para as mulheres.

A carteira de trabalho, como disse um posseiro, "É como um elefante, nunca ninguém viu de perto". As roças são plantadas de meia, onde o fazendeiro só entra com a terra. Os peixes pescados nas fazendas são partilhados na proporção de 3 por 1 — de cada três pescados dois são do fazendeiro.

E há casos dramáticos como o das mulheres do povoado de Mocambo, no município de Porto da Folha, que ganham Cr\$ 4 por dia trançando cordas de sisal. É nesse povoado tão pobre que existe o chamado **caixão da caridade**, usado apenas para levar os defuntos até o cemitério e recolhido para ser usado de novo em outros enterros.

Os missionários tentam agir em defesa desta gente e são acusados de agitação. No ano passado, o presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), Nilo Peçanha, acusou publicamente os religiosos de estarem usando "métodos marxistas na região". Tudo porque os padres fazem contínuas denúncias contra a Codevasf que paga quantias irrisórias nas suas desapropriações e não respeita os mais elementares direitos trabalhistas (mais de mil trabalhadores já processaram a empresa e ganharam).

Na época, dom Brandão foi pedir explicações a Nilo Peçanha por causa da acusação. "Fico até envergonhado, diz o Bispo, mas ele me disse que a evidência dos métodos marxistas estava no fato de ensinarmos ao povo os direitos humanos".

Paolo Marconi, Salvador

É O BARETA? AQUI É O
KODJALUE. TENHO BOAS
NOTÍCIAS, CARA!
OS MUDINHOS
RISONHOS VÃO SAIR
DE CIRCULAÇÃO
DIA 12!



Quando as crianças se dão as mãos para formar uma roda, elas nem sabem, mas estão fazendo cooperativismo. Se não, a roda não saía.

É um princípio que se aplica para um montão de coisas: desde o nascimento de uma criança, no esforço conjugado de médico, enfermeira, mãe, até a organização de vários países com objetivos comuns. Foi com esta consciência que,

Parece brincadeira, em 1944, os estudantes fizeram a sua cooperativa. Uma idéia tão boa que hoje conta com setenta e três mil associados. Não é brincadeira: são setenta e três mil estudantes pegando juntos para dividir melhor.

mas sem cooperativismo

nem cirandar,

a gente ciranda.



Cepal

Cooperativa dos Estudantes de Porto Alegre.

Cepal: uma prova de que tudo o que é feito em cooperativa tem futuro.



As melhores fotos do ano

— A expressão do rosto da mulher e das duas crianças é um grito telúrico de dor, desespero e injustiça. No drama da terra que faz haver, num país de latifúndios, uma guerra de miseráveis com esfarapados, a foto eterniza um momento de profunda emoção humana. (Fotos de Assis Hoffmann, de uma família dos colonos expulsos de Nonoai).

— O momento do homem no chafariz, sendo laçado e violentado, é um retrato da violência e da loucura, que andam parelhas, cada vez mais, entre nós. É uma cena digna do melhor cinema de Fellini. (Foto de Damião Ribas, de um louco que, armado com uma faca, ameaçava suicidar-se no centro de Porto Alegre).

— O cavalo apoiando-se com o osso vivo. É um retrato pavoroso de violência e de crueldade; quanto mais se olha na foto, mais ela cresce em implicações na mente de qualquer um. (Foto de Olivio Lamas, de um cavalo que partiu a pata dianteira durante uma exibição de gineteadas).

— É um exemplo e um testemunho da preocupação social e de denúncia que

deve estar ao lado, sempre, do jornalista em seu trabalho, na sua missão de lutar contra a injustiça social, de levar diuturnamente nos seus ombros a carga do mundo. (Foto de J. B. Scalco, de uma mendiga sob um cartaz do Programa de Integração Social do Governo).

Os conceitos sobre as fotos são dos jornalistas José Hamilton Ribeiro e Amilton Vieira, ao julgarem o II Prêmio Anual (de fotografia) do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre. As três primeiras fotos foram as vencedoras — o Sindicato eliminou o critério de classificação e a premiação em dinheiro, dando uma máquina fotográfica a cada vencedor e a da Mendiga e o PIS foi considerada destaque e levou o troféu do escultor Vasco Prado.

O concurso (regional) é realizado anualmente no RS e neste ano estavam inscritos 91 trabalhos. Como a comissão julgadora destacou e elogiou, tinham uma forte característica em comum: um documentário da violência social — rural e urbana.

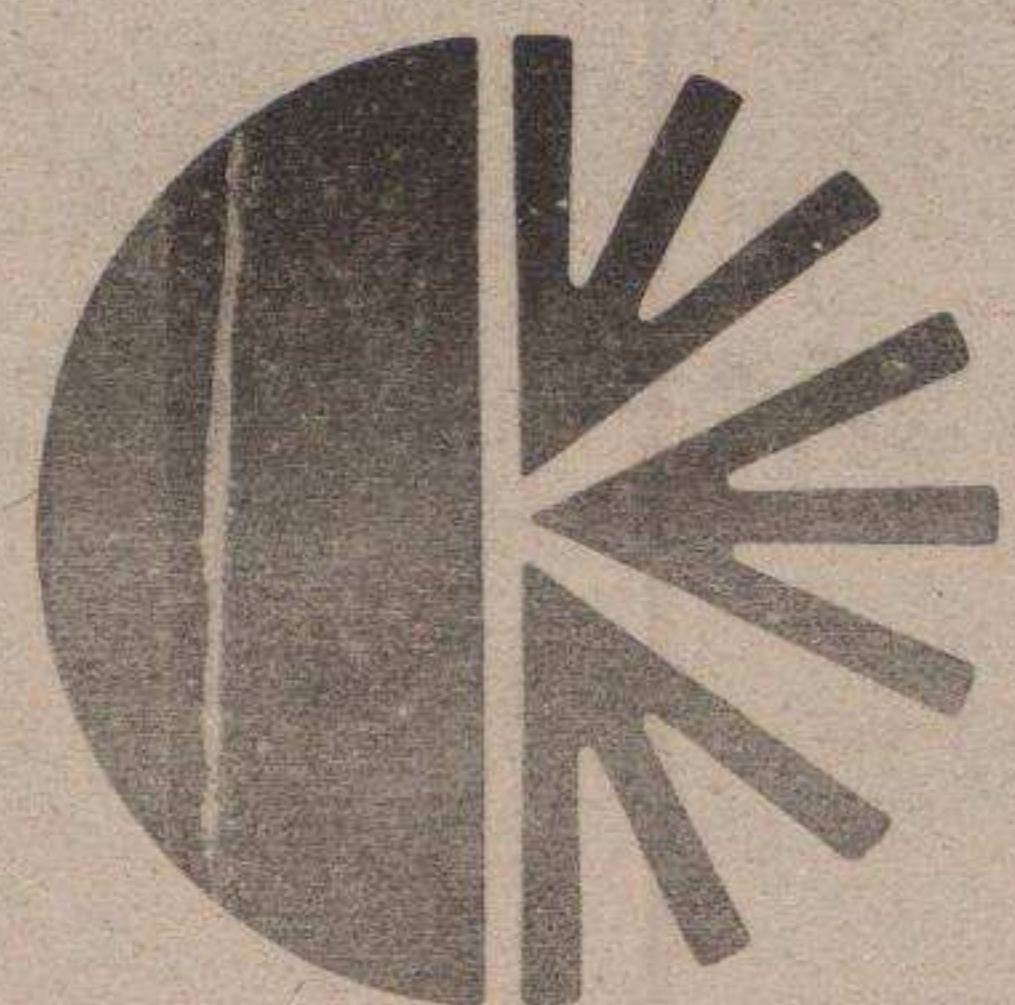
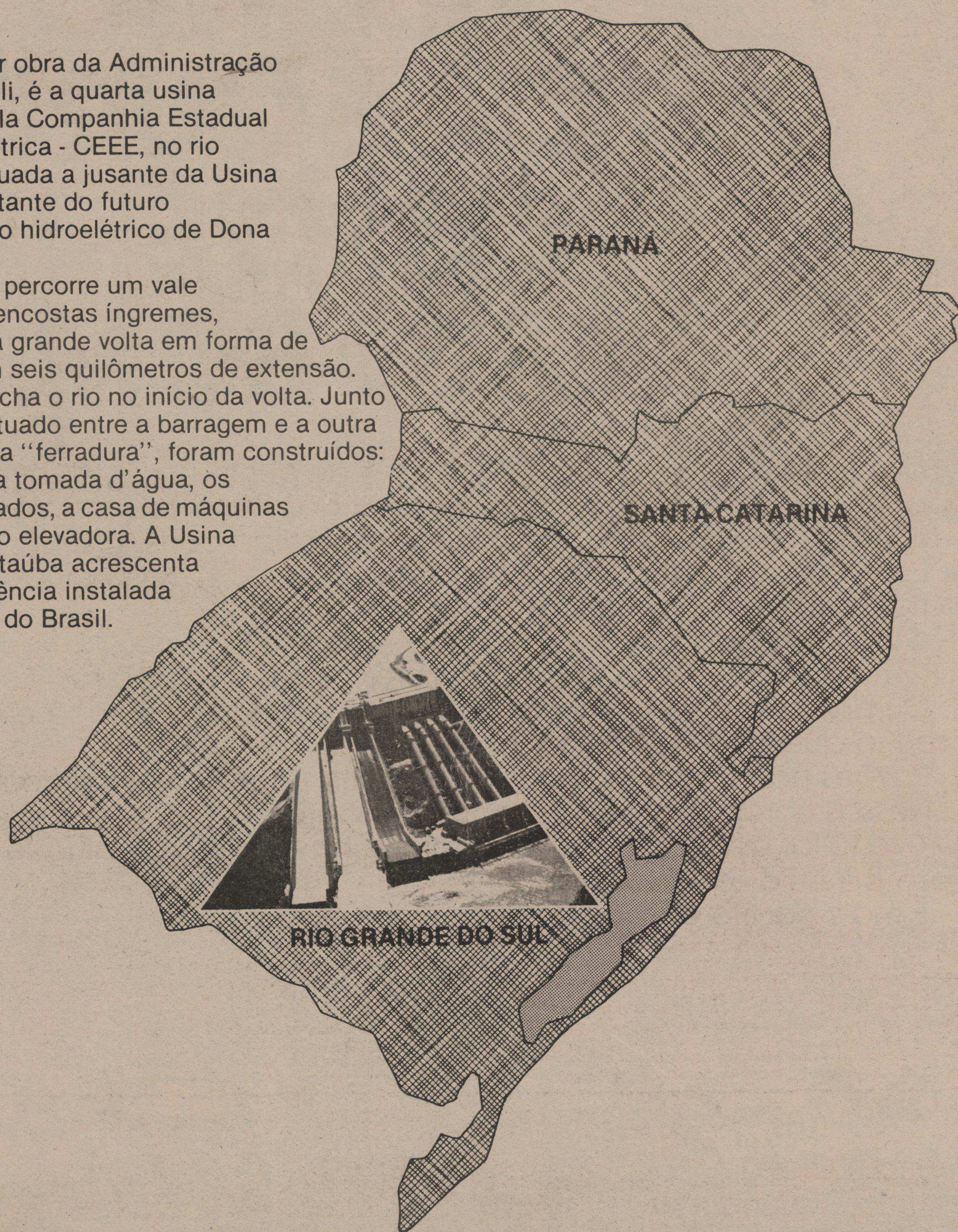


USINA HIDROELÉTRICA

ITAÚBA

Itaúba, a maior obra da Administração Sival Guazzelli, é a quarta usina implantada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, no rio Jacuí. Está situada a jusante da Usina Jacuí e a montante do futuro aproveitamento hidroelétrico de Dona Francisca.

No local, o rio percorre um vale estreito, com encostas íngremes, formando uma grande volta em forma de ferradura, com seis quilômetros de extensão. A barragem fecha o rio no início da volta. Junto ao espigão, situado entre a barragem e a outra extremidade da "ferradura", foram construídos: o vertedouro, a tomada d'água, os condutos forçados, a casa de máquinas e a subestação elevadora. A Usina Hidroelétrica Itaúba acrescenta 500 MW à potência instalada da Região Sul do Brasil.



COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA

ENERGIA PARA O RIO GRANDE QUE CRESCE

EMPRESA VINCULADA À SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

ALUGUE UM CARRO DA AUTO LOCADORA GAÚCHA. A VIDA É CURTA E ISSO É MUITO BOM.

Nos sábados e domingos fica assim de gente na Auto Locadora Gaúcha: todo mundo alugando carro pra sair por aí. Faça isso também.

Só não esqueça de que na segunda a vida continua.

E para que ela continue boa, você às vezes precisa alugar um carro no meio da semana. Quer ver?

Ou o seu carro foi para a oficina e você fica a pé.

Ou você tem que viajar e não quer gastar o seu carro.

Ou sua mulher precisa dar umas voltas de carro e você empresta o seu, o que fazer? E vai por aí.

Razões não faltam pra que você fique na mão uma ou outra vez.

Nessas horas, lembre-se de que a vida é curta. E que é preciso aproveitá-la, como diz o sujeito aquele na televisão. E alugue um carro da Auto Locadora Gaúcha.

É mais barato do que você pensa e é muito bom.



**AUTO LOCADORA
GAÚCHA**

O carro que você quiser, na hora que você quiser. Sempre.
Loja 1: Conceição, 364 - fones (PABX) 21-3333, 21-5555 e 24-5166 - Horário: 7 às 22h,
inclusive domingos e feriados. Loja 2: Av. América, 211 - fones 22-4510 e 22-2121
Horário: 7 às 22h, inclusive domingos e feriados. Loja Aeroporto: fones 42-4510 e 42-5363
Horário: Atendimento até à chegada do último voo.



Na Capela Sixtina, os Cardeais, num cenário de Rafael e Michelangelo



Na Praça de São Pedro, os fotógrafos e seus fantásticos equipamentos

"Cecil B. de Mille parece um produtor caipira", comentou o editor da TV Globo, Ronan Soares.

Ele se referia à grandiosidade do espetáculo que a Igreja Católica proporcionou à televisão durante os funerais de Paulo VI, a eleição e morte de seu efêmero e risonho sucessor, João Paulo I, e a coroação do polonês João Paulo II — após 400 anos consecutivos de hegemonia italiana sobre a Santa Sé.

Em termos de imprensa, foi a maior cobertura já vista desde o lançamento e a descida da nave americana Apolo II na superfície lunar em julho de 1969. Fora as equipes residentes das agências de notícias e os correspondentes estrangeiros fixos, mais 750 jornalistas enviados especiais estiveram na Praça de São Pedro cobrindo os acontecimentos que envolveram os três papas de 1978.

Três papas e 750 jornalistas no maior show da televisão

Coube à TV, no entanto, tirar o melhor proveito do deslumbrante show renascentista sem fazer maior esforço. Bastou registrar o espetáculo: a marcação impecável das missas campais na Praça de

São Pedro; as sessões da Capela Sixtina onde o cenário é assinado nada menos do que por Rafael e Michelangelo (o **Juízo Final**, de Michelangelo é considerado a maior obra de pintura da história da arte); o som

do Coro da Capela Sixtina, com letra e música dos maiores compositores de todos os tempos; a liturgia interpretada por figurantes do porte de D. Paulo Arns e Aloisio Lorscheider, vestidos de ouro legítimo. Enfim, bastou captar as imagens produzidas pelo Vaticano para ter um show de dar complexo de inferioridade em Hollywood.

"O maior espetáculo de som e imagem que o mundo já viu", como disse Ronan Soares, que fez a edição de imagens da cobertura para a Rede Globo. No final, os altos índices de audiência nos 50 países que receberam transmissão simultânea, ao vivo, pela TV, surpreenderam a própria Igreja Católica. Foi a maior campanha já feita para popularização do catolicismo e para reintrodução da figura do Papa entre as populações de todo o mundo.

J. W. Teixeira, Rio

Caderneta de Poupança

Sede Administrativa:
Praça 15 de Novembro, 21 - PABox 25-5555
Carta Patente nº 25 - Porto Alegre - RS

INTRANSFERÍVEL

"DEPÓSITO COM CORREÇÃO MONETÁRIA E DIVIDENDOS GARANTIDO PELO GOVERNO FEDERAL ATRAVÉS DO BNH"

No fundo, o importante é a garantia

Ninguém vive seguro sem um fundo de reserva para qualquer eventualidade. Pense nisso e abra a sua Caderneta de Poupança FIN-HAB. É a maneira mais garantida de você colocar suas economias num fundo que valoriza sempre, com os bons rendimentos da Caderneta de Poupança FIN-HAB.

Caderneta de Poupança e Poupança Programada

fin-hab

• Porto Alegre • Pelotas • Rio Grande • Canoas • Santa Maria
• Novo Hamburgo • Livramento • Caxias do Sul • Uruguaiana

studio

Crimes que Alegrete conta mas não escreve

Por Najar Tubino

Sempre foi assim em Alegrete. Quando acontecia um crime muito comentado e pouco noticiado pelos jornais do lugar, perguntava-se: quem foi o mandante? "Lá em casa, meu pai sempre dizia: não se meta com essas coisas, menino", conta o advogado criminalista Ely Simões, 20 anos de profissão exercidos em Alegrete, um município de grandes fazendas situado a 485 quilômetros de Porto Alegre e a 145 da fronteira com a Argentina.

O município — que foi capital do estado durante a Revolução Farroupilha, no século passado — mudou bastante, nos últimos tempos. A cidade tem 70 mil habitantes, nela surgiram 15 vilas populares, ganhou jeito de centro urbano. A pecuária cedeu grandes espaços à agricultura, muitas das grandes fazendas foram fracionadas pelos herdeiros, a população que vivia nessas fazendas foi viver na pobreza da cidade, onde há uma só grande fonte de emprego, um frigorífico que, em época de safra, ocupa até 800 operários. Tem a rotina de qualquer outra cidade da chamada região da Campanha.

Mas conservou uma característica própria: os crimes *de honra* (ou não), envolvendo gente rica, freqüentemente permanecem misteriosos, fazem correr grandes somas aos escritórios dos criminalistas e alimentam versões que ninguém patrocina. Os dois últimos casos — um deles antigo, revivido por um promotor que alguns acusam de querer "se promover" — envolvem dois crimes cometidos com premeditação e frieza e os nomes de dois fazendeiros: Antônio Miranda Salles, apelidado de *Nico Veado*, 72 anos, pecuarista médio, dono de 1.600 hectares; e Romualdo Antunes Pinto, 70 anos, 3.500 hectares de terras.

1967. O pedreiro Delci Lara Bilheri, 38 anos casado, pai de dois filhos, contratou um serviço na fazenda de Nico Veado e em poucos dias selou o seu destino. Uma morte violenta, "com requintes de barbarismo", como diria anos depois o promotor Álvaro Azevedo Gomes. Foram 18 facadas, em pontação, espalhadas pelo corpo, a cabeça quase decepada e os órgãos sexuais mutilados. No dia 14 de agosto, numa manhã de inverno, seu corpo foi encontrado sobre os trilhos do trem que circula entre Alegrete e Quaraí, vestindo apenas um calção e uma camisa branca rasgada.

Não havia sangue no local: as feridas tinham sido cobertas com mechas de lã. Nos tempos seguintes, passou a ser conhecido como o Crime dos Trilhos de Quaraí. A cidade ficou chocada com a brutalidade. O delegado de polícia Clécio Nazário foi para uma emissora de rádio e tentou ganhar confiança:

— Em 24 horas trarei os criminosos — prometeu.

Não trouxe. Passaram-se 11 anos, o processo tem quase 500 páginas e os acusados, conforme as investigações, continuam em liberdade. São eles: o fazendeiro e seu filho Alexandre, o contrabandista Albertino Dias Silva — primo do fazendeiro —, o gaiteiro e trovador Saul Paula Corrêa e seu irmão Selmar. As investigações descobriram que o pedreiro Delci foi assassinado a mando de Nico Veado. Logo que se empregou na fazenda, cometeu a imprudência de espalhar que andava mantendo relações amorosas com a mulher de Alexandre, a nora de Nico Veado.

Esse é o primeiro capítulo. Nos seguintes, o *Crime dos Trilhos de Quaraí* — assim ficou conhecido — enveredou por um emaranhado de trágicas *coincidências*, durante as quais delegados e investigadores foram afastados das funções e nada menos que quatro testemunhas desapareceram — algumas vítimas de morte nada natural. João Gomes de Freitas, um mulato aleijado de 70 anos, que morava bem em frente ao lugar onde foi encontrado o cadáver, desapareceu carbonizado em seu casebre, dois dias depois do achado. Havia evidências, mas ninguém provou que o incêndio fora criminoso.

José Felix Rodrigues, o *Fifi*, um jornalista de 56 anos, morreu em dezembro de 71. O médico legista Celso Xavier Paim — o que tem assinado todas as certidões de

óbito — atestou "morte súbita" e não entrou em detalhes. A família do jornalista diz que ele não podia ter morrido subitamente e foi levantada a suspeição. Era outra testemunha importante.

Em agosto de 72, foi a vez de Adalberto dos Santos Estigarribia, 21 anos. Na época do crime, ele tinha 16 anos e havia feito um pormenorizado depoimento contando a morte de Delci Bilheri. Agora ele deveria confirmar o depoimento na Justiça. A caminho do Fórum, sentiu-se mal, foi hospitalizado e morreu no dia 25 de agosto. Causa mortis: envenenamento por um poderoso tóxico usado nas fazendas para matar carrapatos nos rebanhos. Ano passado, na Argentina — em circunstâncias que as autoridades de Alegrete ainda não conseguiram esclarecer —, foi morto Alberto Dias, um tropeiro que nunca teve moradia certa e que era apontado no processo como um dos executores da morte do pedreiro.

As investigações — nas quais se envolveram diversos investigadores e o delegado que iniciou o inquérito deixou a cidade sob acusação de ter sido subornado pelo fazendeiro — levaram a duas versões sobre o lugar onde o pedreiro foi assassinado, mas os personagens envolvidos são os mesmos. Somente quatro anos depois do crime o processo chegou efetivamente à Justiça — antes, por umas quatro vezes ele foi devolvido à polícia para ser complementado.

De 1974 até março deste ano, o processo ficou parado na Justiça de Alegrete. Nesta época, chegou à cidade o promotor Edson Pontes de Magalhães, transferido de São Borja, outra cidade de crimes violentos. Pediu novas diligências, não conseguiu grandes resultados, mas já tomou uma decisão: acha que as provas do processo são satisfatórias e vai pedir a pronúncia dos denunciados. Ely Simões, o primeiro advogado a defender Nico Veado, tem opinião diferente: "Não existem dados concretos dentro dos autos que incriminem os réus". Magro, "sofrido com os episódios" — dizem seus conhecidos —, aos 72 anos Nico repete o que dizia há 11 anos: "Calúnias que o povo inventou" — e pede para não ser fotografado.

1977. No dia 4 de julho o menor — 16 anos na época, 18 completados em setembro deste ano — José Solismar Guidolin convidou o vizinho Nadílio Barbosa, casado, 32 anos, três filhos, nos campos de uma filha do fazendeiro Romualdo Antunes Pinto. Embarcaram num trator. No lugar da caçada, o menor deu um tiro de espingarda na cabeça e matou o vizinho. No outro dia, retornou ao local para esconder o cadáver dentro de um riacho.

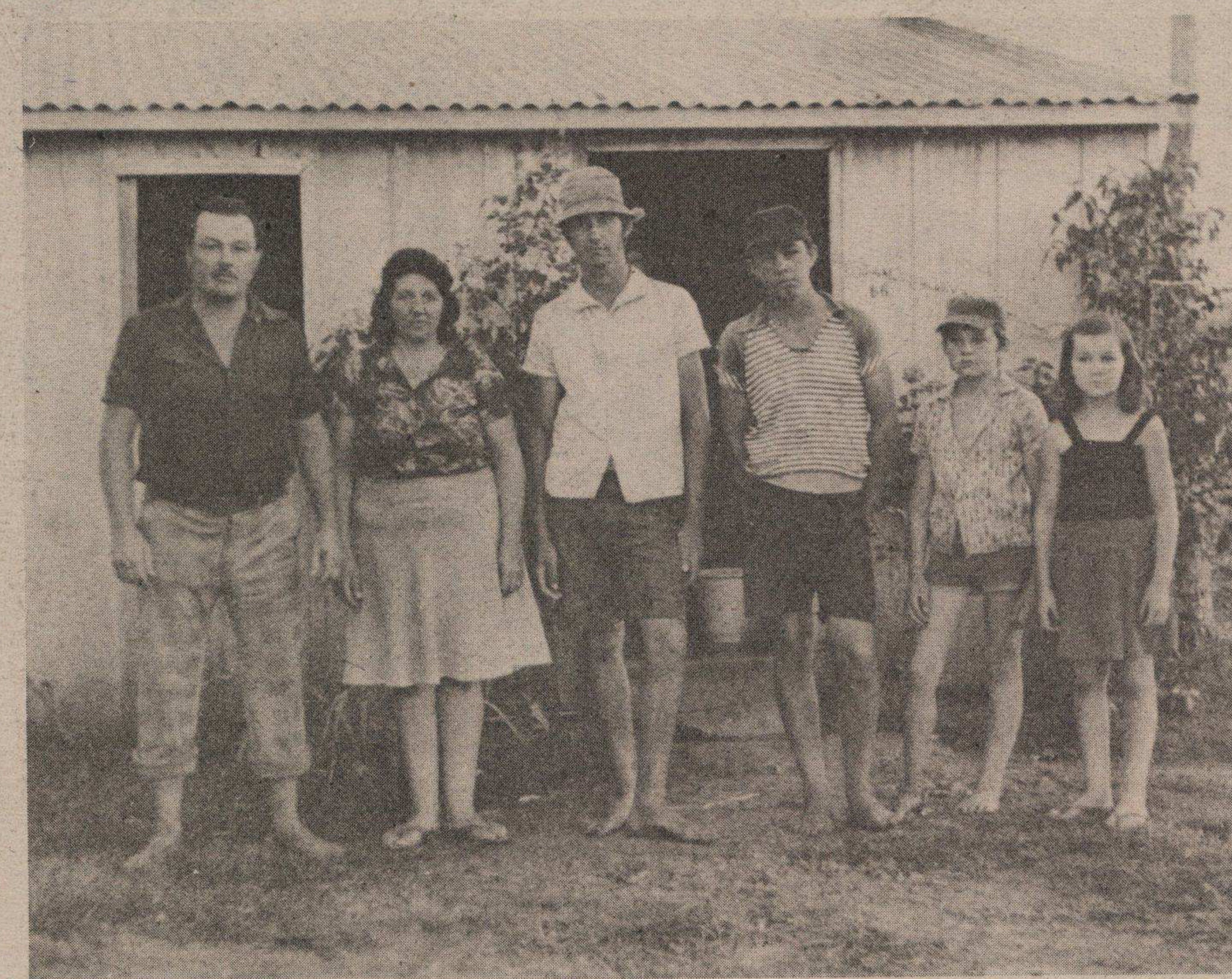
Parecia um crime a mais, perfeitamente claro. Alguns dias depois, entretanto, o menor mudou o rumo do caso. Contou que matara o vizinho a mando do fazendeiro Romualdo Antunes Pinto e que fora o filho deste, Luís Gonzaga Pinto Neto, 28 anos, que cumpre pena de cinco anos no presídio de Alegrete por ter participado de uma curra, quem arquitetara o plano. Segundo disse, ele deveria matar o vizinho, jogar o cadáver na água e vender o trator por Cr\$ 55 mil, dos quais ficaria com Cr\$ 5 mil e entregaria o restante a Luís Gonzaga.

E o móvel do crime? Um complicado emaranhado também, que acontece onde existem terras, arrendatários e muitos interessados. Na localidade de Jacaraí, a 30 quilômetros de Alegrete, José Adelmo Guidolin, a mulher e cinco filhos — uma família de *gringos* (descendentes de italianos) que estão saindo da Serra para a região da Campanha em busca de terras férteis —, cumpre um contrato de cinco anos para plantar arroz nos campos de Romualdo Pinto.

Francisco Botarro, de quem Nadílio era empregado, é outro arrendatário de Romualdo Pinto, que deseja retirá-lo de suas terras e mantém litígio com ele. Por último, o velho fazendeiro teria interesse na mulher de seu empregado, Marlene. Neste ambiente teria se desenrolado a trama e praticado o crime. Com base na confissão do menor, o promotor Edson Pontes de Magalhães fez a denúncia do fazendeiro e de seu filho Luís Gonzaga e o juiz Armando Mário Bianchi aceitou e mandou qualificar



Ely Simon (esq.)
Romualdo Pinto
(acima) e
Nico Veado: três
personagens
das histórias de
crimes
sem culpado do
Alegrete.
Abaixo, a família
Guidolin.



Magalhães, o promotor que remexeu com os "mistérios"



os dois acusados, enquanto era aberto um processo especial contra o menor.

— É um absurdo. As declarações do menor são inverídicas — foi o pouco que o fazendeiro Romualdo Antunes Pinto disse no inquérito policial, quando se negou a falar e acabou apenas respondendo a algumas perguntas do escrivão. Tanto ele quanto seu filho, negam qualquer envolvimento no crime e seus advogados têm procurado provar com depoimentos de empregados de Romualdo, que o menor era amante da mulher da vítima e este seria um dos motivos. Além disso, José Solismar seria louco.

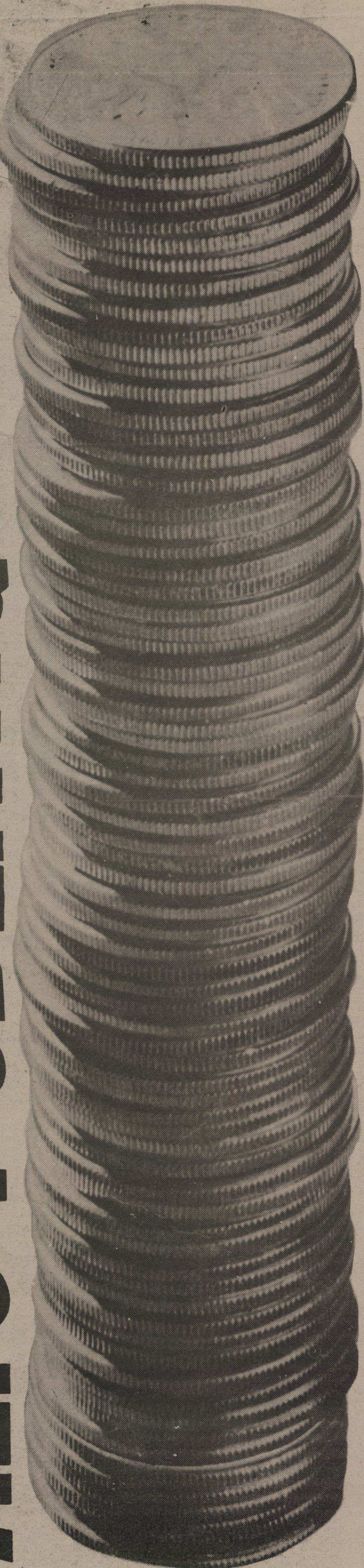
O crime corre o risco de permanecer impune. A condição de menor quando praticou o crime, impede que José Solismar seja punido. Apesar disso, ele foge e se esconde nos matos da região quando algum estranho se aproxima da casa de seu pai e este se queixa de estar sendo pressionado para abandonar as terras quando ainda faltam dois anos para vencer seu contrato com Romualdo Pinto.

Rude, poucos estudos, tratorista na propriedade do pai e trabalhador braçal, José Solismar cometeu o crime e logo depois foi considerado louco com base no laudo do médico (ou psiquiatra) Emir Hausen, que atestou como diagnóstico: "Personalidade esquizóide, com traços psicopáticos. Periculosidade média para atos anti-sociais. Seu recolhimento para atendimento psicopedagógico é fundamental diante de sua periculosidade e necessita elaborar o ocorrido e poder criar condições de seus impulsos agressivos".

Com base neste diagnóstico, o menor foi encaminhado ao Instituto Central de Menores, em Porto Alegre, onde conviveu com um tipo de pessoas desajustadas que ele não imaginava existirem e fugiu duas vezes — a última, para ir se esconder nos matos próximos a casa de seu pai, onde ainda se encontra. Em Alegrete, o promotor se diz "indignado com o laudo, mas ainda não sabe se conseguirá levar o fazendeiro e o filho a júri popular, assim como pretende fazer com os acusados do Crime dos Trilhos de Quaraí.

Mas em Alegrete o crime do menor já é conhecido como o *Crime do Tratorista*, uma maneira que a população encontrou para popularizar os assassinatos que as pessoas entendem que permanecerão misteriosos. Febrônio Rodrigues, um coronel reformado de 74 anos, promete até escrever um livro sobre estes episódios. Segundo suas pesquisas, o primeiro foi o *Crime dos Pedro*, ocorrido no fim do século passado. Dois franceses e um empregado brasileiro — todos chamados Pedro — foram assassinados, durante à noite, dentro de uma casa comercial. Das versões levantadas na época, passou à história aquela que atribuiu a autoria à Maçonaria, que teria contas a ajustar com os franceses e matou o brasileiro para não deixar testemunha.

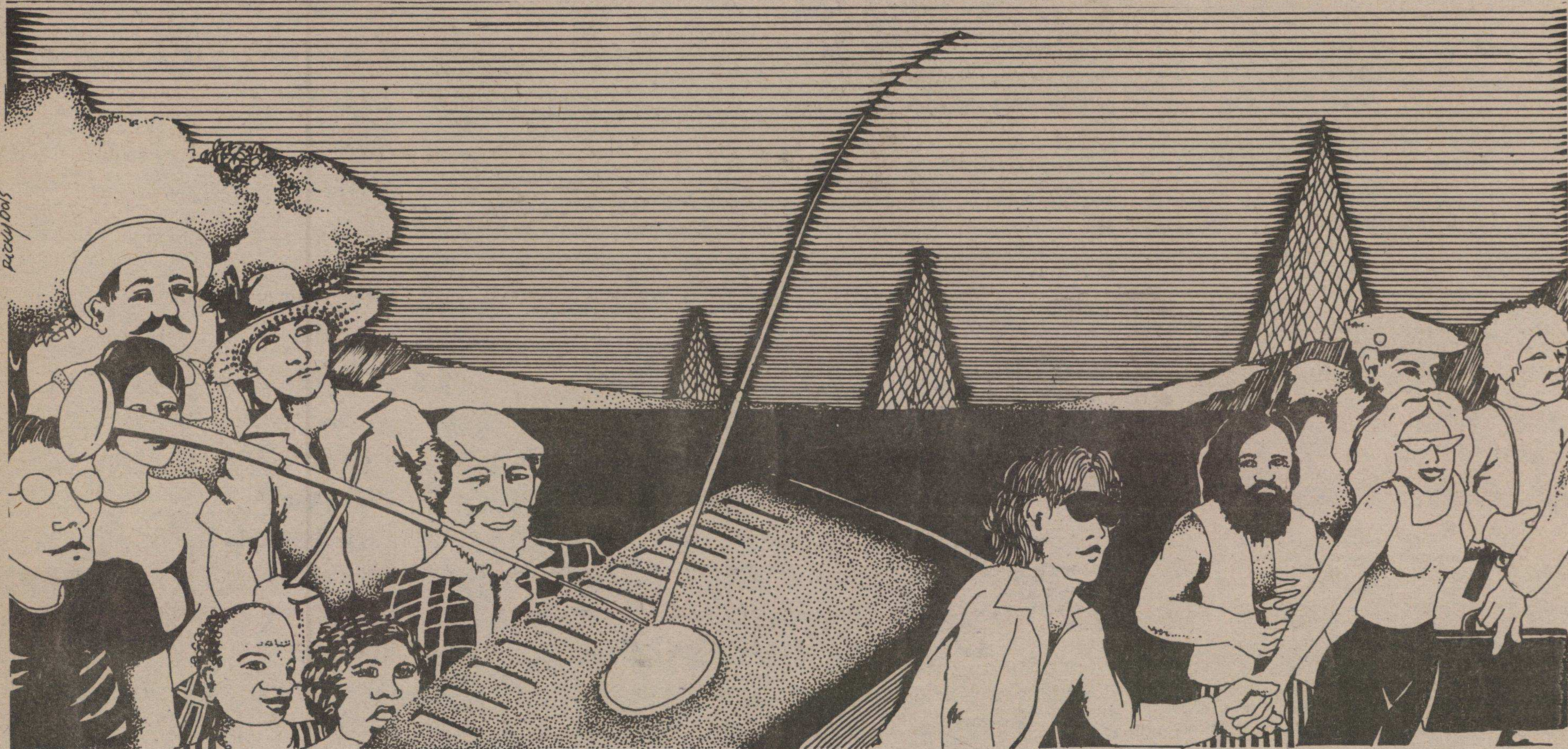
ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

**RADIO
UNIVERSAL
FM STEREO**

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".



A TV NÃO É O DIABO!

Sim, a TV está mudando o interior brasileiro. Mas sua influência não é tão má como se pensa.

Por Geraldo Hasse

- Quem diz **Nossos comerciais, por favor?**
- Quem disse **Independência ou Morte?**

Estas duas perguntas foram feitas em 1972 à população de Ibitinga, cidade de 35 mil habitantes, a 370 quilômetros de São Paulo, no interior paulista. Por incrível que pareça, a porcentagem de acerto foi de 85% na primeira pergunta (Flávio Cavalcanti) e de 70% na segunda (Dom Pedro I).

É engraçado mas também é sério. Quem fazia as perguntas era um jovem professor da Universidade de São Paulo, Luiz Augusto Milanesi, que andava pesquisando a mania brasileira de assistir à televisão. Suas observações sobre Ibitinga, realizadas sistematicamente durante cinco anos, resultaram numa tese de pós-graduação na Escola de Comunicações e Artes da USP. Concluída em 1977, a tese intitulada "Processo de integração de uma cidade do interior paulista na sociedade de consumo ou **O Paraíso via Embratel**" vai sair em livro de 220 páginas da Editora Paz e Terra, com tiragem inicial de quatro mil exemplares, agora em dezembro.

Com perguntas como as reproduzidas acima, Milanesi queria verificar até que ponto vai a força da televisão. Ele já sabia, como qualquer um sabe, que muitas pessoas têm sua vida condicionada pelo aparelho instalado em lugar de honra da casa, mas acabou se surpreendendo com algumas conclusões da pesquisa. Aliás, teve um choque ao verificar que o Imperador que proclamou a independência do Brasil em 1822 é menos conhecido que um animador da TV Tupi. Seu comentário:

— Se Dom Pedro I tivesse gritado **Independência ou Morte!** pela TV, via Embratel, a História seria diferente.

Ao contrário do que pode parecer, pelo título extenso da tese e pela própria tradição da maioria dos trabalhos acadêmicos, que tendem a ser pesados e maçantes, o trabalho de Milanesi é de fácil leitura e chega a possuir trechos hilariantes. É que, além de negar-se a assumir uma postura de intelectual, Milanesi escreveu com

emoção sobre algo que faz parte de sua vida, pois foi em Ibitinga que se criou, cresceu e estudou, até mudar-se para São Paulo em 1968, quando tinha 23 anos de idade e foi estudar Comunicações na USP.

Por coincidência, na época em que saiu de Ibitinga, a cidade estava começando a viver intensamente o fenômeno da televisão, graças à instalação, pouco antes, de uma torre repetidora de imagens na região. Antes disso, as imagens de TV eram ruins, só aparecendo mais nitidamente em certos dias de meteorologia favorável. Com o distanciamento, sempre que voltava para rever a família, Milanesi percebia mudanças notórias no comportamento de Ibitinga.

Desta forma, quando precisou escolher um tema para desenvolver sua tese de pós-graduação, em 1972, ele decidiu estudar sua própria cidade natal em face da televisão. Realizou o trabalho sob orientação do professor Paulo Emilio Salles Gomes, que faleceu em 1977, dois meses depois da apresentação e defesa da tese, aprovada com louvor.

"Talvez esperem jacaré. Eu tenho uma lagartixa"

Ao contrário da maioria dos pesquisadores acadêmicos, Milanesi fez poucas leituras preparatórias antes de se atirar às pesquisas *in loco*. Além de ter pouca tendência para a teorização, ele era auxiliar de ensino do Departamento de Bibliotecologia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP: sabia, portanto, que praticamente inexistem trabalhos sobre a televisão no Brasil.

No começo, Milanesi aplicou junto à população de Ibitinga os tradicionais questionários de pesquisas, perguntando quantas horas por dia as pessoas assistiam à televisão, quais os programas prediletos e questões do gênero, para descobrir como a

cidade se comportava em relação à TV. Logo concluiu que seria pouco satisfatório limitar-se a questionários. Pergunta ele:

— De que adianta saber que a população de Ibitinga assiste em média duas horas de televisão por dia?

Em consequência, Milanesi preferiu estudar o comportamento da cidade em face da TV através de conversas com os habitantes. De conversa em conversa, descobriu nos velhos uma grande nostalgia pelos tempos antigos. O resultado é que ele acabou recuando a pesquisa para 1905, época que marca o limite final das lembranças dos velhos e o início dos registros da vida local através da imprensa de Ibitinga.

Mais do que uma tese acadêmica, portanto, o trabalho de Milanesi acabou se transformando num relato minucioso e extremamente sensível das transformações sociais, culturais, econômicas e até políticas ocorridas ao longo do século numa pequena cidade do interior paulista. Dentro desse processo, a televisão aparece como um elemento espetacular que acelera e excita as transformações.

— Talvez as pessoas esperem um jacaré e o que eu apresento é uma lagartixa — comenta Milanesi. — Mas a minha conclusão é que a televisão não chega a ser o monstro de que falam. Em termos de impacto junto à população de Ibitinga, por exemplo, o rádio foi proporcionalmente muito mais sensacional, ao aparecer, do que a televisão.

"É um instrumento que reproduz um modo de vida"

No início do século, o único veículo entre Ibitinga e o resto do mundo era o trem. Era exclusivamente ele que levava para a cidade jornais, revistas, viajantes, produtos manufaturados, artistas, espe-

táculos de circo e de teatro. Com tudo que significava, a chegada do trem a Ibitinga tinha o poder de regular a vida das pessoas, e muitas iam regularmente à estação, para receber os jornais, uma encomenda ou algum artista, ou simplesmente para assistir ao espetáculo da chegada do trem.

Posteriormente, na década de 30, apareceu o rádio, que provocou alterações profundas no comportamento dos habitantes da cidade. Como em todo Brasil, muitos habitantes de Ibitinga se reuniam diariamente ao redor dos poucos aparelhos de rádio existentes, nas casas mais abastadas, para ouvir as notícias ou assistir aos programas de música.

— Antigamente — explica Milanesi — o artista chegava pessoalmente pelo trem. Depois, passou a falar à distância, pelo rádio. E dentro desse processo de aproximação entre cidade pequena e cidade grande, através da tecnologia, a televisão foi o ponto culminante.

Ibitinga, como as cidades brasileiras em geral, mudou lentamente suas características particulares. Mas a televisão não pode ser responsabilizada isoladamente pelas mudanças, pois não passa de um instrumento — brilhante e espetacular — de um modo de produção e de vida. Esclarece Milanesi:

— Se devo manifestar algum horror diante do que aconteceu em Ibitinga, não é em relação à televisão, mas à sociedade capitalista, que leva as pessoas a valorizar a posse de bens materiais. A televisão é um simples condutor desta ideologia. Se não existisse a TV, o rádio continuaria exercendo esse papel, como exerceu e ainda exerce.

O fato é que Milanesi, apesar de meio espantado, não se horroriza com as mudanças de Ibitinga que são certamente as mesmas que ocorrem em todo o interior brasileiro. Em certo sentido, até acha graça, pois considera as transformações inevitáveis. Desde que deixou Ibitinga, ele costuma escrever artigos para o velho Jornal da cidade, *O Comércio*. Já assinou mais de 350 artigos e não ignora que chega

a ser visto como um elemento antiprogres- so, pois ridiculariza a campanha para que Ibitinga tenha um edifício, símbolo de progresso para a maioria dos seus habitan- tes.

Quando surgiu na cidade uma espécie de movimento em favor da construção de um edifício, Milanesi passou a escrever artigos sob o pseudônimo de Campos de Matos, personagem meio ecológico que se empenhava em combater os argumentos de um tal Urbano, outro personagem fic- tício inspirado no sonho de grandeza ur- bana dos ibitinguenses. Para surpresa de Milanesi, que passa seus dias numa salinha de 20 metros quadrados num bloco de con- creto da Cidade Universitária, em São Paulo, os artigos de Campos de Matos provocaram uma polêmica pelas páginas de *O Comércio*. Vários leitores do jornal passaram a escrever comentários, ora para atacar Campos de Matos, ora para defen- der Urbano.

Agora que seu trabalho vai sair em livro, Milanesi tem certo receio da reação dos ibitinguenses. Teme também que atese, mais parecida com uma reportagem, seja encarada como prosaica pelos críticos da produção acadêmica. Por tudo isso — e para não perder a tranquilidade que o anonimato lhe proporciona —, chegou a pensar em usar um nome fictício como autor do livro. Mas os diretores da Editora Paz e Terra não o levaram a sério, inclusive porque Milanesi sugeriu nomes pouco recomendáveis para um livro tão impor- tante. Nomes como Narciso Silvestre ou Pacífico Pirônio. No fundo, Milanesi — que tem 33 anos, veste camiseta e só anda de chinélos — é um gozador que não per- doia nem a si próprio.

“O caipira trocou a pinga pelo uísque”

Como é muito observador, Milanesi analisou em seu livro até as alterações na linguagem de Ibitinga, o que certamente dá um tom prosaico ao seu texto. Por exemplo, numa padaria de Ibitinga regis- trou-se o seguinte diálogo entre uma ex- caipira e a competente proprietária do negócio:

— Tem pães?
— Não!

Um diálogo finíssimo entre uma moça que quer falar bonito e uma velha que a coloca no seu lugar, com ironia imediata. Para Milanesi, esses processos de alteração na linguagem cotidiana revelam um desejo de ascensão por parte das pessoas que vêm da zona rural e entram em contato com a cultura urbana influenciada pela televisão. Um fenômeno semelhante ocorre com o modo de falar acaipirado. Por costume, o caipira fala assim:

— Tem uma praça na rua.

No entanto, o caipira que tem vergonha de ser caipira tenta falar certo e comete erros como este:

— Tem uma roupa dentro do almário.

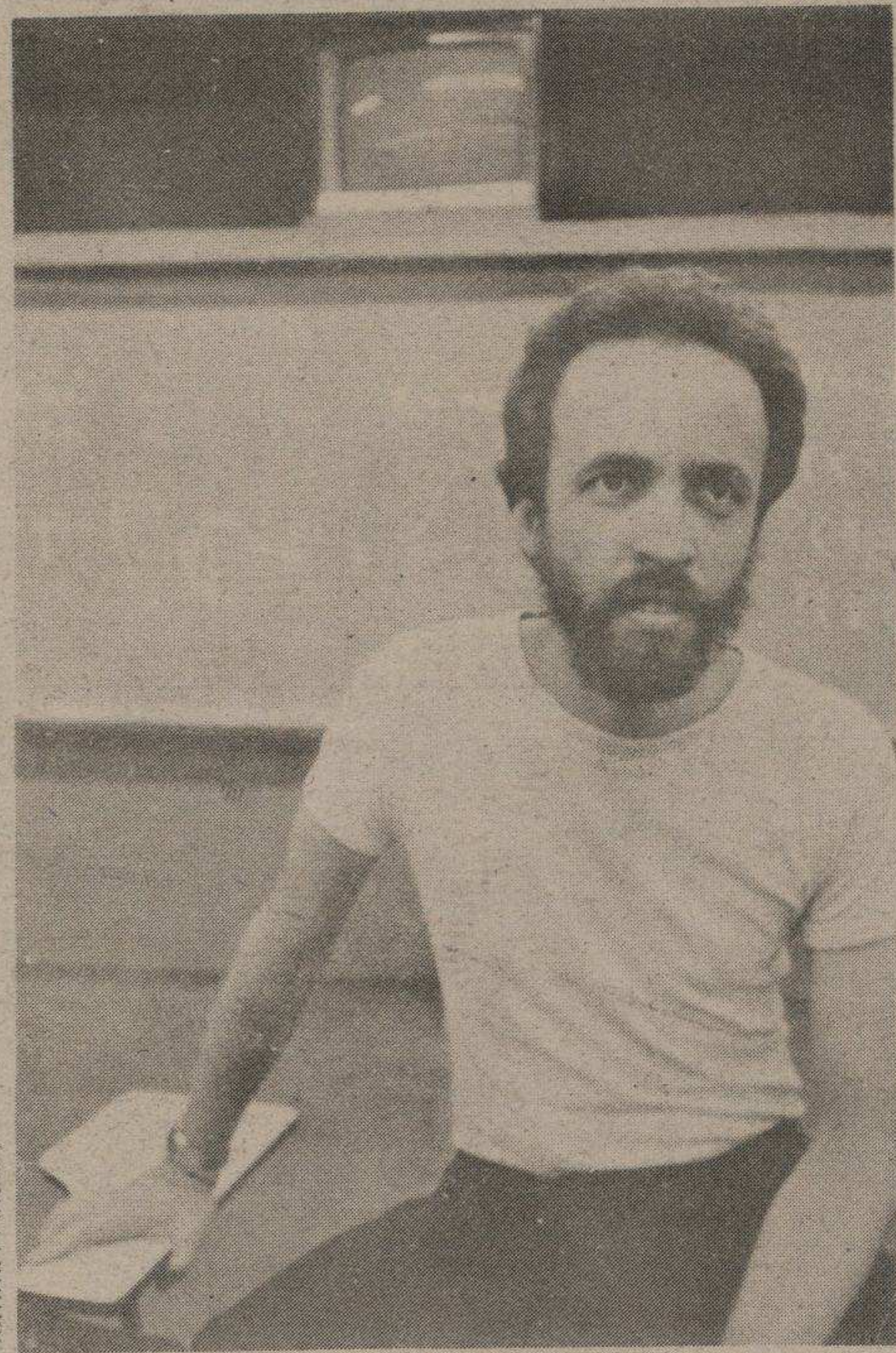
Embora engraçado, tudo isso é muito sério, pois significa que os valores e as referências das pessoas sofreram mudan- ças. Assim como abandona seu velho modo de falar, trocando-o por formas mais erradas e grotescas, o caipira que não quer ser caipira deixou de lado a pinga para aderir ao uísque. Não porque goste de uís- que, mas porque através do uísque ele se identifica com valores anunciados pela cultura urbana em que pretende entrar.

Ao lado dessas alterações sutis, o trabalho de Milanesi contém um levanta- mento praticamente completo das mudan- ças ocorridas em Ibitinga em todos os setores. A troca ou a adulteração de costumes não são atribuídos exclusiva- mente à televisão, mas a uma soma de in- fluências em que a TV exerce um papel preponderante. O levantamento de Mi- lanesi faz referências aos seguintes aspec- tos:

TEATRO — Até a década de 60, Ibitinga possuía grupos de teatro amador. Em certas épocas, a cidade chegou a ter dois grupos atuando simultaneamente. O auge do movimento artístico local foi na década de 20, antes da chegada do rádio. Mas o teatro de Ibitinga está praticamente extinto desde 63.

MÚSICA — Ocorreu um processo parecido com o do teatro. Ibitinga tinha duas bandas próprias que deixaram de existir, por falta de função. Antes, elas ani-

Os moradores de Ibitinga descobriram na TV que cidade grande não tem verde. E cortaram as árvores antigas e frondosas do centro da sua cidade.



Milanesi: “Se D. Pedro tivesse a TV...”

mavam festas, acompanhavam procissão ou simplesmente atraíam o povo para o coreto da praça central, ao anoitecer. O golpe de morte foi executado pelo serviço de alto-falantes instalado no coreto da praça. Com a proliferação dos discos, o serviço de alto-falantes tocava maior número de músicas, sem necessidade de ensaios.

CINEMA — O único cinema de Ibitinga resistiu à fuga de seu público que ficou em casa para ver televisão. Ele ficou às moscas durante anos, mas ultimamente começou a se recuperar. Segundo Milanesi, isso significa que a televisão, por maior fascínio que exerça, acaba atingindo um ponto de saturação. Ou seja, as pessoas passam a buscar derivativos e acabam retornando a formas antigas de lazer, como o cinema.

HÁBITOS DE CONSUMO — Os produtos de confecção caseira foram substituídos pelos manufaturados. Antigamen- te, em Ibitinga, como em todas as pe- quenas e médias cidades do Brasil, havia o costume de fazer sabão em casa. Depois, o sabão caseiro foi substituído pelo sabão em pedra vendido em armazéns. Agora, usa-se o sabão em pó anunciado pela televisão e adquirido no supermercado. Fenômeno semelhante ocorreu com os doces. Antigamente, as famílias se reuniam para colher frutas, descascá-las e fazer doce em tacho. Hoje, o costume é comprar marmelada, goiabada, etc., no supermer- cado. As profissões artesanais, como a de sapateiro ou funileiro, também sofreram um baque. Segundo Milanesi, porém, a televisão não matou as atividades arte- sanais e caseiras; ela foi simplesmente um instrumento de reforço de um processo de massificação do consumo de artigos indus- trializados.

FESTAS POPULARES — O carnaval de rua acabou com Ibitinga. Antigamente havia mistura de classes graças às brincadeiras do carnaval de rua. Hoje, para assistir ao carnaval de rua, basta ligar a TV. Para pular, há os clubes da cidade, cada um para uma classe.

As quermesses religiosas eram uma confraternização. Hoje a maioria se diverte assistindo aos poucos que comem no local da quermesse. Quanto ao futebol, a po- pulação prefere assistir aos jogos transmi- tidos pela TV. A prática desse esporte só existe em Ibitinga como lazer e não como espetáculo, pois a televisão oferece coisa muito melhor.

RELIGIÃO — O enfoque social da Igreja, após o Conílio Vaticano II, foi rejeitado em Ibitinga. Quando os padres começaram a mostrar preocupações so- ciais, os fiéis abandonaram a Igreja. Só voltaram quando os padres atribuíram a velha ênfase aos rituais da confissão, da comunhão e da procissão. Nos bairros novos, formados por migrantes rurais, cresceram as chamadas religiões pentecos- tais (Assembléia de Deus, etc.) Essa po- pulação vinda do campo despreza os

valores urbanos decantados pela televisão. Para eles, a TV é o diabo.

MODA — As mudanças na indumen- tária foram muito influenciadas pela te- levisão. Antes dela, era preciso esperar pelas revistas que traziam os figurinos. Hoje, há pessoas em Ibitinga que se vestem como as da Rua Augusta, em São Paulo, graças à simultaneidade dos lançamentos. Em 1972, 76% da população de Ibitinga era a favor da minissaia, 59% favorável ao cabelo comprido e 57% contra a barba comprida. A reação contra este último as- pecto explica-se porque o hábito da barba ainda não estava bastante difundido.

PROGRESSO E ECOLOGIA — Ibitinga faz questão de ser progressista, no sentido de ter as coisas de uma cidade grande. As- sim, a atividade agrícola não tem prestígio, enquanto uma fábrica é um mito. Quando ocorre um acidente de trânsito em Ibitinga, junto com o horror, há certo júbilo, porque isso a faz parecida com as grandes cidades. Apesar de tudo, Ibitinga ainda não tem nenhum edifício, o que deprime bastante muitos dos seus habitantes.

“O que você faria sem televisão?
— Deus me Livre!”

Por admiração a São Paulo, cuja imagem urbana não incorpora a presença de árvores frondosas, a população de Ibitinga realizou há alguns anos uma campanha contra as árvores locais. Foram usados vários argumentos contra elas. Primeiro, atraíam bichos. Segundo, per- mitiam a proliferação de mosquitos. Ter- ceiros, atrapalhavam os fios de eletricidade.

dade. Além disso, sujavam a rua. Por fim, escondiam a fachada das casas. Por volta de 1966, em consequência da campanha, as grande árvores de Ibitinga, remanes- centes da floresta primitiva da região, foram derrubadas.

Hoje, começa a aparecer em Ibitinga uma consciência ecológica, paradoxal- mente levada pela televisão. Como diz Milanesi, embora seja uma cidade muito quente, Ibitinga não se preocupa com o valor das árvores, que podem fornecer boa sombra, mas com o modismo da ecologia.

— A televisão mudou a sua vida?

Em sua pesquisa, Luiz Augusto Milanesi colocou essa pergunta e a resposta foi não em 60% dos casos. Segundo a maioria da população, “a vida em Ibitinga continua como antes”. Ou seja, a televisão se inseriu no cotidiano das pessoas, tornando-se um hábito como outro qualquer. O ibitinguen- se nega que tenha havido qualquer mudan- ça, mas Milanesi prova que houve profun- das transformações. Em sua tese, ele apresentou um gráfico da frequência anual de eventos próprios de Ibitinga, como es- petáculos, concursos e comemorações promovidos pela própria população. De 1911 a 1973, o gráfico faz uma curva descen- dente. Com base em levantamentos feitos na imprensa local, Milanesi constatou que, antigamente, Ibitinga criava muito mais festas para seu lazer. Em 1913, houve cinco eventos naturais de Ibitinga. Em 1918, dezoito; em 1923, nove; em 1928, onze; em 1931, quinze; em 1936, vinte e três; em 1943, sete; 1948, oito; em 1953, oito; em 1958, cinco; em 1963, quatro; em 1968, um; em 1972, zero; em 1973, zero.

— O que você faria se não houvesse televisão? — perguntou Milanesi em seu questionário.

— Deus me livre! — respondeu uma moça de Ibitinga.

A maioria das resposta a essa pergunta resultou no seguinte quadro:

Sair a passear na rua	24,5%
Ler	13,2%
Ir ao cinema	11,7%
Dormir	8,9%
Visitar amigos	5,8%
Estudar	4,0%

Vem aí a edição especial do Coojornal

HUMOR AS PAMPAS

Todo o Rio Grande do Sul está revisado humoristicamente nesta edição.

Você vai rir das tradições, da história e da vida gaúcha nos últimos tempos.

Com o talento, a capacidade e a inteligência de rir de si mesmo dos melhores humoristas gaúchos.

Participação especial dos maiores nomes do humor brasileiro, além de poetas, escritores, cronistas e intelectuais baixando o pau nas coisas do Sul.

Você não pode perder HUMOR AS PAMPAS.

Nas bancas, a partir de 20 de dezembro.



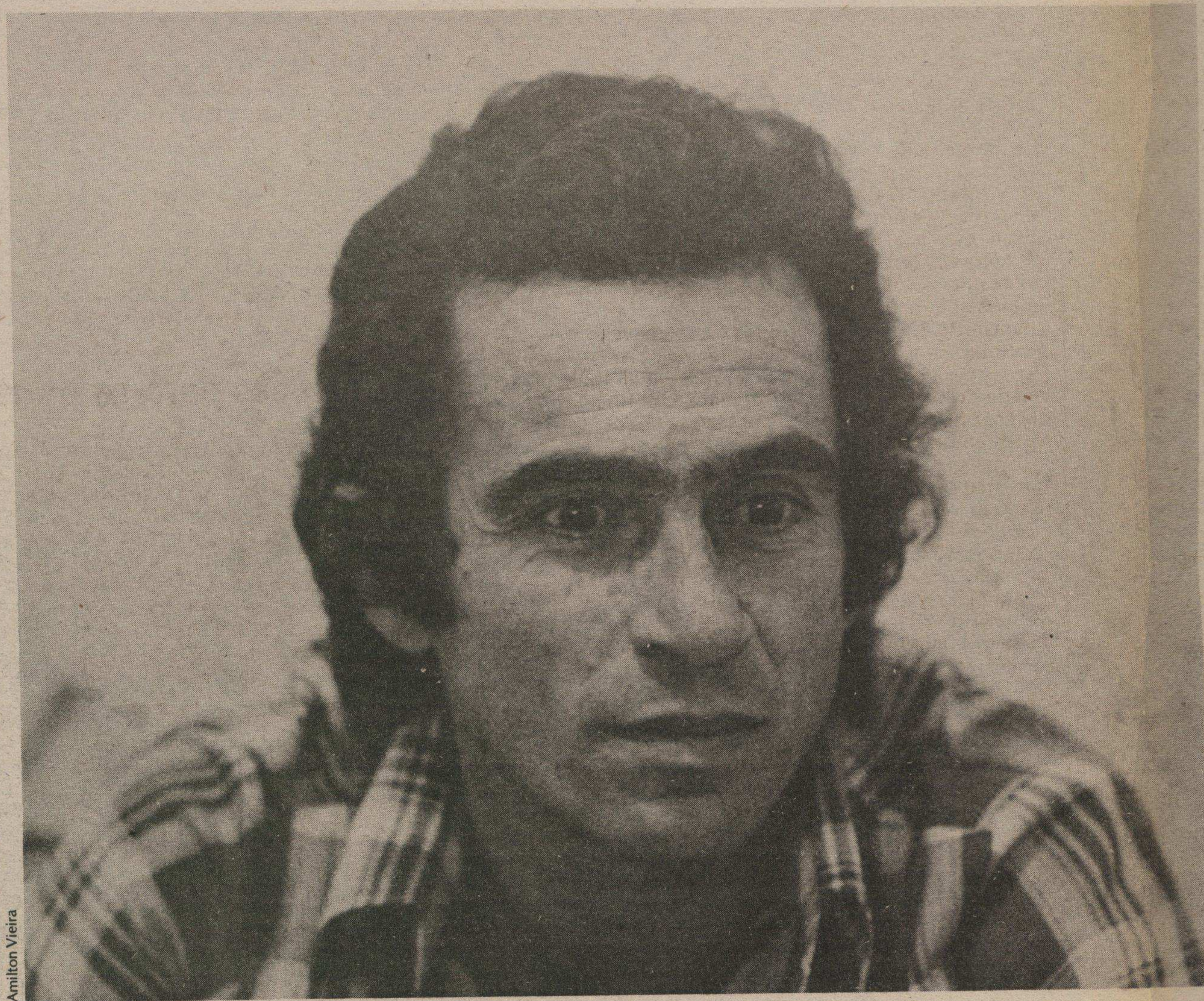
QUANTO VALE A VIDA DESTES HOMENS?

Ele é Roberto Mendes, o único de sua família que escapou vivo de uma guerra política, iniciada há 20 anos em Alagoas. Se os velhos inimigos o descobrirem, sua vida não vale nada. Por isso ele foge da morte em Copacabana, temendo uma bala em cada esquina.

por Uirapurú Mendes e Jorge Oliveira

Sempre que sai de casa, Roberto Mendes corre os olhos pelos arredores. Não é difícil ser assassinado em Copacabana. Em todo o caso, se tivesse continuado em Alagoas, onde nasceu, a essa altura não estaria aqui para contar a sua história. Provavelmente estaria morto, como o pai, Humberto Mendes, que tombou no famoso tiroteio da Assembléia Legislativa de Maceió, em 1957. Ou como o irmão Robson, emboscado dez anos depois em Palmeira dos Índios. Ou como o outro irmão, Valter, abatido em pleno centro de Maceió, em 1971...

Vixe Maria! Roberto Mendes é de uma terra onde os homens sempre costumaram dizer que são "cabras machos". Mas, quando o irmão Valter tombou — ao fim de uma guerra entre famílias e grupos políticos rivais que já durava quase 20 anos —, Roberto viu que era o último homem de sobrenome Mendes que continuava vivo em Alagoas. E resolveu continuar vivo no Rio de Janeiro. Levou as crianças de Robson, seus sobrinhos. Casou, teve dois filhos: Robertinho e Karine. Passaram sete anos já, mas ele ainda teme a morte em cada esquina de Copacabana.



Anilton Vieira

Se olharmos o mapa de Alagoas com cuidado, veremos que tem o exato formato de uma pistola. A coronha ao norte, onde está a capital, Maceió. O cano apontado para o sertão pernambucano. E o gatilho fica em Palmeira dos Índios, terra de Graciliano Ramos, onde viviam os xucuru, espantados pela colonização litorânea, e os cariri, fugidos de Pernambuco. A cidade começou com uma capelinha de tijolo e taipa construída por Frei Domingos em 1773: eis o palco inicial de nossa história. O gatilho.

Palmeira dos Índios é hoje uma bela cidade de 30 mil habitantes, que escalou a lombada da serra como se fosse uma favela classe média: sem barracos, de casas coloridas, ruas calçadas e bem iluminadas. Cidade de misteriosas vibrações, onde a presença de forasteiros na feira semanal é percebida por olhares disfarçados de descaço.

Terra de valentes, e Humberto Mendes era um deles. Baixinho, decidido, tinha ali a casa comercial mais forte, a melhor residência, um posto de gasolina. E a fazenda Sabiá, com plantações de feijão e algodão, gado leiteiro e cavalos. Os filhos estudavam na melhor escola, o Educandário 7 de Setembro, na Praça da Independência. Dona Rosinha, a professora, já perto dos 80 anos, se lembra deles:

— Robson gostava de arengar com os outros. Mas nunca perdeu ano. Valter também era um bocado esperto. Roberto, o mais calmo.

Estamos em 1950. Os dois filhos mais velhos de Humberto Mendes, Robson e Valter, foram estudar no Recife. Roberto ficou em Palmeira dos Índios, acompanhando o pai na campanha de Arnon de Melo para o governo do Estado. Era gostoso: os correligionários recebiam a caravana política com galinhada, macaxeira e queijo da roça. Na hora dos discursos, Roberto caía fora, ia namorar as caboclinhas.

Arnon de Melo foi eleito pela União Democrática Nacional (UDN). Em Palmeira, Juca Sampaio, ex-menino pobre que vendia caldo na feira, elege-se prefeito; e o médico Remi Maia elege-se deputado estadual. Os dois pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Getúlio. E os dois aderem ao governador Arnon de Melo. Grupos e famílias rivais se aproximavam perigosamente na política. A UDN parece que era pequena demais para conter tantas inimizades. Humberto Mendes passou-se para o Partido Trabalhista Nacional (PTN), criado em Alagoas pelo próprio Arnon de Melo, como uma espécie de apêndice da UDN. Começava a ganhar corpo uma luta subterrânea de leva-e-traz que, em região tão explosiva, não tardaria em transformar-se em mata-e-enterra.

— Em Alagoas, toda a família tem ou um assassino ou um assassinado — é o que diz o alagoano Tenório Cavalcanti, que foi morar na Baixada Fluminense em 1926 e ficou célebre por se fazer acompanhar da sua inseparável *Lurdinha* — uma metralhadora que trazia sempre sob a capa.

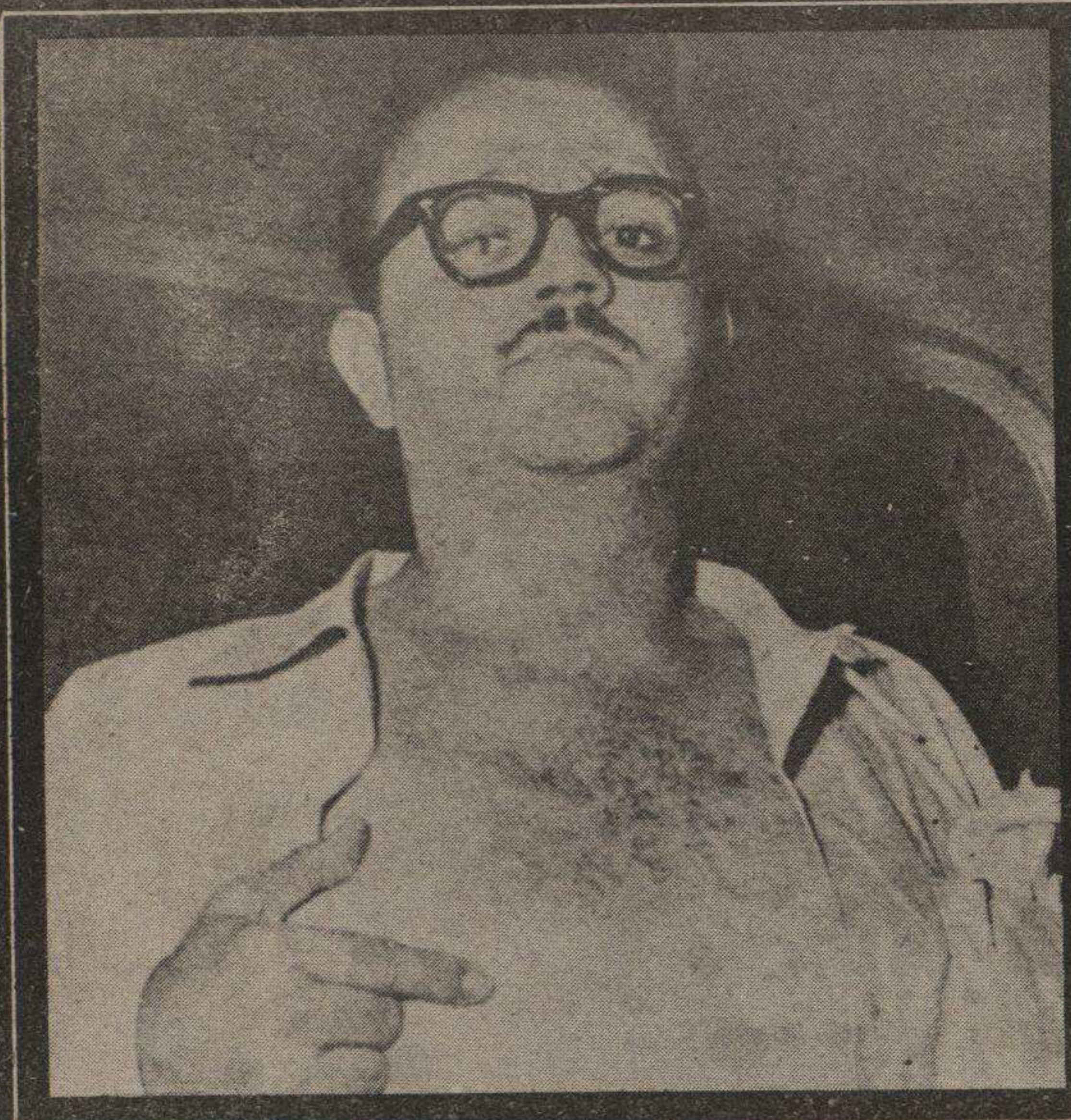
Vai começar o tiroteio

De Palmeira dos Índios a Quebrangulo, à noite e com chuva, um táxi leva 40 minutos. Não mais que 40 quilômetros. São 9 da noite, e o motorista Nadinho, por via das dúvidas, leva um primo junto. Sempre por via das dúvidas, quem sabe, tira da cintura uma *peixeira* assim que senta ao volante. Exibe a facção de quase meio metro e torna a embainhar:

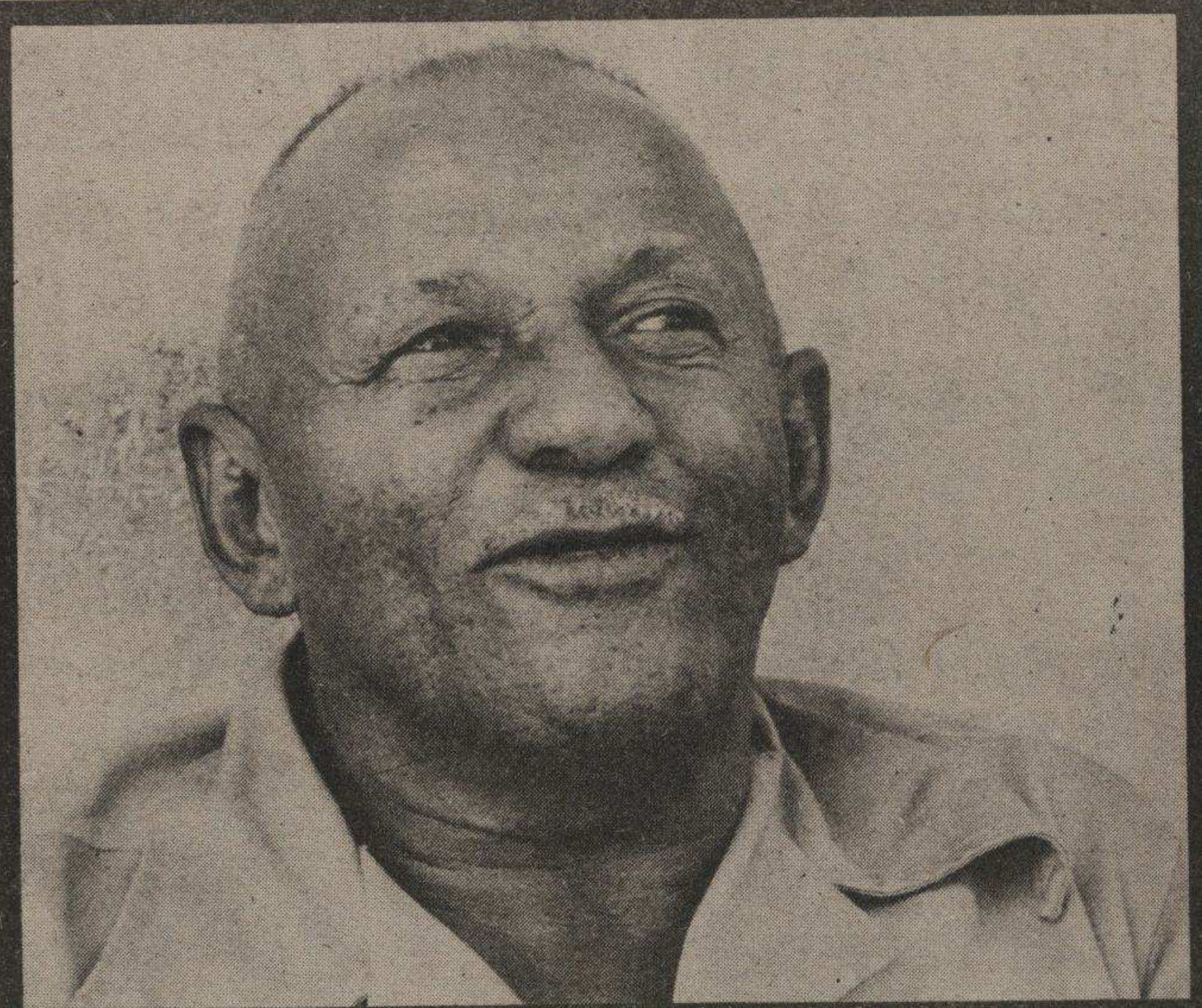
— Muito bem. Com isso aqui podemos viajar em segurança...



ESTES MATARAM OU MANDARAM MATAR



Deputado Claudenor Lima, um dos que entrou na Assembléia com a metralhadora em baixo da capa



O pistoleiro Catucá, matou o beato Franciscano com um tiro de tocaia. Quem mandou? Nunca se soube.



O vereador Zé Fernandes, deu quatro mil cruzeiros para um pistoleiro matar Robson Mendes

Quando a chuva termina, já estamos lá, cruzando ruas fantasmagoricamente vazias, não fossem as dezenas de sapos reunidos em torno dos postes de cimento. E no dia seguinte, de manhã, no único veículo disponível em Quebrangulo, uma caminhonete de aluguel, seguimos para a Vila São Francisco, pela estradinha estreita e esburacada que margeia o Paraíba do Meio. Rio de pedras, vales verdes, fazendolas, árvores ao longo da estrada: estamos num oásis do Nordeste. De repente, 12 quilômetros adiante, numa curva revela a ponte carcomida, que bate suas tábuas soltas para nos levar à vila do beato Franciscano.

Antônio Fernandes de Amorim, o beato Franciscano, ex-cozinheiro de um convento baiano, ergue primeiro uma igreja ali, à margem do rio, atraindo os pobres da região. Cuidava de 80 crianças e outro tanto de velhinhas. A vila continua sendo sustentada por romeiros. O beato ficou com fama de santidade justamente após uma romaria até a cidade de Batalha, onde os romeiros iam fincar uma enorme cruz que carregavam. Dona Maria Paulina, a Mãezinha, foi testemunha do fenômeno:

— A cruz tava pesada que era coisa demais. E Franciscano mandava parar a romaria, subia em cima da cruz, e ela ficava mais leve.

Candidato que ganhasse a proteção do milagreiro beato tinha, no mínimo, mil votos garantidos. Humberto Mendes, o pai de Roberto, batizou então uma das crianças do beato e ganhou seu apoio, ao candidatar-se a deputado estadual em 1954. O historiador Valdemar de Souza Lima, na época tabelião e aliado do médico Remi Maia e do prefeito Juca Sampaio, diz que essa aliança foi o grande erro do beato Franciscano.

Um dia, o beato voltava da roça, à noite, e viu uma lâmpada piscando num poste. Foi buscar a escadinha, subiu para trocar a lâmpada e levou um tiro. Um só.

Humberto Mendes financiou as buscas para a polícia, e o matador do beato, um pernambucano conhecido como Catucá, foi preso em São Paulo. Vamos encontrar Catucá 24 anos depois, em liberdade condicional, trabalhando na portaria do Sesi em Maceió. Mas ele não solta palavra.

— Já sou sujo de repórter. Sou pequeno, não sei nada... No processo figuraram como mandantes: Juca Sampaio; Remi Maia e seu irmão, Ari Tenório; e Rubens Amorim, cunhado do historiador Valdemar de Souza Lima. O julgamento foi em Quebrangulo, terra do coronel de engenho

Frederico Maia, pai de Remi e Ari Tenório, "homem que fazia medo". As entradas da cidade foram bloqueadas por soldados armados de metralhadora. Um soldado chega correndo à delegacia, esbaforido: mais de mil romeiros vêm chegando à cidade, a pé. A ordem de José Onias, secretário do Interior, que tinha ido pessoalmente chefiar a operação, foi instantânea:

— Metralhe!
— Mas o deputado Humberto Mendes vem à frente — argumentou o soldado.
— Bom. Se o deputado quiser entrar, que entre. Mas com os romeiros, não! — foi a concessão do secretário.

O único condenado foi o pistoleiro Catucá. Os mandantes acusados foram absolvidos por falta de provas.

Caixões para os inimigos

Tempo quente. O agora deputado Humberto Mendes leva a família para Maceió. Roberto faz o ginásio, Valter prepara-se para entrar na faculdade de Direito. Só Robson continua em Palmeira dos Índios, cuidando dos negócios. A irmã mais velha, Alba Mendes, é apresentada ao novo governador, Muniz Falcão, e arranja um emprego no Palácio dos Martírios. Daí, passam ao namoro, pois o governador é solteiro. O casamento acontece em janeiro de 57. À sombra da aliança matrimonial, uma nova aliança se formava, com a adesão de Humberto Mendes ao partido do gênero, Partido Social Progressista (PSP) fundado por Adhemar de Barros.

O prefeito de Palmeira dos Índios é agora o médico Remi Maia. E seu aliado Valdemar de Souza Lima, o historiador, diz que Humberto, novamente forte na política, passou a fazer ameaças aos gritos, nas ruas.

— Dizia que muitos homens iam desaparecer aqui na cidade. A verdade é que os Mendes pegaram o poder e se empolgaram, pensaram que podiam conquistar o mundo com o dedo no gatilho.

Muniz Falcão casou com Alba Mendes em momento delicado de seu governo. Tinha perdido o apoio de nove deputados, que se bandearam para a oposição. A bancada governista na Assembléia Legislativa passou a ter apenas 13 deputados, contra 22 da Oposição. Os adeptos de Muniz

dizem que ele começou a cair quando apresentou projeto de lei criando uma taxa de educação que incidiria sobre a produção do açúcar. O próprio presidente da Assembléia Legislativa na época, o usineiro Lamemha Filho, adversário político de Muniz Falcão, reconhece que os produtores de cana não gostaram. Mas a campanha contra o governador ficou mesmo acirrada quando, em fevereiro de 57, foi assassinado a tiros o deputado udenista Marques da Silva, em Arapiraca. O mandante seria o deputado Claudeonor Lima, correligionário do governador — e portanto do mesmo lado dos Mendes.

Para a oposição, o crime é a gota de sangue que faz extravasar as paixões contra o governador, poder contra o poder:

— Queremos o impeachment do sr. Muniz Falcão — berram na Assembléia.

Para Humberto Mendes o impedimento é um sapo que jamais engolirá:

— Só votam esse impeachment se passarem por cima do meu cadáver.

Desde a morte do beato Franciscano, o historiador Luiz Torres, também de Palmeira dos Índios, diz que vinha vislumbrando em Humberto sinais de transição mística, como se acreditasse ter-se transformado numa espécie de sucessor do milagreiro. E essa transformação chegava ao auge, diante da dura provação: o genro ser deposto.

— Fanático, Humberto transformou tudo em questão pessoal — lembra o deputado Edson Lins.

O caso já era nacional. Da Baixada Fluminense, onde mantinha uma espécie de sucursal da violência alagoana, o então deputado Tenório Cavalcanti vai voando para Maceió: diz que está ali para dissuadir Humberto de comparecer à Assembléia no dia da votação do impeachment. Humberto é seu "velho amigo", ex-administrador de uma fazenda sua em Palmeira dos Índios. Mentira, diz Roberto Mendes:

— Ele foi lá levar metralhadora para a oposição, tudo combinado com o senador Juraci Magalhães, que viajaria como observador da UDN, na votação do impeachment.

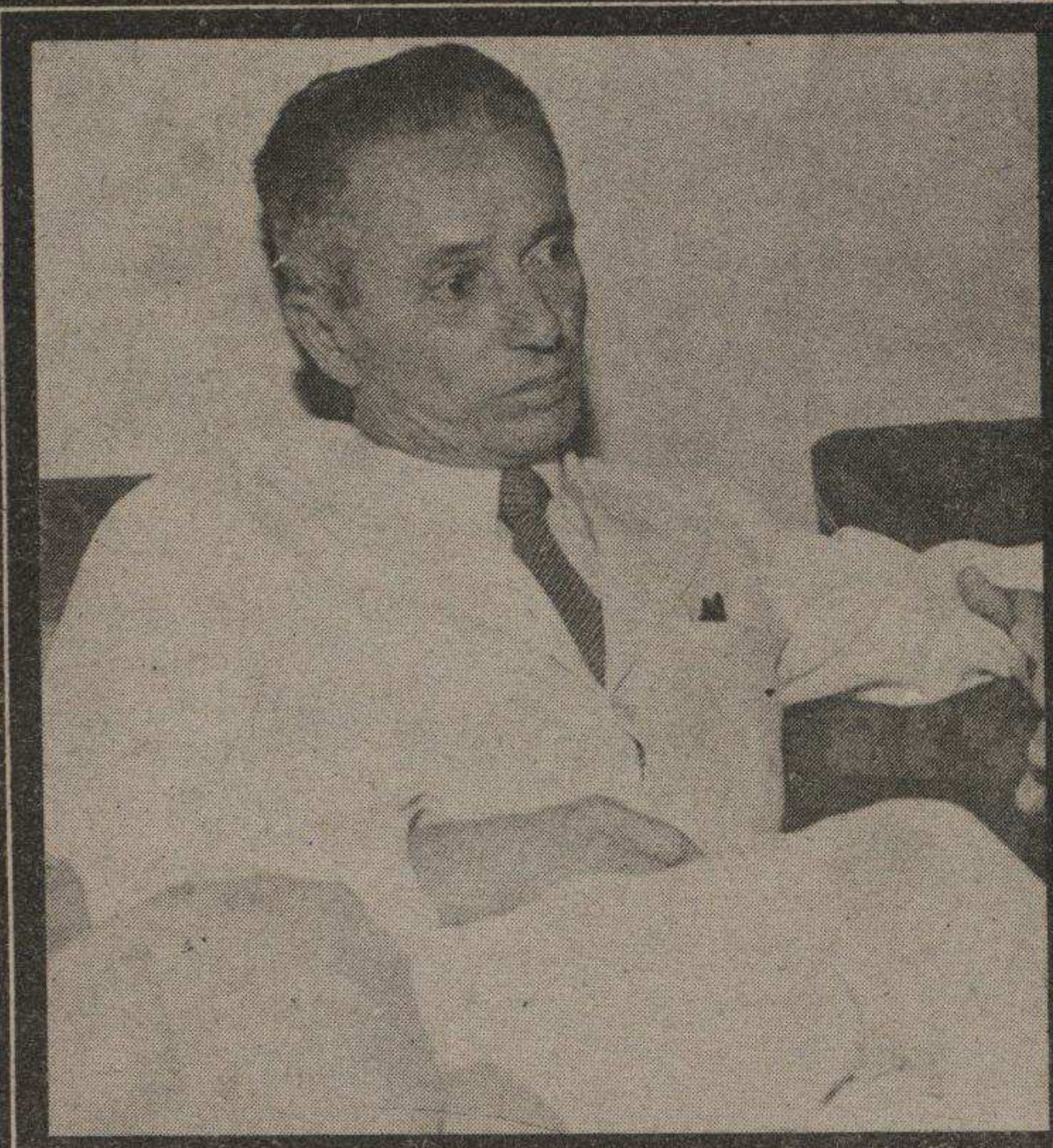
Humberto Mendes foi visto passando em frente da funerária, gritando uma de suas bravatas:

— Preparai aí 22 caixões, que vai fazer um bom negócio. Um dos caixões seria o dele, logo mais à tarde. Era 13 de setembro de 1957. Uma sexta-feira.

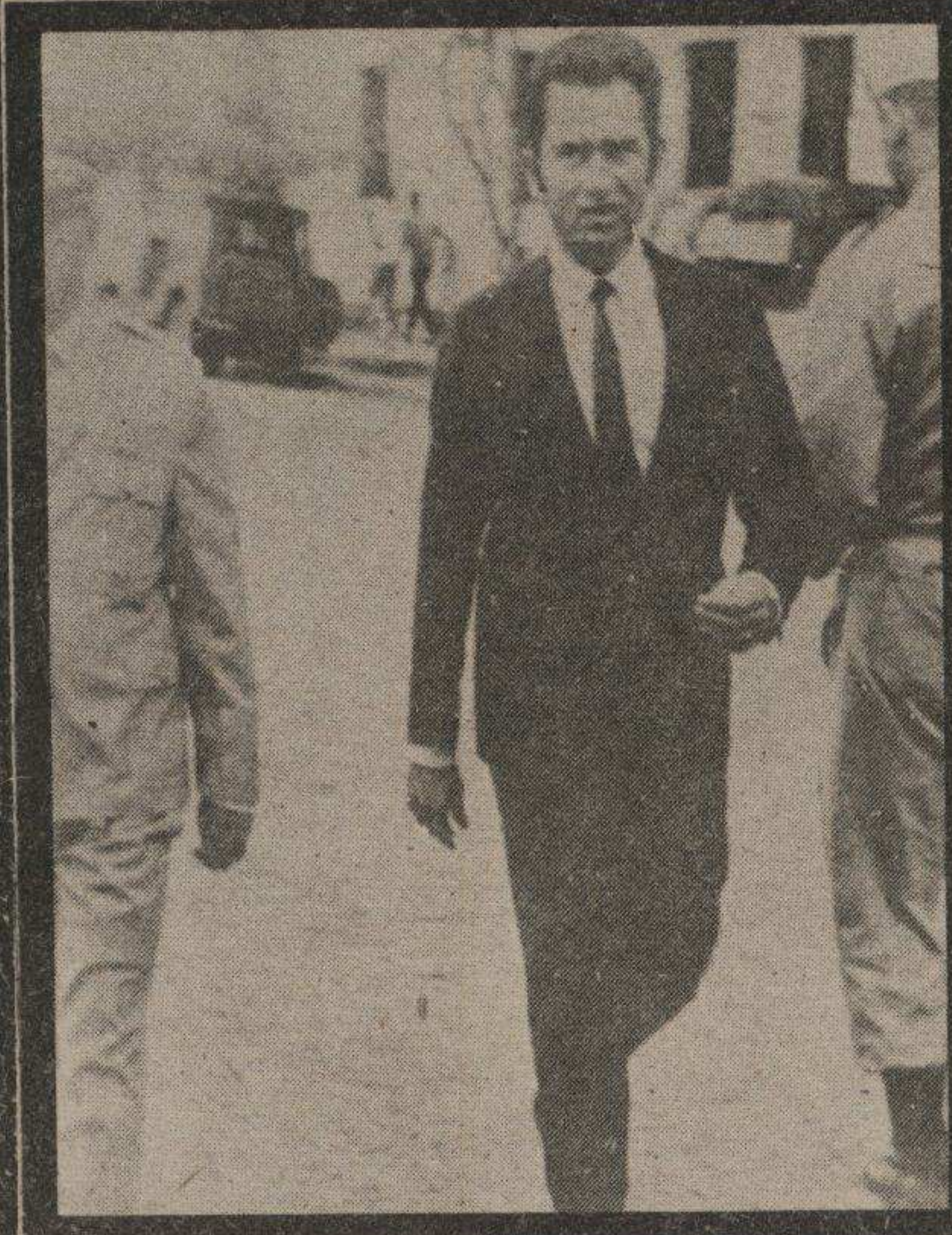
ESTES MORRERAM



O beato Franciscano. Sua morte desencadeou toda a série de assassinatos



Humberto, chefe da família Mendes. Foi um dos que tombou no tiroteio na Assembléia



Valter Mendes, levou três tiros pelas costas em pleno centro da cidade



Robson Mendes, mandante de vários crimes, caiu crivado de balas numa estrada

Começa o tiroteio na Assembléia! Em 12 minutos, 1.200 tiros e sete mortos no chão. Até o repórter Márcio Moreira Alves leva uma bala na perna.



As fotos publicadas pela revista O Cruzeiro: sol de rachar e os deputados de capa de chuva para encobrir as metralhadoras

Em 12 minutos, 1.200 tiros!

A tensão chega ao clímax. A sessão está marcada para as três da tarde. Pouco antes, uma passeata pró-Muniz se concentra em frente da Assembléia, cercada por soldados da PM. O Exército chegou devagarinho e ficou na ladeira ao lado da Catedral.

O fotógrafo José Manuel Vasco, enviado especial de O Globo, chegou do Rio na véspera, junto com o repórter Bernardino de Carvalho. E já encontraram Maceió sem luz, gás, nem telefone. Foram direto ao Palácio dos Martírios e deram de cara com uma mesa enorme cheia de tudo quanto é arma e munição. A recepção não foi cordial:

— Fomos logo cercados pelo Robson Mendes, com improperios e ameaças, já que O Globo estava apoiando os udenistas — conta o fotógrafo Vasco.

Quase três da tarde. O deputado Claudeonor Lima, o acusado de mandar matar o udenista Marques da Silva no começo do ano, entra na Assembléia de capa de chuva, sem disfarçar a metralhadora. Humberto também está de capa, metralhadora e revólver 32, acompanhado do filho Valter. Robson, que vinha de Palmeira dos Índios com alguns jagunços, chegou atrasado: não pode entrar mais no prédio. Valter vai para uma saleta à direita da mesa da presidência; Humberto para o plenário, onde estão outros governistas; Claudeonor de Lima e Luiza Malta Gaia se abrigam atrás da estátua de Tavares Bastos (a estátua também vai levar um tiro).

Uma parte dos opositores, inclusive o senador baiano Juraci Magalhães, se encontra no gabinete da presidência, onde o presidente Lamenha Filho ainda discute o que chama de "sutilezas do regimento". O opositor Oséias Cardoso está num ponto estratégico, cuidando da porta vaivém, à esquerda da mesa diretora. Outro, Edson Lins, vigia de uma janela o movimento da rua, quando percebe que Humberto caminha para a mesa. Grita com ele:

— Calma! O que é isso?

Transfigurado, Humberto continua caminhando maquinalmente, olhos pulando das órbitas. Ergue a mão esquerda e arranca o primeiro botão da capa, revelando a metralhadora na mão direita. Oséias entra correndo e grita:

— Cuidado que eles vão atirar!

Ao notar os sacos de areia que tinham sido colocados para proteger a mesa diretora, Humberto ainda comenta qualquer coisa. "Ah! Então é isso que nos preparam!?" (segundo Edson Lins); "Seus canalhas, vamos acabar com essa palhaçada" (segundo um fotógrafo local, Pedro Farias); "Não vai haver sessão nenhuma, é bom encerrar essa palhaçada" (segundo o fotógrafo Vasco).

O deputado Edson Lins garante que o primeiro tiro foi dado por Luiz Malta Gaia, para cima, "como se fosse sinal de alarme ou de alerta". O então jornalista Márcio Moreira Alves, da sucursal do Correio da Manhã, diz que viu Humberto disparar em primeiro lugar. O certo é que Humberto foi atingido por dois tiros logo no começo do tiroteio: um de raspão, na nuca; outro no coração. Rodopiou e caiu morto.

Ao ver o pai atingido, Valter Mendes saca sua arma, mas é agarrado pelo deputado Siloé Tavares e desarmado pelo sargento Auro. (Um ano depois, o sargento foi assassinado em Maceió por um pistoleiro, no restaurante Frango Assado: o tiro acertou apenas seu braço esquerdo, mas a bala era aberta em cruz e recheada com veneno. Valter Mendes foi acusado de mandante, mas nada ficou provado).

Os tiros vêm também da rua, disparos da Delegacia Fiscal, dos prédios vizinhos e até da torre da Catedral, de acordo com o fotógrafo Farias. Ao cabo de uns 12 minutos, mais de 1.200 tiros!

E sete corpos no chão: o governista Humberto Mendes, morto; e os opositores José Onias, Vergílio Barbosa, Carlos Gomes de Barros, Antonio Malta e José Afonso de Melo, feridos; Márcio Moreira Alves, o jornalista que depois entrou para a política e seria cassado em 1968, levou um tiro na perna direita.

Ninguém vê quem atira em quem. "Há um segredo muito bem guardado no episódio da Assembléia", diz o atual governador Divaldo Suruagy. "E como se fosse um pacto de morte", acrescenta Roberto Mendes. É mais fácil

— e prudente — mencionar quem não atirou, como faz o fotógrafo Farias:

— O atual senador arenista Teotônio Vilela enganchou a metralhadora na hora de botar o pente. Parece que não tinha muito traquejo com esse negócio de arma de fogo.

Dos 22 opositores que participaram do tiroteio, oito já morreram; os udenistas Siloé Tavares, Antonio Malta, Antenor Serpa, Hermani Almeida, Antônio de Barros e Carlos Gomes de Barros, de morte natural; o pessedista Antenor Claudino da Costa, numa briga municipal de Pindoba; e João Toledo, do PTN, assassinado em Cajueiro. Dos 13 situacionistas, só morreram Humberto Mendes, no tiroteio, e Ramiro Pereira, mais tarde.

Um tiroteio em uma Assembléia Legislativa, com barricadas e tudo, metralhadoras e armas de guerra, não seria absurdo num país civilizado? Tenório Cavalcanti não mostra o menor espanto:

— Alagoas sempre foi terra de antropofagia. Ou não se lembram mais que foi lá que os índios comeram o bispo Sardinha?

Armadilha para matar Robson

Com a morte de Humberto, ficava o dilema para os Mendes: vender tudo e ir embora ou entrar de vez na violência. Robson, o mais velho, não admitia optar pela retirada:

— Não pode, sou macho! Ir embora por quê?

O representante da família na Assembléia ficou sendo seu primo, Luiz Gonzaga de Barros, de 23 anos, que veio do Recife, onde estudava Direito, para eleger-se deputado estadual em 58. Nessa mesma eleição, o prefeito-médico Remi Maia, de Palmeira dos Índios, também era eleito deputado estadual. Muniz Falcão indicou Robson para completar os dois anos de mandato de Remi, indicação aprovada pela Câmara de Vereadores.

Nos primeiros tempos, a cidade continuava sua vida, mas por trás das aparências prosseguiram as maquinações silenciosas. Os inimigos não esqueciam que agora Robson

estava na Prefeitura com fama sangüinária, construída meses antes, quando obrigou o desafeto Claudeonor de Araújo a cavar a própria sepultura, antes de matá-lo em Águas Belas, no Estado de Pernambuco.

E depois, que negócio era aquele de botar farda em jagunços recrutados no norte da Bahia, Pernambuco e Piauí, para formar sua guarda municipal? Os guardas tinham nomes esquisitos: Leão do Norte, Criança, Costeleta, Índio, Coca-Cola, Cobra Verde, Mata-Sete...

Até Roberto reconhece que, "para sobreviver", Robson deve mesmo ter matado muita gente. Mas nenhum crime lhe será tão prejudicial quanto o assassinato do sargento do Exército, Fernando Ferreira da Costa, comandante do destacamento do 20º Batalhão de Caçadores em Palmeira dos Índios, em dezembro de 59.

O sargento protegia, por pura paixão, uma prostituta ameaçada de prisão pela polícia de Robson. Um dia, ao fazer compras, a mulher foi vista por Robson, que mandou prendê-la. O sargento discutiu com os guardas-jagunços e foi morto com três tiros pelo inspetor de quartelão João Vital.

A coisa agora era com o Exército. E, ainda por cima, Robson perdeu a Prefeitura, nas eleições de outubro de 60.

A situação só não explodiu porque Robson, com prisão preventiva decretada pelo Conselho Permanente da Justiça Militar, acusado de mandante da morte do sargento, fugiu para Recife. E só voltou quinze dias antes das eleições de 62 (nesses quinze dias, de acordo com a legislação eleitoral da época, não podia ser preso). Fez uma campanha relâmpago, elegeu-se deputado estadual. Muniz Falcão, que em 60 tinha passado o governo ao major Luiz Cavalcanti, foi eleito deputado federal. A família estava novamente, de certa forma, no poder.

Mas a coleção de inimigos se multiplicava. No domingo de carnaval de 65, Robson saía de carro de seu sítio, quando um pistoleiro acertou-lhe dois tiros, na clavícula e na mão esquerda. E em 66, teve seu mandato cassado, pelo processo que o apontava como autor intelectual da morte do sargento.

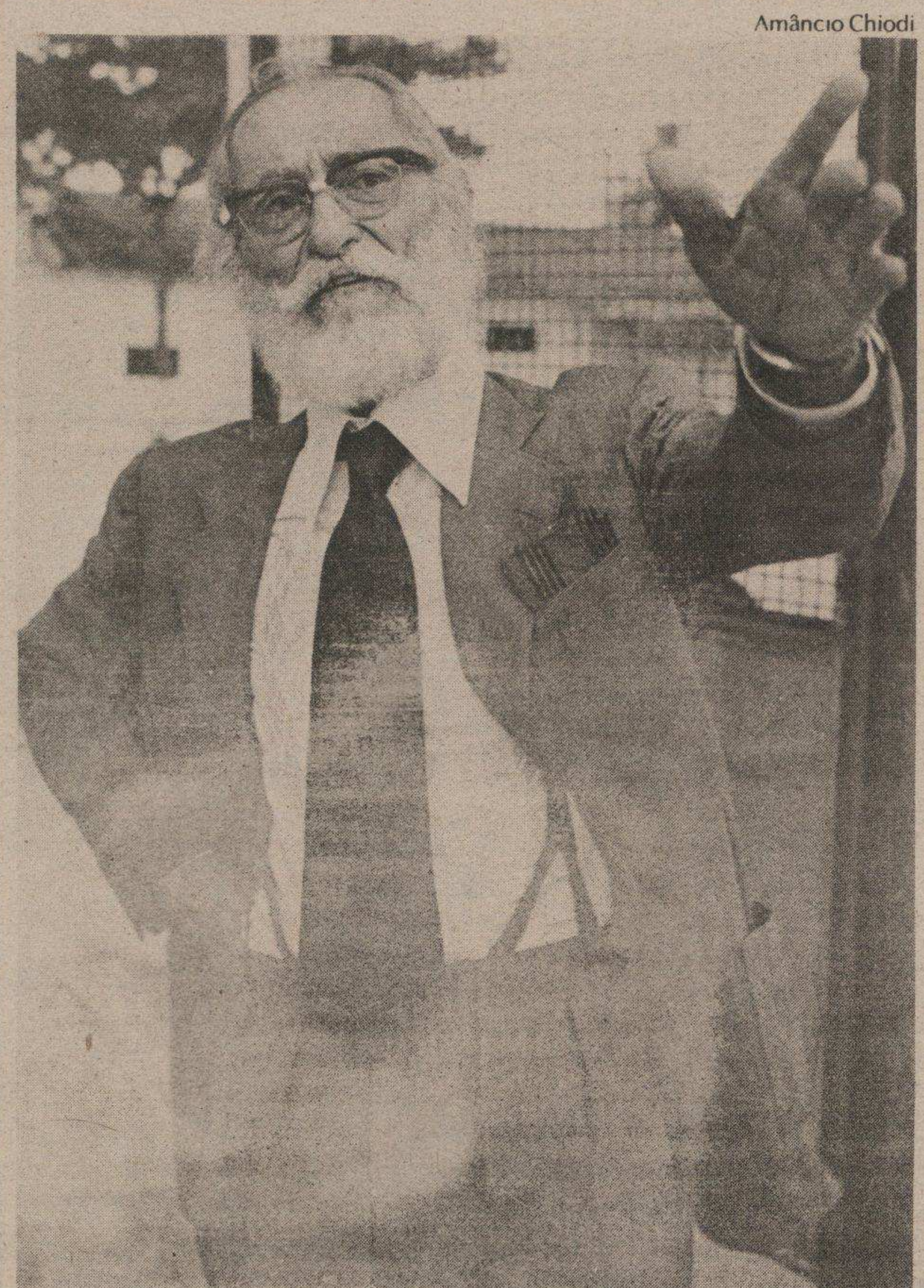
O delegado de Palmeira dos Índios nessa época era Aurino, durão, "macho mesmo", segundo Roberto Mendes. E tinha sido nomeado com o objetivo de perseguir Robson. Então a hora era aquela. Aurino desarmou Robson — "não é mais deputado, não pode andar armado". Não passou muito tempo, Aurino apareceu morto a tiros em frente a sua casa, e Robson era apontado como mandante.

Robson estava cassado, mas a família continuava com um deputado na Assembléia: Roberto, o sobrevivente dessa história, foi eleito em 66, mesmo ano em que Muniz Falcão morria de câncer no Recife. De câncer ou de desgosto, porque em 65 tinha sido eleito governador novamente, mas não obteve maioria absoluta, nem seu nome foi homologado pela Assembléia Legislativa.

Enquanto isso, Robson, acusado, cassado, com pouco dinheiro, processado e cheio de inimigos, nem saía mais de noite. Ficava no sítio, onde tinha oito cachorros e um vigia acordado a noite toda, para chamar os pistoleiros Zé Gago e Zé Crispim em caso de necessidade. Ambos já tinha assassinado nove pessoas por encomenda de Robson, segundo contaram depois à polícia. Agora, Robson lhes promete três mil cruzeiros pela morte do vereador Zé Fernandes, um velho desafeto. Mas Zé Fernandes sabia disso e ofereceu, através de um certo Enéias Boiadeiro, quatro mil cruzeiros a Crispim; e Adeildo Nepomuceno ofereceu mais três mil, para que matassem Robson. Esse Adeildo, político da vizinha cidade de Santana do Ipanema, tinha uma fama: só se sabia que ele era inimigo de alguém, quando esse alguém aparecia morto...

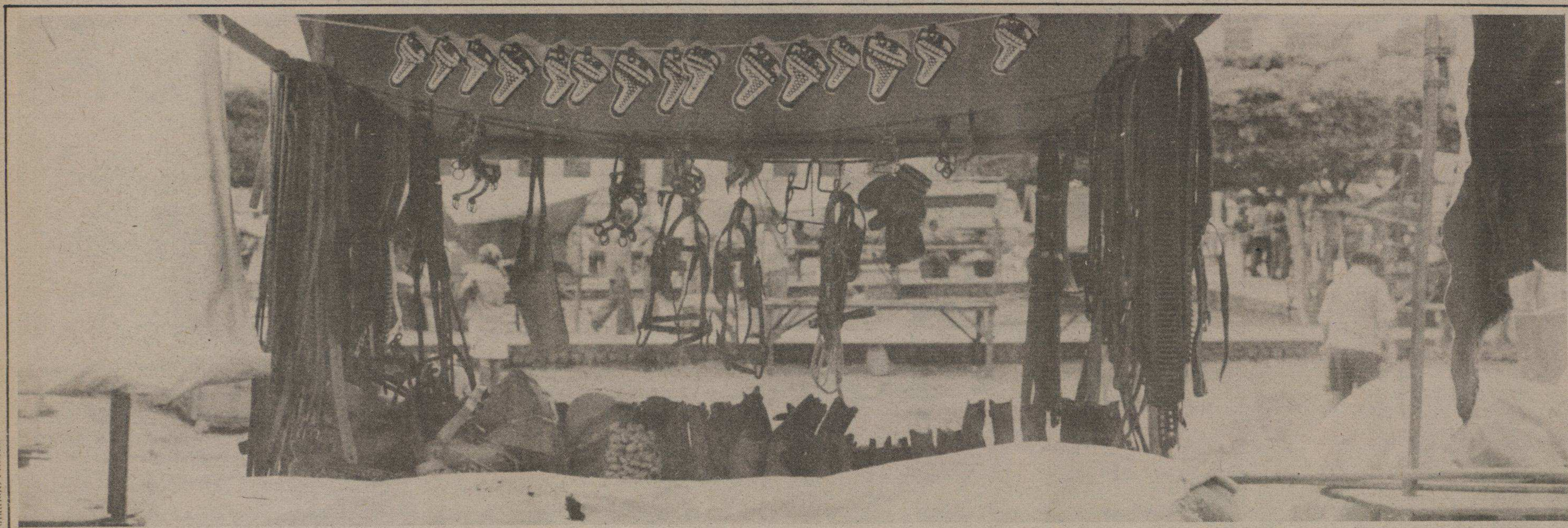
No dia oito de março de 1967, Crispim e outro pistoleiro de Robson liquidaram com o vigia do sítio, Chico, que segundo Robson "estava falando demais". Crispim andava incomodado com aquele negócio do patrão eliminar seus próprios capangas. A noite, Robson, Crispim e Gago levaram o cadáver do vigia a Pernambuco, perto de Águas Belas, para queimá-lo.

Na volta, perto de Mata-Burro, pararam a caminhonete para colocar água no radiador. Crispim desferiu vários tiros em Robson, e Gago pelo menos um. Foi o que confessaram, presos na Bahia. Mas os sobreviventes da família Mendes



Tenório: Não há família sem assassino ou assassinado

A violência continua. No começo deste ano o homem que mandou matar Robson Mendes foi assassinado com 2 tiros e 8 facadas. Era prefeito de uma pequena cidade.



Feira em Palmeiras dos Índios: coldres e cartucheiras

não acreditam. Roberto tem certeza de que havia pelo menos 15 homens esperando.

— Quem matou Robson foi um grupo de Palmeira, e mais gente de fora. Fundaram uma verdadeira cooperativa para matá-lo. Zé Fernandes e Boiadeiro eram só testas-de-ferro.

Diffícil saber exatamente o que houve. Os dois assassinos fugiram da prisão, e Crispim caiu morto pela polícia durante a perseguição. Gago entregou-se, tornou a fugir e foi encontrado morto perto de Marechal Deodoro. Casos típicos de *queima de arquivos*: eliminar quem sabe demais. Zé Fernandes e Boiadeiro foram absolvidos por falta de provas.

Três corpos queimados

O alvo agora era Valter Mendes, o filho do meio do velho Humberto.

No dia 6 de dezembro de 1967, Valter estava distraidamente de costa na calçada de sua casa, conversando com a mãe, dona Eurídice, e com dona Yanei, viúva de Robson. Os pistoleiros Caduta e Doroteu se aproximaram pela mesma calçada, sacaram as armas e lhe acertaram quatro tiros, dois na mãe e um na cunhada. Ferido, Valter ainda conseguiu sacar a arma e colocá-los em fuga. E não morreu. A polícia, em suas investigações, chegou a Rogério Fernandes, irmão de Zé Fernandes, que confessou ser o mandante, alegando que tanto ele como o irmão temiam ser assassinados a mando de Valter. Rogério foi impronunciado.

Quase dois anos depois, o pai, o irmão e o cunhado do pistoleiro Doroteu foram seqüestrados por três policiais de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, e apareceram mortos e queimados num terreno baldio. Doroteu ficou sabendo que o mandante tinha sido Valter.

O pistoleiro esperou dois anos, foi a Maceió e matou Valter com três tiros pelas costas, quando ele conversava com o juiz de Direito José Aguinaldo de Souza e com o promotor Virgílio da Rocha Marques, em pleno centro comercial.

"Sei que ainda corro perigo"

Dos irmãos da família Mendes, sobrou apenas Roberto. Em 1969, seu mandato de deputado também havia sido cassado. Pegou o diploma de economista, em dezembro de 70, e entrou no começo de 71 no Rio de Janeiro, onde já moravam sua mãe, dona Eurídice, e as irmãs Alba e Elizabeth. Chegou com uma mão na frente e outra atrás, precisando de auxílio de Alba para abrir uma loja de loteria esportiva em Copacabana. Depois foi sócio de um tio numa fábrica de sabão, quitandeiro, gerente de construtora e

vendedor de imóveis, até abrir uma fábrica de plásticos, em dezembro de 77.

Todos os sacrifícios valiam para interromper a cadeia de vinganças. Assim que teve condições, também trouxe para o Rio os filhos de Robson — Robson Jr., hoje com 28 anos; Frederico, de 24; e Humberto, de 21. Mas, com todas essas medidas de segurança, Roberto ainda não se sente salvo:

— Sei que corro perigo, e sabemos que eles se preocupam muito com os meninos de Robson.

Um almoço com o governador e com o "sindicato" do crime

Para contar a história da família Mendes, os repórteres Jorge Oliveira e Uirapurú Mendes (que é paulista e não possui nenhum parentesco com a família de Palmeira dos Índios) passaram algum tempo em Alagoas. Jorge, entre uma entrevista e outra, almoçou um dia com o governador Divaldo Suruagy, no Palácio dos Martírios, sede do governo alagoano. O governador, pelo jeito, esqueceu que, naquele dia, tinha outros convidados para almoçar: a própria cúpula do "sindicato do crime" em Alagoas. Jorge conta:

— O garção, solícito, não permitia que os copos de uísque se esvaziassem. Acomodado num enorme e pesado sofá antigo, enquanto esperava pelo Governador, eu prestava atenção nos outros convidados governamentais.

Todos falando alto, todos de terno branco, desses ternos folgados, feito sob medida para agasalhar, além do corpo do *coronel*, uma ou duas armas de grande porte, discretamente. Até metralhadora, num terno daqueles, fica discreta. Sorriso rasgado, entra o governador. Cumprimenta a todos, cochicha no ouvido de alguns e senta-se, também.

Belo aspecto, o do governador. Nem um pouco preocupado com os seis prefeito interioranos ou com os outros líderes políticos silenciados, nos últimos dois anos, por balas atiradas das tocaias, ou mesmo à queima-roupa, sob plenos sóis-a-pino do sertão. Também, preocupar por quê? Na grande imprensa do sul aqueles crimes não chegaram — os correspondentes dos jornais sulinos têm, em Alagoas, emprego público certo.

E os jornais de Alagoas garantiram, querendo ou não, uma boa imagem para Suruagy. O principal deles — A Gazeta de Alagoas, com uma tiragem média de sete mil exemplares — é do senador biônico Arnon de Mello. A política editorial da Gazeta é a de apoiar qualquer governo. Com essa linha editorial, o senador e antigo governador Arnon de Mello conseguiu, lá por 1967, impronunciar seu ir-

mão Afonso, acusado do assassinato do prefeito de Marechal Deodoro, cidade turística perto de Maceió.

O outro grande jornal — Jornal de Alagoas, dos Diários Associados — faz algumas incursões eventuais pelo emaranhado de mistérios do Sindicato do Crime. Mas nunca chega muito longe. Suas investidas param quando esbarram nas raízes do poder político ou econômico.

Mas o governador já não estava tão tranqüilo quando o banquete foi servido. Não quis ocupar a cabeceira da mesa — cedeu-a a um dos homens vestidos de branco, e foi sentar-se perto de mim. Coisa de político. Tão logo os comensais se serviram e começaram a conversar, entre garfadas, ficaram claros os motivos da disfarçada intraqüilidade do Governador: os homens de terno branco, mais do que líderes políticos, eram a cúpula do Sindicato do Crime completa.

— O Governador tem razões de sobra para desconhecer como atua o sindicato — observou um dos chefões.

— O Governador é um político urbano —, disse outro, frisando o *urbano*.

O governador ficava vez mais constrangido, enquanto despencavam, sobre a mesa, nomes de falecidos recentes, passados e futuros. Pois havia, na conversa, uma razoável lista de pessoas marcadas para morrer. O primeiro nome mais pesado, politicamente, jogado na mesa, foi o do ex-prefeito e deputado estadual Robson Mendes, irmão de Roberto Mendes, o principal personagem desta nossa reportagem.

— Governador, vou contar uma coisa que o senhor não sabe. O Zé Fernandes — narra um dos chefões — depois da morte do Robson Mendes, foi colocado num avião e só ficou sabendo para onde ia quando chegou em São Paulo. De lá foi levado para o Mato Grosso, onde até hoje trabalha para um senador local. (Zé Fernandes, ex-vereador, é acusado como um dos mandantes da morte).

— O que me estranha — observou outro — é que, depois de muito tempo, o Zé Fernandes foi visto aqui na terra, dois dias antes da morte do compadre Adeildo (Ex-prefeito de Santana do Ipanema e político influente no estado, Adeildo foi assassinado em 1978. Ele também foi acusado de mandante da morte de Robson Mendes).

Terminado o almoço, Suruagy conversou com alguns coronéis, despediu-se de todos e convidou-me para descer até o seu escritório. E enquanto descíamos as escadarias do Palácio, o Governador, cabisbaixo, me disse:

— Veja só. Como podemos acabar com o Sindicato do Crime? Acabamos de almoçar com ele.

— Mas, Governador — perguntei — não existe uma maneira de sanear esse problema, uma velha mancha em Alagoas?

— É muito difícil. O sindicato é composto de chefes políticos, influentes em regiões importantes do Estado, com os quais precisamos nos relacionar para fazer política.

Com você óculos da Masson lê melhor por até as entrelinhas deste jornal.

Olho vivo com óculos da Masson.

MASSON

Joalheiros há 107 anos

Escala

Com a palavra a novíssima geração:

"Quem inventou o Lar Doce Lar não tinha pai nem mãe"

No Colégio Júlio de Castilhos, seis mil alunos, o "padrão" do Estado, a direção teve que intervir nas eleições do grêmio dos estudantes no ano passado. Este ano um plebiscito entre os alunos derrubou a pretensão do diretor de impor o uso de uniforme. Um estudante foi expulso, mas continua freqüentando as aulas graças a um mandado de segurança.

No Pio XII, outro dos grandes colégios de Porto Alegre, a direção fechou o grêmio estudantil, prendeu estudantes no gabinete do diretor, chamou a polícia para dispersar uma assembléia no pátio da escola e impediu alguns alunos indesejáveis de se matricularem no começo do ano.

No São Judas Tadeu, dois estudantes foram expulsos porque lideravam um movimento pela reabertura do grêmio estudantil e em outros colégios menores o número de suspensões, motivadas por discussões com professores ou organização de assembleias proibidas, é elevado.

O movimento estudantil no meio secundarista é intenso e os líderes prometem não descansar enquanto não retomarem a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, que desde 1968 está praticamente afastada das manifestações políticas (hoje está nas mãos de integrantes da Arena Jovem).

O que querem e o que pensam estes representantes da novíssima geração? Para saber isso, os repórteres Rafael Guimarães e Marco Antônio Schuster conversaram durante três horas com alguns deles — Marta (16 anos), Zé (19 anos), Eugenio (17), Caco (19), Ariosto (18), Ruth (18), Eber (16), Milco (16), Alexandre (17), Felipe (17), Rui (20), Dario (17) e Simona, com 13 anos. Eis um resumo do que foi dito:

Coojornal — O que está havendo com vocês?

CACO — O problema todo é a questão da estrutura. Quando chega nesta idade, no fim da adolescência, o jovem, principalmente o pequeno burguês sofre uma série de contradições em seu dia-a-dia. E precisa de algum canal onde ele possa expressar essas contradições. Esse papel é cumprido pelos grupos de jovens, pelos esportes, pelas drogas, pelas discotecas, atualmente, enfim vários canais, basicamente individualistas e essencialmente alienantes. E tem o canal da participação política, que é o único que pode transformar alguma coisa e diminuir as contradições que o jovem enfrenta.

RUI — É a questão da rebeldia. A juventude realmente é rebelde na medida que não aceita mais os valores de uma sociedade esclerosada. Mas a canalização desta rebeldia muitas vezes sofre desvios, como é o caso dos tóxicos, das idas a prostíbulos, das viagens. Por outro lado existe a militância política. E muitas pessoas que passam pelos desvios que eu citei, de repente, se tornam grandes militantes, já que no fundo, somente estando engajados num trabalho de transformações objetivo é que o jovem vai conseguir resolver suas contradições subjetivas e fugir dos dramas existenciais. Isso eu acho que já está aconte-



Fotos de Maureci Santos

tecendo. A juventude, com a frustração das drogas e dos grupos de jovens, está fugindo da alienação e, de certa forma, isso é uma das causas do crescimento do movimento estudantil.

Coojornal — Quais os maiores problemas que o estudante enfrenta na escola?

CACO — Tem uma coisa que eu quero denunciar aqui. Lá no Julinho, depois de toda a repressão que sofremos até agora, como fraude das eleições do grêmio estudantil, expulsão de um aluno, agora a direção está chamando os estudantes para um interrogatório. Quatro colegas já foram interrogados. Inicialmente eles chamam para um "bate papo" com o diretor, mas quando chega lá o diretor não está, e o interrogatório é feito por três professores, nos moldes dos interrogatórios feitos pelo Dops. Perguntam sobre o grupo, insinuam ligações, querem saber do jornal *Sem Rodeio*. Um clima de repressão violenta, numa sala abafada. Os interrogatórios duram quase quatro horas.

ARIOSTO — Um dos colegas que se negou a ir no tal "bate papo" sem advogado foi suspenso.

CACO — Legalmente, inclusive, eles não têm direito de fazer esse tipo de interrogatório, que geralmente é feito pelo Dops. Não que se concorde com os interrogatórios do Dops, mas dentro do colégio é uma aberração bem maior ainda.

ZÉ — Toda a repressão começa dentro da sala de aula, com o autoritarismo dos professores. O professor não tem mais aquela cátedra medieval que tinha antes, mas continua concentrando todo o poder dentro da sala. A própria chamada é uma forma de prender o estudante dentro da aula, muitas vezes contra sua vontade.

MARTA — E tem vários agentes. Começa pela inspetora de corredor que chama a atenção do aluno que está matando aula, que não deixa fumar no corredor. Depois tem o professor que tenta impor os valores que acredita. Nos colégios públicos é pior, porque a seleção ideológica é muito rigorosa. Os poucos professores que dão abertura, geralmente evitam de se comprometer e levantar "assuntos delicados" na aula. Uma prova da concentração de poder do professor são as provas. A forma de avaliação é desfavorável ao aluno, porque o professor julga as questões de acordo com o que ele acha correto. Sempre é ele que está com toda a verdade.

ALEXANDRE — Quando o aluno vai discutir e questionar alguma opinião do professor, ele vem e diz: "Eu sou professor e sei mais que tu". Esses dias apareceu uma professora e disse que Deus tinha criado o mundo e os homens. Eu me levantei e disse que não era bem assim, que discordava dela. Ai ela comparou o homem a um fusca, dizendo que o motor do fusca era tão completo e funcionava tão bem que tinha que ser criado por alguém. Com o homem era mesma coisa. Eu dei minha opinião, que o homem descendeu do macaco e ela respondeu: "Tu podes ter descendido do macaco, eu não".

ÉBER — Numa aula de geografia, eu tentei discutir uma coisa sobre agricultura. A professora me chamou de demagogo, tentando jogar a aula contra mim. Depois da aula, um colega veio me falar que eu não tinha condições de discutir com o professor porque ele sabia mais.

CACO — A questão é que na aula, são colocados os valores dos que dominam. Eu acho que o nosso papel é mostrar aos colegas o outro lado da moeda. Tentar dis-

cutir as questões e colocá-las sob outro prisma, mostrando que existem várias visões sobre as coisas, e não uma só, como querem provar os professores.

Coojornal — E quando o aluno não se comporta bem?

MARTA — Ai é enviado para o SOE, que é o Serviço de Orientação Educacional. Quando a gente reclama alguma coisa dentro da aula, vêm as professoras conselheiras dizendo: "Eu ouvi falar que tua conduta dentro da aula não condiz com a de uma pessoa bem-educada". E falam que, por certo, a gente tem algum problema em casa, que a gente apanha dos pais. Quer dizer. Transferem essa rebeldia para problemas com o lar, não como fruto das contradições sociais que enfrentamos dentro e fora da escola. Em vez de dizer que o aluno tem uma visão crítica, que está contestando os padrões tradicionais, nos dizem que o problema é nosso. Coitadinhos de nós. Ou então que temos distúrbios emocionais e somos, portanto, desajustados e nocivos para o bem-estar comum. ZE — No regulamento de algumas escolas, que nós temos que assinar "de acordo", senão não estudamos, tem os direitos e deveres do estudante. O primeiro dever é justamente o de "acatar o princípio de autoridade do professor". Quando acontece alguma coisa fora da ordem autoritária, nos dizem que temos problemas em casa.

CACO — No começo do ano, o diretor do colégio tentou impor o uso de uniforme. Nós contestamos e conseguimos fazer um movimento que terminou com um plebiscito, os estudantes se manifestaram em massa contra o uniforme, acabando com as aspirações da direção. Claro, ninguém gosta de usar uniforme. Mas nós encaminhamos a questão a partir do seguinte ponto de vista: que ele é uma das formas de esconder os desníveis sociais existentes no colégio. Fica parecendo que está tudo igual, muito bonitinho, quando na verdade as diferenças sociais estão cada vez mais agudas.

Coojornal — O que vocês acham do nível e conteúdo do ensino?

ZÉ — Tem uma coisa que eu quero falar. As cadeiras de OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e Moral e Cívica não são simplesmente burguesas, são de conteúdo fascista. Tudo o que nos impingem desde o primário faz com que a cabeça da gente fique virada numa coisa, sem condições de pensar direito.

CACO — Numa entrevista com o Ziraldo, do Pasquim, publicada no nosso jornal, o *Sem Rodeio*, ele disse uma coisa que eu acho correta. Que o negócio chegou a um ponto que se torna ridículo. Chega um professor e diz: Aqui está a pirâmide brasileira com tais e tais dados". Mas na rua o cara está enxergando o contrário. A professora diz que nós temos uma sociedade quase perfeita, que falta só uma ajustadinha. O cara chega na rua e vê os estudantes fazendo passeatas, gente morrendo de fome, todo mundo reclamando. Os fatos são mais fortes...

EUGENIO — E tem outra coisa. Estas matérias estão substituindo o estudo de

Caco: "A professora diz que temos uma sociedade quase perfeita, que só falta um empurrãozinho"



História, onde o estudante tem mais margem para debater. Em OSPB eles dizem que o povo brasileiro sempre foi passivo, quando a história mostra que não é bem assim. Que houve momentos de conquistas, mas tem outros exemplos, como Palmares, insurreições escravas, Canudos, onde o povo lutou por seus interesses.

RUTH — Quanto ao nível de ensino, em geral, eu acho que ele é péssimo. Eu, por exemplo, ainda não tive aulas de física esse semestre. A professora manda bilhetes por escrito, dizendo que tipo de trabalho a gente tem que fazer. E tem outros que vêm à aula, mas não ensinam nada.

CACO — Para mim, o mais grave é o conteúdo das cadeiras. Não adianta nada ter uma série de aulas se o conteúdo delas é reacionário e, às vezes, fascista. A ideologia fascista tenta colocar isso, em nome da Pátria e do bem, tentam anular o indivíduo e criar massas passivas. Esse tipo de ensino não nos interessa. Um dia desses chegou uma professora se queixando que a turma não queria aprender. E é verdade, essas matérias. Não se quer aprender o que é imposto, e a reação dos estudantes é jogar bolinhas de papel, aviõezinhos, tirar sarro, "olha lá a calcinha da professora".

Coojornal — E a reforma de ensino? Como vocês estão se dando com o profissionalizante?

RUI — No ano passado se formou a primeira turma da reforma, o que nos faz pensar. Existia, realmente, a carência de mão-de-obra de nível médio. Para solucionar essa carência inventaram a tal reforma, que é uma cópia de um modelo de ensino americano, totalmente desvinculado da realidade nacional. O país não tinha e não tem laboratórios, nem equipamentos, e, muito menos, professores especializados para formar profissionais semi-especializados, como o que pretende a reforma. Então o que acontece? Um cara que está trabalhando há dois anos em escritório e não fez curso nenhum sabe mais do que um estudante que demorou dois anos, fazendo a porra deste curso.

CACO — Eu discordo. Acho que não havia carência de mão-de-obra. O que existia era um grande número de excedentes do vestibular. A proposta da reforma de ensino e da criação dos profissionalizantes era transferir os excedentes do vestibular para outras áreas e amenizar o caráter de seleção do vestibular, que é meramente econômico. Não deu certo, como realmente não poderia dar.

RUTH — As opções existentes são muito poucas e dependem de horários e turnos. Eu queria fazer curso de Técnica de Propaganda, mas só consegui matrícula em Análises Clínicas.

SIMONA — Eu consegui escolher Técnicas Agrícolas. Só que as aulas de técnicas agrícolas são dadas no oitavo andar de um edifício na Rua Vigário José Inácio, bem no centro da cidade. O máximo que se aprende é como colocar uma planta num vaso, molhar uma vez por dia e coisa parecida.

MARTA — O problema da escola é que ela é um meio de reprodução do sistema. O profissionalizante é um exemplo. É um ensino que não profissionaliza ninguém e não serve para o cara passar no vestibular. Tem cursos profissionalizantes que o estudante

não tem aula de biologia, nem de química, pouca matemática. A pessoa não arranja emprego no ramo que escolheu e não passa no vestibular. Então entra para um cursinho tentando a famosa vaga na universidade. E não vai conseguir na primeira tentativa, porque não teve base no 1º Grau, onde as matérias são dadas a toque de caixa, entra para o 2º Grau de perna curta. Faz todo o 2º Grau de perna curta e quando chega no vestibular, não agüenta e desmonta.

ARIOSTO — E tem mais. Todo o profissionalizante é voltado para ensinar o cara a ser um bom empregado, servir bem o patrão. Para formar indivíduos que amanhã ou depois vão fazer tudo para cumprir bem sua função e, quem sabe, ganhar um aumentozinho no fim do ano, como prêmio.

Coojornal — Como a família encara a participação política e o comportamento que vocês estão assumindo?

SIMONA — Quando eu comecei a participar de movimento estudantil, meu pai dizia que me sustentava e que eu tinha que fazer tudo que ele mandava. E não era para participar de movimento estudantil porque era muito perigoso. No começo eu fiquei com medo porque apanhava, ficava de castigo, me tiravam a chave de casa. Depois eu resolvi enfrentar. O maior problema são as chantagens emocionais que eles fazem. Meu pai sofria do coração. Quando ele morreu, há um mês, o resto da família me acusou de ter causado a morte dele.

MARTA — Quem escreveu "Lar Doce Lar" não tinha pai nem mãe. O maior problema é a educação. A menina é educada para ser uma boa dona-de-casa. Lá em casa, como eu sou a única mulher, então adivinha quem é que lava a louça depois do almoço? Mas eu já estou fugindo desse esquema. De agora em diante cada dia um lava a louça. E tem outra coisa. Desde pequena, a menina é ensinada a ser virgem até o dia que seu herdeiro a leva para o altar.

FELIPE — O pior é a repressão na educação. Para as moças, eles ensinam que sexo causa enfarte. Ao mesmo tempo eles estimulam o guri a ser um garanhão.

RUTH — Eu acho que tanto o homem quanto a mulher são reprimidos sexualmente. A mulher não pode transar antes de casar e o homem é incentivado a sair por aí comendo todo mundo...

MILCO — Tem pais que até levam os filhos para prostíbulos ou então apresentam umas moças, dão grana.

DARIO — Meu pai me dá grana. E eu aproveito, não é?

RUTH — Os dois são reprimidos, mas eu acho que o problema da mulher é muito mais sério. Eu vejo pelo meu irmão que sempre teve muito mais liberdade que eu para sair de noite, voltar qualquer hora. Nem se compara o grau de repressão.

ARIOSTO — Mas os pais incentivam os filhos a serem garanhões com mulheres de nível social inferior e não com as filhas dos amigos deles. Ou o cara vai na zona ou tem que chegar na empregada e "cumé que é?".

Ruth: "O ensino é péssimo. Uma professora manda bilhetes, outros não ensinam quase nada"



Marta: "Menina é educada para ser uma boa dona-de-casa. Adivinha quem lava a louça lá em casa?"



DARIO — Antes de entrar para o movimento estudantil eu saía com o mulhérico e não tinha galho. Agora quando eu chego tarde levo cada mijada.

EUGÊNIO — Pois eu acho que sou uma ovelha negra por aqui. Fui criado num ambiente liberal. Desde pequeno eu me acostumei a ver meus pais lendo, temos uma biblioteca muito boa. Então tenho pais com mente aberta, que me dão toda a liberdade e só recomendam que eu tenha cuidado. O único problema é o vô e a vô que moram conosco, mas daí já é pedir demais. Eu tenho uma irmã muito alienada, que passa o dia inteiro escutando discos estrangeiros, de discoteque. Eu brigo com ela, tiro o disco e coloco um da Mercedes Sosa, mas não adianta.

DARIO — Lá em casa é diferente. Eu tenho uma irmã católica que transa grupos de jovens e quer me conchavar para entrar no grupo dela.

Coojornal — O que são esses grupos de jovens?

ZÉ — Eu já participei de um desses grupos, da igreja. E é incrível como eles conseguem envolver a gente. O grupo que eu transava fazia trabalho comunitário, campanha de alimentação e de agasalhos no inverno. Pura caridade que depois eu me dei conta que não adiantava para nada.

SIMONA — Tinha uma amiga que me convidava para participar do grupo dela. Ela dizia: "Vai lá. A gente espairoce dos problemas que tem na família, no colégio".

MILCO — Esses grupos de jovens dizem que a situação está errada, que existe pouca fraternidade e não pode ser assim. Mas o que eles fazem é ficar trancados numa sala, tocando violão, ou como eles dizem: "Botando um pouquinho de amor no coração das pessoas, porque, quem sabe, isso resolve a desumanização do mundo".

Coojornal — Vocês já pensaram em sair de casa para resolver os conflitos familiares?

SIMONA — Eu já pensei. Tinha um amigo que vivia me falando que a gente deve destruir a família, que é uma instituição falida. Eu estava muito grilada e numa época cheguei a defender isso. E uma das formas de destruir a família era sair de casa. Mas não deu porque eu não tinha dinheiro. Depois eu cheguei à conclusão que tinha que ficar em casa, brigando para conseguir a liberdade dentro de casa. Quando meu pai era vivo queria que fosse fazer faculdade em Moscou que lá era melhor. Mas eu respondi que preferia ficar no Brasil. Se a gente não está satisfeita com uma coisa, tem que lutar para modificá-la.

ARIOSTO — Minha situação é parecida. Meus pais são separados e minha mãe decidiu casar de novo. Tudo bem, a gente fez uma reunião familiar e achou que estava legal. Mas depois começaram as brigas por causa das minhas atividades no movimento estudantil e no Setor Jovem do MDB. Eu pensei em sair de casa, mas resolvi ficar, porque tenho quatro irmãos menores. Eu procuro discutir com eles, dar livros, ouvir o que eles pensam. Não se trata de doutrinar ninguém, mas debater as coisas que acontecem.

CACO — Às vezes fugir de casa é muito cômodo. Fugir do autoritarismo. Para mim

é melhor o cara ficar em casa lutando para conquistar o respeito e modificar as ideias. Mostrar ao pai autoritário que ele tem que respeitar para ser respeitado. Botar o dedo na cara do pai que te bate.

FELIPE — Mas pode acontecer o contrário. O cara não consegue modificar o comportamento do pai e acaba se acomodando e alienando.

CACO — O filho não vai conseguir mudar o comportamento do pai. Ele pode conquistar o respeito e tentar modificar as ideias dos irmãos que, muitas vezes, estão dominados pela autoridade dos pais, mas não são como eles.

Coojornal — O que vocês acham da moda discoteque?

CACO — Como eu falei no começo. A discoteque, como os grupos de jovens como o rock foi até agora, são instrumentos que a sociedade lança para amenizar as contradições dos jovens. Nos momentos em que ele poderia estar lendo um livro, vendo um filme, indo a teatro ou participando de grêmios ou entidades ou grupos estudantis, ele fica curtindo som ou puxando fumo.

RUI — Não é à toa que estão dando força para discoteque, que estão promovendo o John Travolta. A dança, no caso da discoteque, é usada nesse sentido. O cara vai na discoteque para desabafar.

RUTH — Eu gosto de dançar, mas não gosto da discoteque porque o som é muito alto e o espaço é pequeno. Digo isso porque acho que não se deve ter uma visão moralista, baseada no certo e no errado pré-estabelecidos.

RUI — De certa forma é a mesma coisa. Mas em relação às drogas por exemplo, o cara deve ter um comportamento que dê confiança aos companheiros que estão junto. De que jeito se vai confiar num cara que, de repente, é preso com drogas ou coisa parecida. A análise que eu faço não é moralista. É política.

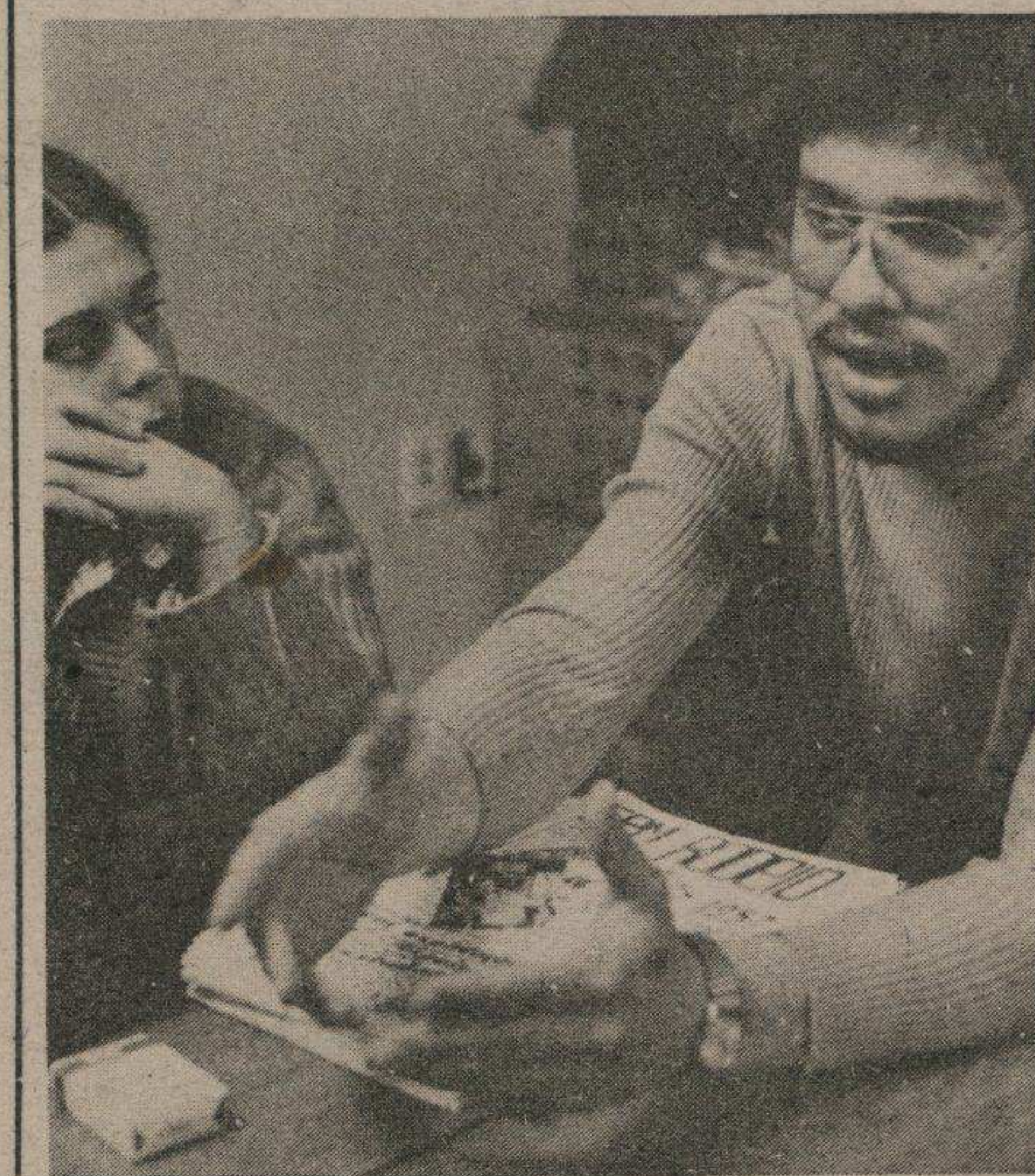
ZÉ — Eu discordo quando o Caco falou do rock. É melhor o cara ficar escutando Bob Dylan ou John Lennon, que os Travoltas da vida. O que existe é que o sistema tem formas de absorver qualquer tipo de manifestação, por mais legítima que ela seja. É o caso dos movimentos hippies, que surgiram como uma revolução de costumes e depois se transformaram em moda de boutique.

DARIO — Claro que devemos saber da utilização do sistema faz de tudo, ou quase tudo, mas não podemos evitar de consumir porque vivemos num país capitalista. Senão teríamos que parar de beber, de fumar, de comprar disco, ir ao cinema.

RUI — Claro que não. Mas se deve ter a preocupação de analisar politicamente as questões que aparecem no dia-a-dia. E ter cuidado para atacar as manobras do sistema e denunciar os desvios que ele impõe ou sugestiona.

ARIOSTO — E não simplesmente dizer o que é certo e o que é errado, mas mostrar o que representa. Discutir com as pessoas e propor alternativas, como a participação política.

Ariosto: "O ensino profissionalizante é voltado para ensinar o cara a servir bem ao patrão"



A primeira república negra do mundo completa 175 anos. Os escravos do Haiti derrotaram até as tropas de Bonaparte para conquistarem sua independência. Hoje o povo haitiano vive na semi-escravidão.

Os negros que derrotaram o exército de Napoleão

Por Décio Freitas



Em 1789, desfraldou-se na França a bandeira da liberdade, igualdade e fraternidade. Por uma ironia da história, foi desfraldada por uma classe social que se enriquecera e fortalecera com o tráfico e o trabalho de escravos negros.

A França continuava, no fim do século XVIII, um país essencialmente agrícola. A produção manufatureira ainda não saíra do estágio artesanal e tinha importância extremamente modesta na economia. O comércio e a exploração coloniais subsistiam, por isso, como fontes principais da riqueza.

Mercê do tráfico e das colônias, esta classe social nadava numa tal prosperidade que a supremacia social e política da aristocracia se lhe tornara absolutamente intolerável, fazendo-a lançar-se à revolução. Ao mesmo tempo, porém, as contradições da luta revolucionária solaparam as bases do poder colonial francês na mais importante de suas colônias, a ilha de Santo Domingo, ensejando a eclosão daquela que veio ser a única insurreição vitoriosa de escravos em toda história.

A insurreição teve início em agosto de 1791, três anos após o desencadeamento da Revolução Francesa, e durou 12 anos. Os negros derrotaram, sucessivamente, os moradores brancos, as tropas da monarquia francesa, uma invasão espanhola, uma expedição inglesa de cerca de 30 mil homens e uma expedição francesa de número similar, planejada por Napoleão Bonaparte e comandada por um seu cunhado. Como resultado os negros de Santo Domingo fundaram a segunda nação independente do Novo Mundo e a primeira república negra do mundo.

Os franceses controlavam somente um terço da ilha de Santo Domingo*, ou seja, 27.500 quilômetros quadrados, uma área correspondente a cerca de 28% do território atual de Pernambuco. Mas, eles haviam convertido o minúsculo território na mais rica e próspera colônia das Antilhas.

A parte francesa de Santo Domingo produzia açúcar, indigo, algodão, melão,

(* Os outros dois terços da ilha, área que hoje corresponde a São Domingos, pertenciam aos espanhóis.

cacau, rum e café, mas era o açúcar sem dúvida, sua produção mais importante. Superava a de qualquer outra colônia do Novo Mundo, no volume, na qualidade e nos preços. O comércio de Santo Domingo superava em valor o das 13 colônias dos Estados Unidos. Em 1789, vendendo em suas colônias antilhanas manufaturas no valor de 78 milhões de libras, a França extraiu delas riquezas no valor de 218 milhões de libras, das quais cerca de 82% proporcionadas por Santo Domingo. A França não consumia senão 32% desta riqueza; o resto era comerciado com a Europa.

A produção de Santo Domingo representava cerca de 65% do total das exportações da França. Prevalcia na ilha um sistema de produção social baseado no trabalho escravo que se reproduzia mediante um colossal afluxo de trabalhadores negros alimentados pelo tráfico. Em 1787, a colônia francesa importou cerca de 40 mil escravos, o que correspondia a uma renovação anual de 8% da força de trabalho. O Brasil, enquanto isso, importou no mesmo ano 12 mil escravos, renovando desta forma menos de 1% de sua força de trabalho. Nesta altíssima taxa da renovação da força de trabalho, reside uma das explicações da superior produtividade da colônia francesa.

Na véspera da Revolução Francesa, a população do Haiti era de 558 mil habitantes: 500 mil escravos, dos quais dois terços nascidos na África; 30 mil brancos e 28 mil mulatos libertos. Os escravos representavam cerca de 90% da população — a maior porcentagem de escravos de todo o Novo Mundo. (No Brasil, na mesma época os escravos representavam 48,6% da população). Havia em Santo Domingo nada menos do que 17 escravos para cada branco. Esses escravos viviam densamente concentrados no minúsculo território, o que viria facilitar a organização de uma revolta.

Os mulatos integravam a classe dominante colonial de proprietários de terras e escravos, e, dado o violento antagonismo existente entre eles e os brancos, seriam um fator de divisão na estrutura da dominação. O número de mulatos quase igualava ao de brancos. Nos primeiros tempos da colonização, havia absoluta es-

cashez de mulheres brancas. No intuito de compensar o brutal desequilíbrio demográfico entre brancos e negros, cuidou-se de criar uma camada intermediária de mulatos.

Vingou o costume de alforriar todo mulato que atingisse os 24 anos de idade. O Código Negro de 1685 autorizou o casamento de branco com escrava que lhe desse filhos, ficando todos livres. O incremento da população branca derrotou este costume, porém o número de mulatos continuou a se multiplicar.

No início, foram artesãos ou empregados domésticos, mas, laboriosos e econômicos, acumularam riquezas que os habilitaram a se tornar proprietários de terras e escravos. Imitavam os brancos em tudo, buscando apagar os traços de sua origem. Mandavam os filhos estudar em Paris e botavam enorme desprezo pelos negros. Viviam, a despeito disso, sujeitos a inúmeras restrições.

Probiu-se-lhes o uso de espadas, sabres e roupas européias. Não podiam se reunir a pretexto de casamento, festas e danças. Impediu-se que vivessem na França. Vedou-se o exercício da Medicina, do sacerdócio e de empregos públicos de confiança. Excluídos das forças regulares do Exército e da Marinha, eram entretanto enganados compulsoriamente na *maréchausé*, força de repressão incumbida de prender negros fugidos, proteger viajantes e lutar contra os quilombolas. Pouco antes da revolução, as restrições se agravaram.

Probiu-se-lhes de se chamarem *senhor* e *senhora*. Se um branco comia na casa de um mulato, este não podia sentar-se à mesa com ele. Apenas não se proibia aos mulatos o enriquecerem. Como possuíam capitais líquidos, emprestavam aos brancos. Havia, a despeito de tudo, um laço comum entre brancos e mulatos — a propriedade. Os mulatos não pretendiam liquidar o sistema escravista, pelo contrário, co-participavam dele e não podiam deixar de ser intransigentes defensores da escravidão. O que apenas, queriam era igualdade de direitos com os brancos.

Os brancos, por sua vez, faziam da discriminação um escudo contra um grupo concorrente. Tratava-se, em uma palavra, de um conflito intraclasses.

Logo no início, quase todos os brancos

de Santo Domingo se engajaram no partido da revolução. Criaram uma Guarda Nacional à imitação da que fora criada na França e tornaram virtualmente nominal o poder do governador monarquista. A seguir, desencadearam uma onda de violência contra os mulatos. O governador buscou o apoio dos mulatos e estes, numa atitude de autodefesa contra a violência dos patriotas brancos, saíram em defesa da monarquia e da contra-revolução.

mediatamente após estalada a revolução, uma delegação mulata partira para a França, onde invocara em seu favor a Declaração dos Direitos do Homem. Generalizou-se na assembléia francesa a convicção de que a manutenção da ordem nas colônias não seria possível sem o concurso dos mulatos. Submetida, entretanto, à pressão contraditória dos plantadores mulatos e brancos, a assembléia saiu-se a 8 de março com um decreto ambíguo que dava o direito de voto a todas as pessoas com mais de 25 anos que possuíssem propriedades.

Os plantadores brancos negaram cumprimento ao decreto, argumentando que os mulatos não eram pessoas. Os mulatos decidiram apelar para as armas. Um mulato chamado Ogé, político culto e hábil que se encontrava em Paris, partiu para a Inglaterra, onde recebeu uma carta de crédito para compra de armas e munições nos Estados Unidos. Desembarcou em Santo Domingo em outubro de 1790, mas apenas para ser rapidamente derrotado e enforcado com dominadores criou para os escravos a oportunidade longamente sonhada.

Haviam ouvido falar da revolução na França e, para eles, tudo se apresentava da seguinte forma: os escravos brancos da França se tinham revoltado, depois de matar seus amos, gozavam agora dos frutos da terra. Escarmentados por experiências antigas e recentes, decidiram se organizar, usando para tanto o *vodu*. Marchavam milhas e milhas para comparecer ao *vodu*: cantar dançar, e... conspirar. Em meados de 1791, estavam prontos para a revolta, liderados por um sacerdote *vodu* chamado Boukman. Numa noite tempestuosa, estalou a revolta. Os escravos incendiavam e matavam.

Em poucas semanas o movimento-



tava mais de 100 mil insurgentes. Nesta altura, estavam divididos em três bandos, chefiados por Biassou, Jean François e Jeannot, que trataram de organizar aquela massa desvairada. Boukman morreu em combate e sua cabeça foi exposta em Le Cap. Pouco depois, aderiu à insurreição um negro chamado Toussaint Bréda, fadado a se converter no grande líder dos escravos.

A assembleia francesa decretou a igualdade para os mulatos. Para a burguesia, os mulatos seriam um bastião da ordem escravista. Os plantadores brancos e mulatos se reconciliaram e celebraram uma concordata em cerimônia pública em Porto Príncipe. Os brancos, entretanto, logo depois da cerimônia, mudaram de idéia. Traiçoeiramente, atacaram os mulatos e travou-se luta feroz em consequência da qual dois terços da cidade foram consumidos pelas chamas. Os mulatos, então, uniram-se aos escravos. No norte, os mulatos lutavam liderados pelos negros; no ocidente, os negros obedeciam ao comando de mulatos.

Quatro meses depois da eclosão da revolta, os escravos estavam sem condição, sem armas e sem munições. Tomados de desespero, os líderes iniciais do movimento traíram os escravos, negociando com os brancos a cessação da luta em troca da liberdade para si e seus familiares. Foi nestas condições que Toussaint Bréda emergiu como líder da insurreição escrava.

Toussaint Bréda pertencia à camada de escravos privilegiados própria de todos os regimes escravistas. O pai, filho de um pequeno soba africano fora aprisionado em guerra e vendido como escravo. O amo haitiano reconhecendo nele um negro incomum, dava-lhe certa liberdade na plantação. Fez-se católico, casou e teve oito filhos, dos quais Toussaint era o mais velho. Toussaint jamais teve que exercer trabalho braçal e não conheceu o açoite. Perto da plantação, vivia um negro velho chamado Pierre Baptiste, a quem um missionário ensinara o francês, o latim e um pouco de geometria.

Baptiste transmitiu a Toussaint tudo que sabia. Empréstou-lhe livros, entre os quais a *História Filosófica e Política do Estabelecimento e Comércio dos Europeus nas Duas Índias*, do abade Raynal. O jovem negro releu infinitas vezes este livro, no qual o impressionou um conceito: "A liberdade natural é o direito que a natureza deu a cada um de dispor de sua pessoa segundo sua vontade". Consta que leu também, os *Comentários* de César. O amo o fez seu cocheiro pessoal e, mais tarde, capataz de uma criação de gado.

Casou-se, teve filhos, e acumulou razoável pecúlio. Contava 45 anos de idade quando se juntou à insurreição. Era um homem baixo, feio e desajeitado. Sempre teve expressão extremamente severa, a tal ponto que, segundo se diz, jamais alguém riu em sua frente. O nome de batismo era Toussaint Bréda. Atribuiu-se o apelido *L'Ouverture* a um general francês que, ao saber de nova e brilhante vitória de Toussaint, teria exclamado: "Este homem faz uma abertura em toda a parte". Existe, porém, a versão mais prosaica de que os negros assim o chamavam devido à falta de um dente — uma *abertura*.

A guerra entre França e Espanha brindou nova oportunidade aos escravos. Interessados em fomentar a insurreição, os espanhóis lhes forneceram armas, munições e víveres, o que permitiu a Toussaint ampliar suas operações. Ainda mais importante, entretanto, seria a oportunidade oferecida pela invasão inglesa, em setembro de 1793. A conquista da rica colônia de Santo Domingo constituía um dos sonhos da Inglaterra e agora, aproveitando-se das dificuldades francesas, decidiu invadi-la com uma expedição de mais de vinte mil homens.

No início de 1794, os ingleses estavam senhores de toda a costa do Golfo de Porto Príncipe, exceto a capital. Em junho, tomaram a capital. A ameaça de perda da colônia forçou a assembleia francesa a libertar os escravos como meio de ganhá-los o apoio contra os ingleses.

O governo francês outorgou a Toussaint a patente de brigadeiro-general e ele, numa série de operações fulminantes contra França e Espanha e ingleses recapturou para a França quase toda a província do norte. O ex-escravo negro Toussaint era agora um general francês, à frente de um experimentado exército de cinco mil homens e tendo sob suas ordens generais brancos. A guerra não poderia prosseguir sem o soerguimento da produção, totalmente prostrada em consequência das lutas dos últimos anos. Toussaint ordenou aos negros que retornassem ao trabalho em troca do pagamento de salários e, ao mesmo tempo, impôs sua autoridade aos proprietários brancos e mulatos.

Em maio de 1796, o governo francês nomeou Toussaint comandante-em-chefe. Os ingleses foram definitivamente expulsos por Toussaint em janeiro de 1798. Recuperada a colônia, o governo francês passou a ver Toussaint com outros olhos.

Chegou a Santo Domingo novo comissário, instruído para derrubá-lo. Para tanto aliou-se ao mulato Rigaud; mas, acossado pelas tropas de Toussaint teve de fugir. O general negro assumiu toda a autoridade na colônia, tendo contra si apenas a resistência dos mulatos de Rigaud. Julgando inoportuno tomar partido na querela, Napoleão confirmou Toussaint como comandante-em-chefe. Pouco depois o general negro assumiu o controle do sul, baluarte dos mulatos. Em janeiro de 1800 contrariando instruções expressas de Napoleão, invadiu e ocupou a parte espanhola da ilha. Dez anos de guerra civil e estrangeira haviam devastado a ilha.

Dos 30 mil brancos existentes em 1789, apenas restavam 10 mil. Os mulatos estavam reduzidos a menos de 20 mil. Um terço dos 500 mil escravos haviam desaparecido. Bandoleiros assolavam o país — todos se haviam acostumado ao saque e à violência. Para Toussaint, a suprema garantia da liberdade negra seria a prosperidade da agricultura, porém a agricultura em grande escala, era destinada exportação. Orientou seus esforços no sentido de impedir que as grandes propriedades se fragmentassem e que os negros se dedicassem a uma agricultura de subsistência.

Atribuiu aos trabalhadores um quarto da produção, o que descontentou tanto os proprietários como os trabalhadores. Os generais no comando dos distritos ficavam responsáveis pelo trabalho dos negros e pela produtividade das plantações. Como os trabalhadores resistissem a este sistema, Toussaint confinou-os nas plantações, que não podiam abandonar sem sofrer severas punições. Fixou o horário de trabalho — das 5h da madrugada às 5h da tarde um pouco menos que nos tempos da escravidão.

Empenhou-se em reorganizar a administração e as finanças, e reprimiu o contrabando que, campeava desenfreado. Deixou aos brancos a propriedade da terra e estes, pouco a pouco, confiaram em que não correriam perigo enquanto ele mandasse. Não tinha confiança em ninguém; supervisionava tudo pessoalmente. Comprou fuzis nos Estados Unidos e, mostrando-os aos negros dizia: "Aqui está a vossa liberdade".

A contraditória base social de seu poder levou-o insensivelmente a uma ditadura militar. Situação esta que se refletiu na constituição elaborada pouco depois. A escravidão para sempre abolida. Independente da cor, todo homem tinha acesso aos cargos públicos. Preservava-se o direito de

propriedade — mesmo dos proprietários ausentes. Alegando a necessidade de trabalhadores, Toussaint fez autorizar o tráfico de escravos, mas estabeleceu que eles adquiriam automaticamente a liberdade ao pisar em solo da ilha.

A restauração do arruinado comércio colonial da França se inscrevia entre as preocupações fundamentais de Napoleão. Não perdia de vista a ilha de Santo Domingo, onde considerava necessário reimplantar a escravidão, abolida apenas para enfrentar a invasão inglesa. Toussaint não passava, segundo ele, de um "escravo rebelde". A guerra com os ingleses tolhia-o, entretanto, de qualquer iniciativa.

Em outubro de 1801, França e Inglaterra, firmaram as preliminares de um tratado de paz, concluído em março de 1802. Já em dezembro de 1801, Napoleão despachava contra Santo Domingo uma expedição de 20 mil homens, composta de veteranos e alguns de seus melhores generais, sob o comando de seu cunhado Leclerc. Napoleão redigiu de próprio punho instruções minuciosas para a campanha, cujos objetivos finais consistiam na destruição do poder negro e na restauração da escravidão.

A frota que transportava a expedição surgiu na baía de Le Cap em 2 de fevereiro de 1802. O general negro Cristophe, comandante da praça, evacuou a cidade e removeu a população para as montanhas. A seguir fez explodir e incendiar a cidade. Quando os franceses desembarcaram, no dia seguinte, restavam apenas 59 das duas mil casas de Le Cap.

No momento do desembarque francês, a popularidade de Toussaint estava em seu nível mais baixo. Os trabalhadores negros se insurgiam crescentemente contra a política de colaboração com os brancos. Pois esta colaboração significava em última análise a manutenção da propriedade e exploração branca. Os trabalhadores negros queriam possuir as terras que trabalhavam, o que exigia a expropriação revolucionária e a divisão dos latifúndios. Percebia Toussaint, no entanto, que a produção de açúcar, em condições competitivas no mercado internacional — em toda a parte era produzido pelo trabalho escravo — exigia cultura extensiva e baixos salários.

O açúcar produzido na base de pequenas propriedades individuais seria escasso e caro, incapaz de penetrar nos mercados externos. Hoje podemos arguir, naturalmente, que o problema se resolveria através da coletivização dos meios de produção. Àquele tempo, contudo, não havia uma teoria socialista cientificamente elaborada. Qualquer experimento socialista seria, no mínimo, utópico. A história colocara os negros num beco sem saída.

Não seria senão com uma guerra popular que poderia enfrentar a expedição napoleônica. Porém, esta guerra popular não se mostrava possível nos quadros do regime de Toussaint. O general negro Moise, comandante do norte, tentou depor Toussaint, mas foi derrotado e fuzilado com seus partidários. Toussaint enfrentou, portanto, a expedição francesa, apoiado apenas em seu exército. Malgrado este tenha lutado heroicamente, não pôde impedir que a expedição francesa fizesse progressos. Toussaint combatia e conciliava ao mesmo tempo. Conciliava não apenas com os plantadores brancos, mas com o próprio Leclerc, minando desta forma, ainda mais, a moral de seu exército.

O comandante francês habilmente tirou partido da situação, prometendo aos generais negros conservá-los em seus postos, à frente de suas tropas. Um a um foram se submetendo: Cristophe, Lamatière, Magny, Dessalines. Isolado, desertado, Toussaint cessou a luta e se recolhe às suas plantações, com a promessa dos franceses de deixá-lo em paz. Tor-

nara-se proprietário e se sentia consolado com a cessação da destrutiva guerra de tantos anos. Para os franceses, todavia, a presença de Toussaint seria sempre um perigo.

A pretexto de que conspirava, prenderam-no, manietaram-no como criminoso e o embarcaram para a França. Napoleão encerrou-o no forte Joux nas gélidas montanhas do Jura, onde o frio e os maus tratos provocaram sua morte, a 7 de abril de 1803, quando contava 57 anos de idade.

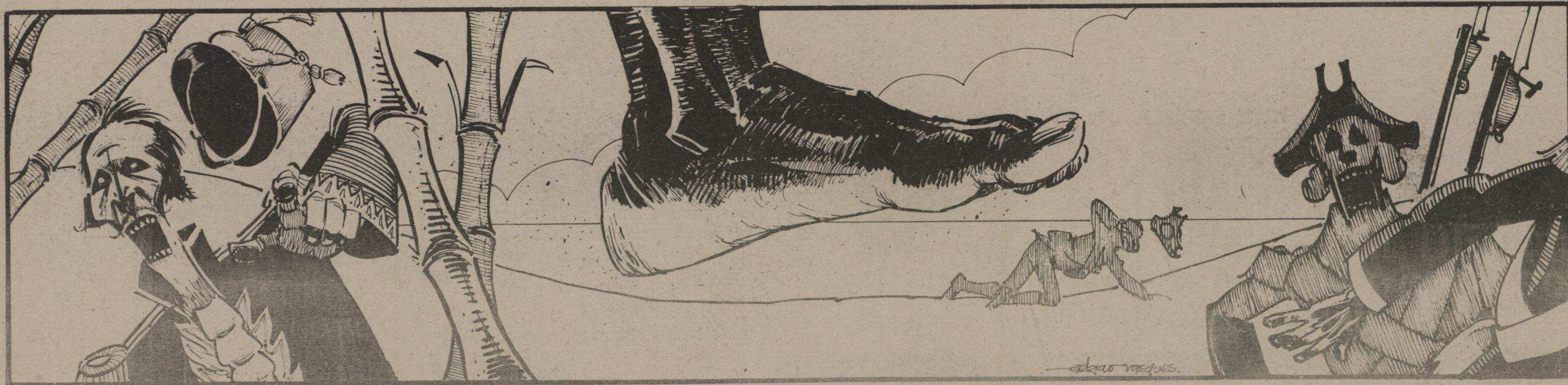
A morte de Toussaint abriu caminho para Dessalines, um dos seus generais, que desde o início da invasão francesa mostrara-se partidário da independência. Dessalines estava convencido de que o chefe fora ultrapassado pelos acontecimentos e devia ser afastado. Consta mesmo que a prisão de Toussaint foi instigada por ele. Assim enquanto servia fielmente aos franceses, arquitetava planos para a independência. A prisão de Toussaint provocou a revolta da massa negra. Esta revolta se alastrou quando se soube que a escravidão fora restabelecida na Martinica e demais ilhas, devendo sê-lo em breve em Santo Domingo. Logo a revolta se tornou geral, escapando ao controle de Leclerc, reduzido agora a oito mil homens cansados e doentes, depois de haver recebido da França um total de 34 mil homens.

Em setembro se insurgiram os generais mulatos Pétion e Clairveaux e, em outubro, Cristophe. No começo de novembro morreu Leclerc, sucedido por Rochambeau, que pediu a Bonaparte e recebeu reforços de 20 mil homens. Dessalines, comandante-em-chefe de negros e mulatos deixou Rochambeau sem condições de luta, obrigando-o a evacuar a ilha em 28 de novembro de 1803. Dois dias depois proclamava-se a independência, assumindo a nova república o nome de Haiti, referente aos índios nativos da tribo Arawak.

No curso da guerra de independência, os franceses haviam praticado massacres inauditos contra os negros. Milhares haviam sido esfaqueados por 1.500 cães ferozes trazidos da França — um espetáculo público assistido pelas damas brancas em trajes festivos — ou arremessados aos tubarões.

Vencida a guerra Dessalines deu o troco: trucidou todos os brancos. O país se convertera num deserto, com quase todas as suas forças produtivas destruídas. As terras foram parceladas em pequenos lotes, dando lugar a uma economia de subsistência e a uma massa de camponeses pobres. A nova república nasceu em meio à hostilidade de um mundo que em geral ainda vivia da escravidão.

Não se podia admitir o mau exemplo de uma república negra e anti-escravista. O Haiti custou a ser reconhecido por outros países e não conseguia manter comércio externo. Simon Bolívar, que depois do segundo fracasso de sua luta contra os espanhóis, encontrara refúgio no Haiti e pudera reencetar a luta graças a armas, as munições e ao dinheiro fornecido pelo presidente Pétion, não convidou a república negra para o Congresso do Panamá, em 1826. Os Estados Unidos somente reconheceram o Haiti em 1862, na presidência de Lincoln. Mesmo depois da abolição da escravatura os negros continuaram oprimidos e explorados na América e na África. A explicação para esta situação era a congênita inferioridade dos negros. Convinha à abusão um Haiti pobre e atrasado, dilacerado pelas guerras civis e degradado por ditaduras sanguinárias. As classes dominantes não se distinguem pela cor. A classe dominante haitiana, mulata e negra, durante estes 175 anos de vida independente se tem prestado a tais interesses. Mantém até hoje o seu povo numa situação de abjeta semi-escravidão.





Agrobusiness-1

UMA VISITA AO PARAÍSO

A convite, uma missão de executivos internacionais visitou a Amazônia atrás de oportunidades para investimentos. O relatório deles é claro: o ex-inferno verde é um paraíso para quem tem dólares.

Agro-Industrial Potential of Legal Amazonia, Report of the ICP Mission to Brazil, é o título de um relatório feito em 1973 por industriais norte-americanos e europeus sobre a Amazônia, e ainda hoje não divulgado no Brasil. É o resultado da visita, feita em abril daquele ano, a convite do governo brasileiro, por uma missão do Programa de Cooperação Industrial (ICP), órgão da FAO que tem como objetivo "estimular investimentos industriais em regiões subdesenvolvidas do mundo".

A missão do ICP — cujo comitê executivo é formado por representantes da Mitsubishi, Nestlé, Unilever, Shell, Sodedeg, Philips, Cyanamid e outras multinacionais — esteve em São Paulo, Rio, Brasília, Belém e Manaus, verificando *in loco* as potencialidades que a Amazônia oferecia para à agroindústria internacional.

Era a época do *milagre brasileiro* e os industriais conversaram com alguns dos principais responsáveis por ele, entre os quais os ministros Delfim Neto e Reis Velloso, o embaixador Roberto Campos (à época, servindo em Washington), o presidente do Banco Central, Paulo Lyra, e os cinco governadores dos estados visitados.

Saíram impressionados com "a flexibilidade do governo brasileiro" em questões como a propriedade de terras, a concessão de incentivos fiscais, o fornecimento de mão-de-obra e a participação oficial nas obras de infra-estrutura, todas fundamentais para os projetos das agroindústrias.

O documento (cerca de 200 folhas datilografadas) faz algumas considerações interessantes: 1) os projetos de colonização do Incra na Amazônia teriam como objetivo básico fornecer mão-de-obra abundante para os grandes projetos agroindustriais. 2) a questão da proprie-

dade das terras — "que em outros países tornou-se um grave problema social e político" — poderia muito bem ser contornada, com o arrendamento de grandes extensões através dos governos estaduais. 3) a Embrapa e o Projeto Radam (Radar da Amazônia) teriam sido criados visando especialmente a obtenção de informações sobre os recursos agropecuários, minerais e hidrográficos da região amazônica, para maior garantia do investimento estrangeiro.

Apesar de tudo isso, e de reconhecer que os incentivos fiscais oferecidos pelo governo brasileiro são vantajosos para a indústria estrangeira — "permitem que fábricas inteiras sejam importadas com isenção de impostos" —, os integrantes da missão encontraram motivos para fazerem mais alguns "pedidos e sugestões" ao governo.

Para eles, a colonização da Amazônia a partir de migrações nordestinas, por exemplo, tem impossibilitado a formação de uma mão-de-obra qualificada na região. Sugerem, em conseqüência, que isto seja "suplementado por imigrações vindas do exterior".

Os industriais estrangeiros querem, ainda, de acordo com o relatório, a criação de novos incentivos fiscais: um para as indústrias que realizem estudos de viabilidade econômica na Amazônia, e outro para financiar os custos sociais dos empreendimentos, especialmente os referentes à habitação, saúde, educação, energia e transportes.

Oficialmente, o governo brasileiro silenciou sobre as conclusões e sugestões do relatório. Fatos recentes, ligados à ocupação da Amazônia, porém, indicam que ele foi lido com muita atenção. Um exemplo é a criação da Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial, anunciada em setembro último. Formada por 23 empresas nacionais, entre bancos, empresas estatais e privadas, essa companhia destina-se a promover, com sócios estrangeiros, a implantação de projetos agropecuários no cerrado brasileiro — Goiás, Mato Grosso e Sul do Pará, integrantes da Amazônia Legal —, e cujo primeiro sócio é o consórcio japonês *Jadeco*. Bem como sugere o relatório.

Outro exemplo é o projeto de "contratos de risco" para exploração das reservas florestais da Amazônia feito pelo IBDF e Secretaria do Planejamento e encaminhado em agosto último para aprovação da presidência. A seguir publicamos alguns dos principais trechos do relatório do ICP. Embora não contemham propriamente novidade, eles são muito ilustrativos do que está ocorrendo na Amazônia hoje.

"É um negócio rendoso..."

— O governo brasileiro pediu que o ICP enviasse uma missão para examinar o potencial agroindustrial da Amazônia Legal — a *maior região não-desenvolvida do mundo*. Pediu-se que a missão examinasse a Amazônia do ponto de vista da agroindústria internacional — uma visão que iria suplementar as visões que estão atualmente sendo elaboradas por numerosos consultores, especialistas em questões de recursos, economistas políticos, sociólogos, etc., e que se envolveram neste magnífico desafio que é o desenvolvimento da Amazônia(...)

— A missão colocou com freqüência a seguinte pergunta, tanto a funcionários governamentais como a empresários de todos os níveis: "Por que investir na Amazônia?"

Houve muitas respostas, mas a mais impressionante também foi a mais simples: "Porque rendoso"(...)

— Ficou claro para a missão que "a Amazônia não pode esperar". Necessidades políticas, econômicas e sociais não permitirão que ela espere(...)

— Funcionários governamentais asseguraram à missão que a transferência em larga escala de fundos para a Amazônia com finalidades de desenvolvimento continuará acontecendo no futuro, e que as mesmas motivações básicas continuarão a prevalecer, ou seja: a segurança nacional, a integração e ocupação física e econômica, bem como a exploração dos recursos

naturais em termos de mercados locais, regionais e internacionais (...)

— Todos estes esforços são amplamente justificados pelo potencial da Amazônia, o qual inclui: 1) as maiores reservas mundiais de água fresca; 2) as maiores reservas mundiais de minerais; 3) as maiores reservas mundiais de recursos florestais; 4) o maior potencial de energia hidroelétrica do mundo; 5) a maior rede contínua do mundo de vias fluviais internas; 6) o maior número de sistemas ecológicos naturais em equilíbrio delicado (entre espécies de plantas, água, solos, etc.); e 7) a maior bacia sedimentária de todo o mundo tropical (...)

— Além disso, como uma nova zona equatorial, a Amazônia tem a vantagem de fatores de desenvolvimento que são muito favoráveis quando comparados com outras regiões equatoriais do mundo: a) política deliberada de integração nacional; b) proximidade de um grande mercado consumidor brasileiro e sul-americano; e c) um ambiente técnico, cultural e político favorável (...)

— Ao contrário da África Equatorial, que sofre de superfragmentação — como resultado da colonização e de uma sociedade que continua sendo, freqüentemente, tribal demais — a Amazônia faz parte de um país avançado e de rápido desenvolvimento. **Um país que se encontra sob a autoridade de um governo estável e respeitado (...)**

"A missão ficou impressionada"

— É bem sabido que o modelo de desenvolvimento brasileiro favorece a participação das empresas particulares, tanto de propriedade nacional como estrangeira (...). **A missão ficou impressionada com o desejo governamental de permanecer flexível em relação a vários assuntos relacionados com o investimento estrangeiro e a sua disposição para avaliar propostas numa base de caso-por-caso.** A missão apreciou a intenção desta flexibilidade, principalmente em termos de negociar acordos equitativos em relação aos custos de desenvolvimento social e

(naquela época) obrigatórios depósitos de porcentagens de empréstimos estrangeiros no Banco Central. **Os funcionários governamentais estão cientes de que a sua maior preocupação é a de atrair bons projetos — e para estes muita coisa pode ser feita (...)**

— Pelas discussões com a missão, ficou claro que o governo é flexível quanto à política de investimentos, e o seu forte apoio aos investidores particulares — e o seu desejo constante de atrair firmas multinacionais estrangeiras — oferece garantias de que a Amazônia continuará gozando a sua prioridade para investimentos.

— Por outro lado, também ficou claro que os funcionários governamentais mais antigos acreditam que os esquemas existentes de incentivos fiscais são suficientemente liberais para atrair os investidores. Isto nota-se principalmente quando se leva em conta os outros incentivos financeiros disponíveis através da Zona Franca de Manaus, **através dos incentivos às firmas da exportação e de comércio, e as novas regulamentações, permitindo que fábricas inteiras sejam importadas com isenção de impostos (...)**

— O esquema de Incentivos Fiscais não cobre remessas para o exterior, que estão sujeitas a um imposto de retenção de 25% e a um imposto complementar caso as remessas médias excedam 12% do capital estrangeiro registrado da companhia. **Entretanto, os lucros reinvestidos são acrescentados ao capital registrado, o que aumenta a base para remessa de lucros (...)**

— Os incentivos fiscais são atraentes caso um investidor já se encontre instalado no Brasil. Do contrário, eles são um pouco acadêmicos. A disposição do governo em considerar a cooperação com a indústria no que diz respeito à partilha dos custos das pesquisas e do desenvolvimento social também estimulará o interesse dos investidores, principalmente nos *joint ventures* em larga escala destinados a operar na área da agroindústria e da mineração.

— Para os brasileiros, a propriedade das terras é um direito individual e uma tradição nacional que tem suas raízes remotas na própria história do país. No entanto, os investidores estrangeiros estão cada vez

mais desconfiados em se tornarem grandes proprietários de terras, devido à experiência em outros países, nos quais uma tal propriedade transformou-se num perigo social e político. Uma vez que os novos investimentos agroindustriais na Amazônia irão envolver grandes extensões, a questão da propriedade das terras — e as alternativas a isto, tais como as concessões e arrendamentos — relevante.

— O governo e seus órgãos estão claramente mantendo uma política cuja finalidade é fazer com que as compras de terrenos na Amazônia se tornem atraentes tanto para os brasileiros como também para os estrangeiros. As restrições colocadas para os estrangeiros, com a finalidade de proteger os interesses da segurança nacional e para assegurar uma utilização devida ao projeto, obviamente, não são vistos como obstáculos pelos grupos que desejam investir em grandes extensões de terras, como em Jarilândia (Projeto Jari) e em *Suiá Missu*.

Porém, outros investidores, principalmente indústrias madeireiras, poderão preferir operar através de arrendamentos. Isto se tornará uma questão mais pertinente na medida em que as indústrias de processamento de madeira forem obrigadas a estender o âmbito de suas procuras por matéria-prima nas áreas varzeanas e eventualmente as regiões mais elevadas.

A terra não é um obstáculo

— Ao passo que funcionários federais mostraram uma certa relutância em considerar quaisquer modificações básicas na lei brasileira de propriedade de terras ("o investidor terá que se adaptar às nossas leis"), **a subjacente flexibilidade da política governamental ficou evidente em outras maneiras, particularmente em termos de contratos que podem ser feitos com as autoridades estatais em relação ao arrendamento de terras (...)**

— A política de propriedade de terras poderia ser um assunto importante na promoção da expansão da indústria florestal. Áreas de terras ao longo dos principais rios amazônicos são de propriedade particular, ao passo que as áreas mais inacessíveis, onde seriam realizadas as operações de corte em terras secas, pertencem ao governo federal. O custo dessas terras é atraente e existem poucas limitações administrativas ou institucionais para as operações de corte. Entretanto, principalmente os investidores estrangeiros poderão preferir operar numa base de concessões.

Quando este assunto foi debatido com funcionários governamentais, a tradição brasileira de propriedade de terras, foi mais uma vez enfatizada por eles. Eles também indicaram, porém, as possibilidades para contratos de arrendamento através dos governos estaduais. Obviamente, este é um assunto que poderia ser melhor explorado com os governos, dependendo das necessidades de cada investidor (...)

Colonização e mão-de-obra

— O fluxo de pessoas para a Amazônia continuará a ser atraído para os pólos de desenvolvimento, que incluem os principais porto fluviais, os novos desenvolvimentos minerais, florestais, agrícolas e de turismo, bem como os projetos de colonização. O governo prevê que a Amazônia terá vinte milhões de habitantes até o final do século (atualmente, lá existem sete milhões de pessoas). Neste meio tempo, contudo, a falta de pessoas com as habilidades apropriadas continua sendo uma restrição maior para grande parte dos empreendimentos agroindustriais. Esta situação coloca questões referentes tanto à qualidade como à quantidade da migração que o governo deve promover e também em relação à infra-estrutura social — inclusive programas de treinamento e educação — que deve ser fornecida (...)

— O povoamento da Amazônia é par-

cialmente afetado pelas transferências a partir de regiões menos favorecidas, como o nordeste. As transferências também podem ser consideradas como uma maneira de diminuir as pressões em certas áreas superpovoadas (por exemplo, no triângulo de São Paulo). **Tudo isto está mostrando ser insuficiente e deveria ser suplementado por imigrações vindas do exterior (...)**

A ajuda externa para a pesquisa

— Os recursos brasileiros atualmente disponíveis no campo da pesquisa científica não são suficientes para o tamanho dos problemas a serem enfrentados. A infusão de experiências gerais externas, enviando-se um maior número de cientistas às agências amazônicas, para atividades gerais de engenharia e para uma ação conjunta em temas pré-determinados, é necessária para melhorar o conhecimento dos problemas da região e para promover seu desenvolvimento (...)

— Em vista das esperanças governamentais, a missão dá alta prioridade ao desenvolvimento de estreitos laços de trabalho entre a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola) e o ICP. Isto deveria ser feito de maneira mais rápida possível a fim de: 1) desenvolver linhas mestras para projetos de pesquisa cooperativa entre o governo e as indústrias; e 2) ajudar o ICP a promover tais projetos de pesquisa com o seus membros e com outras firmas interessadas (...)

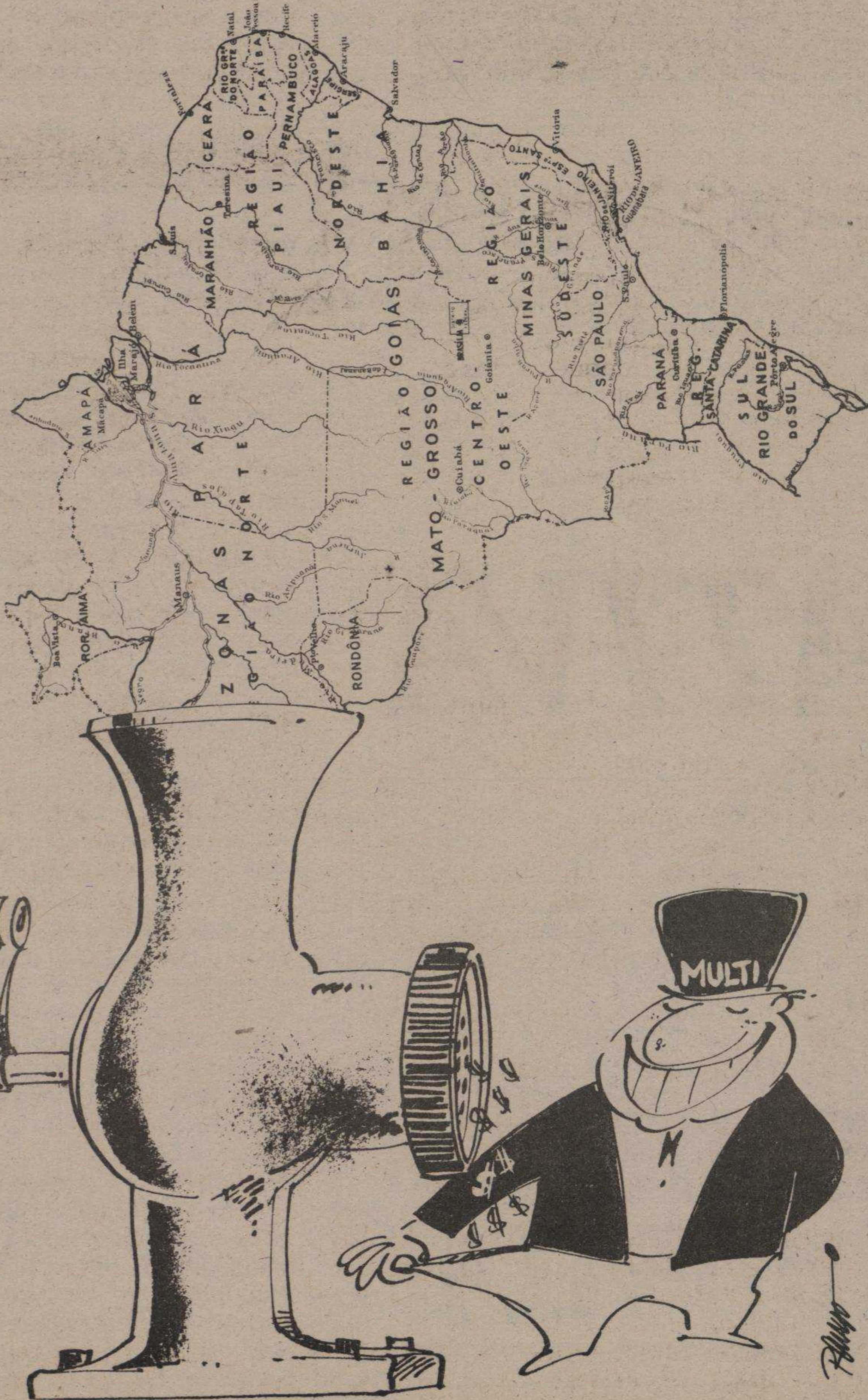
Reivindicações ao governo

— O papel do governo, além de fornecer os incentivos, deveria ser esclarecido e talvez estendido para os três estágios (exploração, pesquisa, utilização) do desenvolvimento da indústria florestal. Principalmente importante serão os esforços aumentados para fornecer informações a respeito dos recursos (inclusive com novos trabalhos de inventário); fazer pesquisas conclusivas a respeito de alternativas às florestas naturais; fornecer uma assistência de promoção às exportações; e ajudar a desenvolver facilidades infra-estruturais (...)

— Outras formas de assistência governamental poderão ser consideradas nos setores de educação e treinamento, no apoio de estudos de viabilidade pré-investimentos e na ajuda para estrangeiros localizarem possíveis sócios brasileiros. Concordando com a atitude de flexibilidade do governo, a missão acredita que a assistência aos projetos além dos incentivos fiscais — e especialmente em assuntos relacionados com o desenvolvimento social — deve ser considerada numa base de projeto individual e não com uma tentativa de codificar qualquer novo grupo de regulamentações (...)

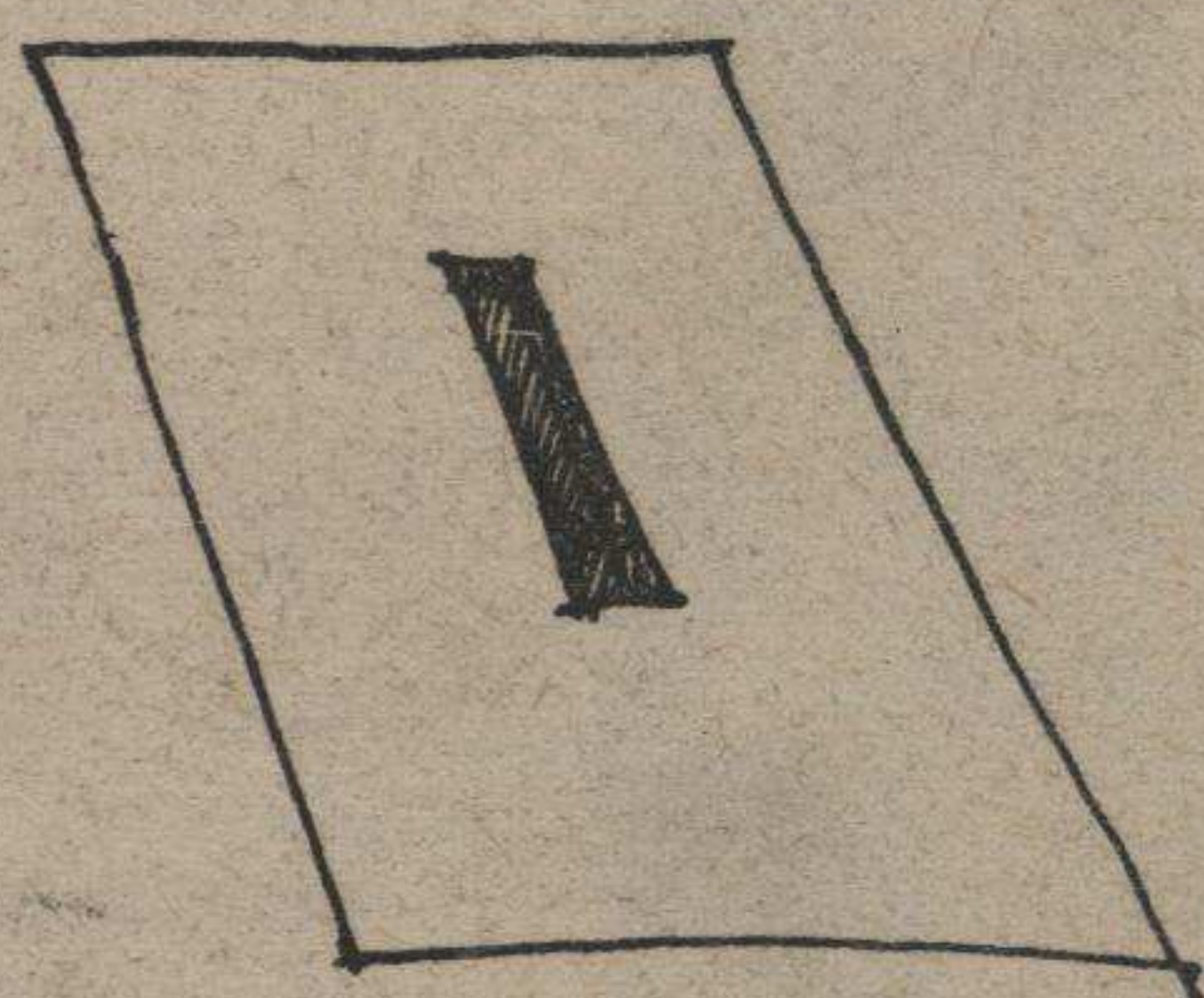
— Além dos custos as obrigações sociais implicadas são de uma tal magnitude que poucos empresários considerariam atualmente realizá-las sem uma certa partilha de responsabilidade com o governo. **A missão foi encorajada por declarações em elevado nível governamental que reconheciam o peso de tais responsabilidades sociais para as agroindústrias localizadas em áreas remotas e também pela disposição oficial de considerar meios de apoio governamental.**

— Uma vez que a descoberta da Amazônia acabou de iniciar, existe uma oportunidade única para que o governo, a indústria, as organizações internacionais e outros grupos interessados cooperem intimamente num enfoque integrado do desenvolvimento amazônico. A agroindústria internacional, atuando em conjunto, poderá desempenhar um papel muito influente neste desenvolvimento, e esperamos que isto aconteça através do trabalho de *follow-up* do IPC após esta missão.

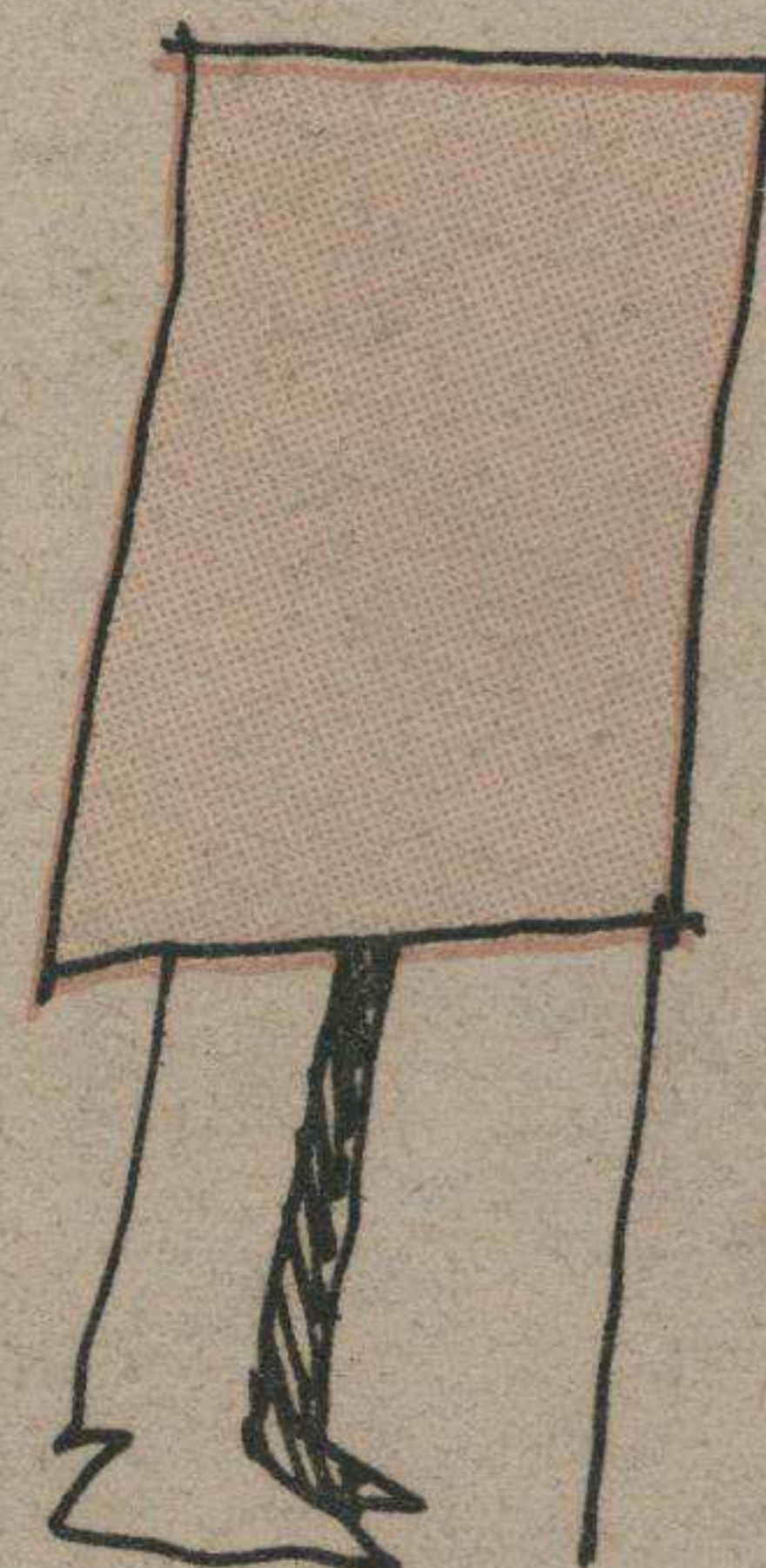


VERÍSSIMO

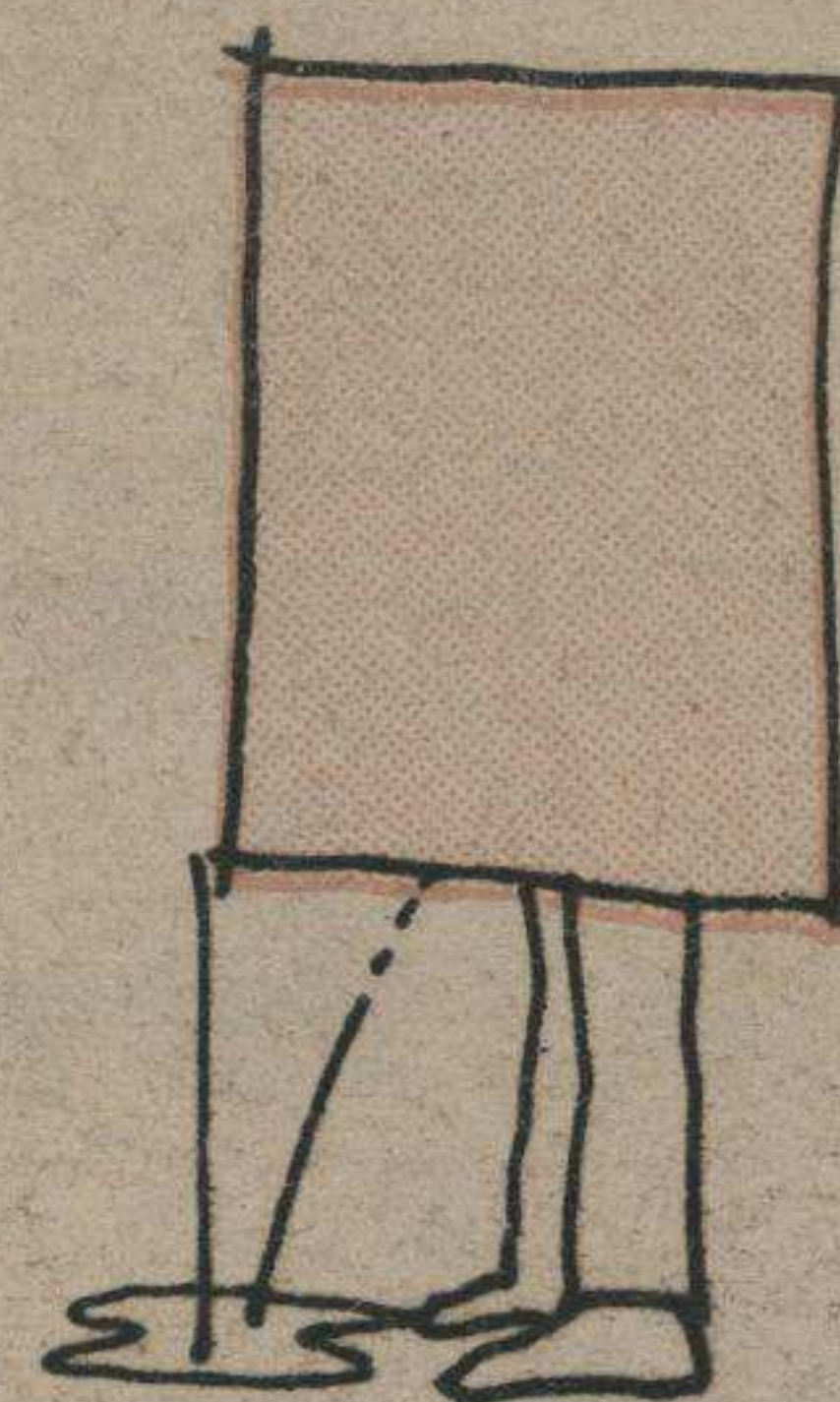
PELO MENOS, É UMA ABERTURA



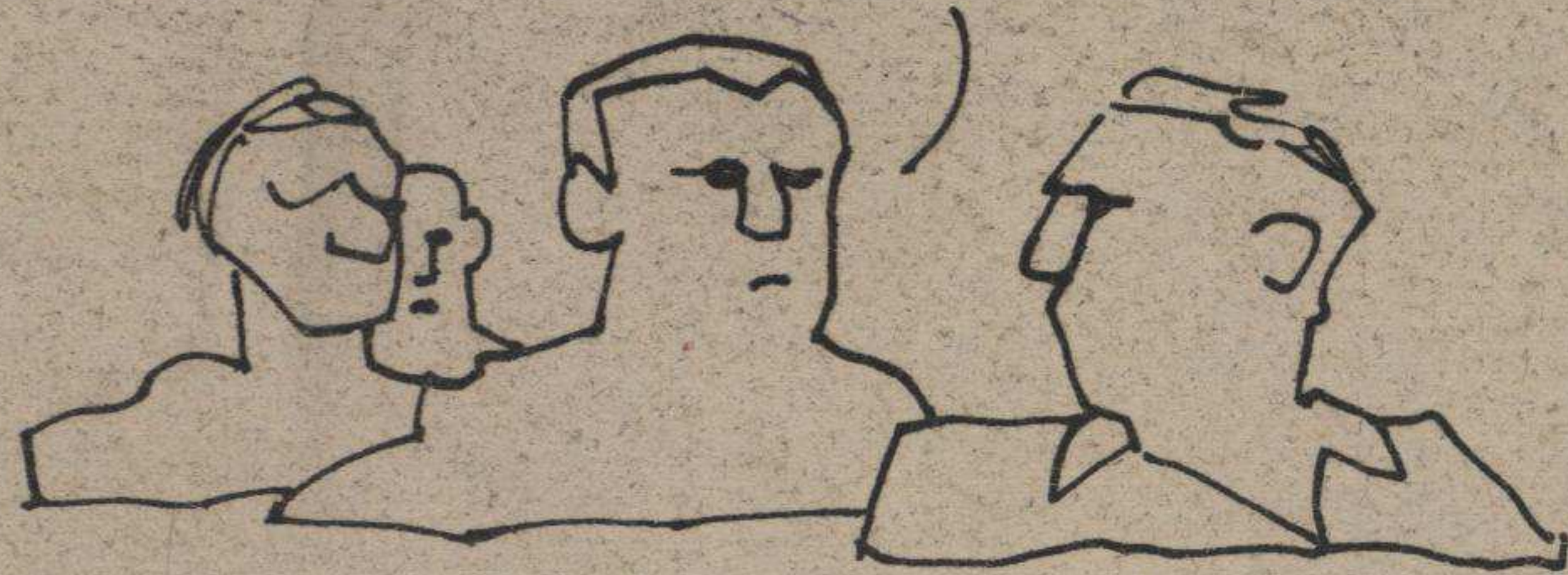
BIC POWER



A CABINE É INDEVISSÁVEL MAS TENHO A ESTRANHA SENSÇÃO DE QUE ESTÃO CUIDANDO O MEU PÉ



TENHO MEDO DE VOTAR NA OPOSIÇÃO E O GOVERNO DIZER QUE O MEU "X" É FALSO

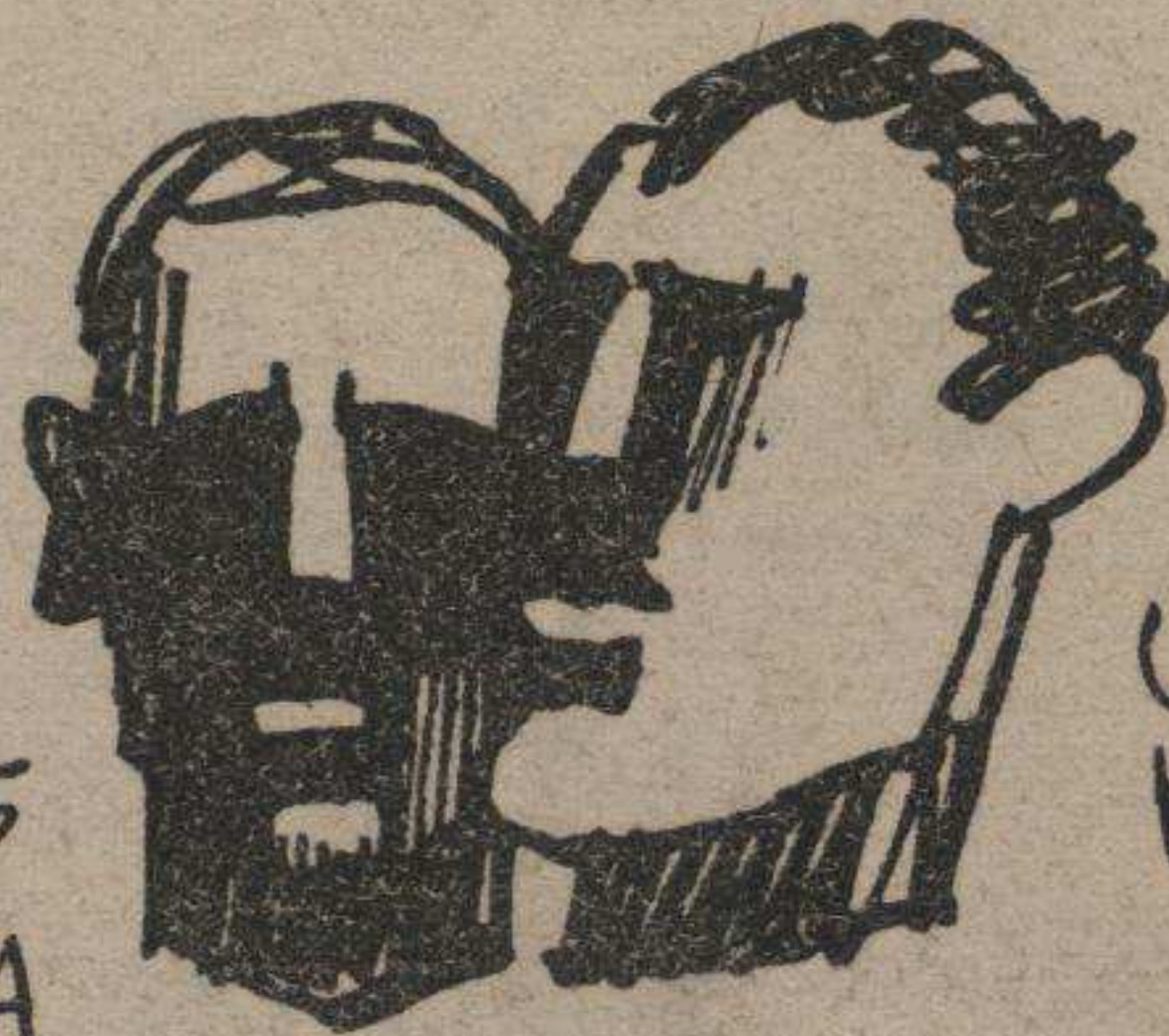


TEM GENTE QUE NÃO ENTENDE O VERDADEIRO SENTIDO DA ELEIÇÃO

É MDB E QUAL É O OUTRO, MESMO?



A MINHA VONTADE É DE ESCREVER UMAS VERDADES PARA O GOVERNO NA CÉDULA



USA O CÓDIGO. BOTA O "X" NO LUGAR CERTO QUE ELES ENTENDEM A MENSAGEM

O CAMINHO DA DEPENDÊNCIA

Os países do Terceiro Mundo importam atualmente 66 milhões de toneladas de cereais por ano, segundo a FAO. Se eles mantiverem a sua agricultura no mesmo caminho de hoje, em 1985 estarão comprando do exterior 90 milhões de toneladas de alimentos. Nessa data, o celeiro mundial não será o Brasil ou qualquer outro país "essencialmente agrícola". Serão os Estados Unidos.

O dado é surpreendente, principalmente se levarmos em conta os tão decantados méritos atribuídos à Revolução Verde, como foi chamado o programa patrocinado pela própria FAO a partir dos anos 60, para aumentar a produtividade agrícola nos países subdesenvolvidos. Na verdade, segundo o Conselho Mundial de Alimentação (também da ONU), a produtividade da agricultura nestes países não cessa de cair há vários anos.

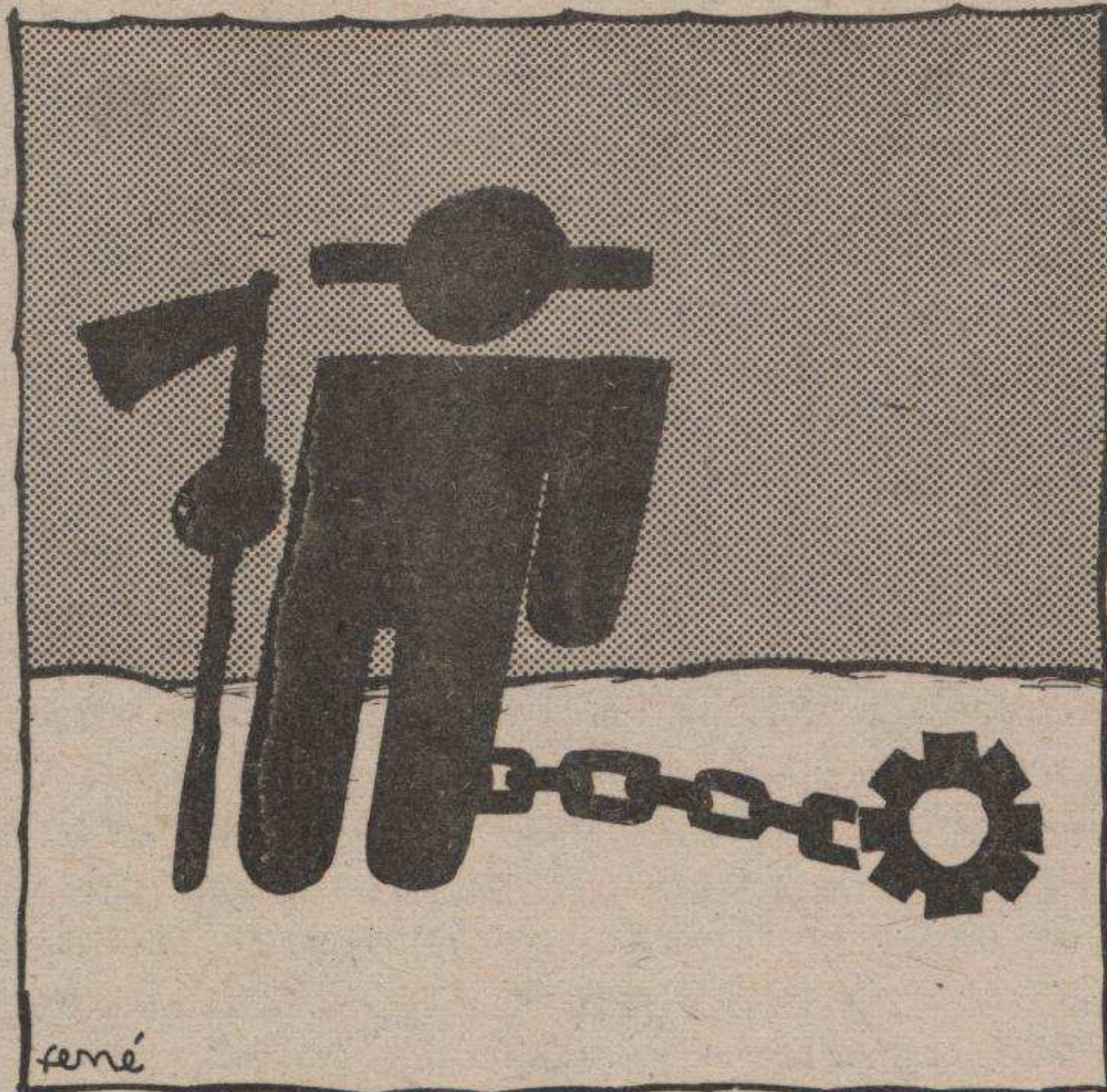
Quem realmente se beneficiou da Revolução Verde foram as empresas agroalimentares internacionais. A Revolução facilitou a sua penetração nos países em desenvolvimento, introduziu novos métodos e novos tipos de cultura, abrindo caminho para uma verdadeira industrialização do setor primário, inteiramente controlada por elas.

Este fenômeno foi analisado detalhadamente pelo sociólogo francês Gonzalo Arroyo e uma equipe de pesquisadores da Universidade de Paris-X-Nanterre, num projeto internacional intitulado Multinacionais e Agricultura. Em sua edição de setembro de 78, o jornal francês *Le Monde Diplomatique* traz as conclusões desse trabalho, cujos trechos principais publicamos a seguir:

— A penetração das firmas estrangeiras na América Latina, em particular, conheceu várias ondas sucessivas. A primeira, começa no final do século passado e início deste, quando se instalam a Swift (produção de carne), United Fruit (banana) e Bunge Y Born (cereais), e vai até a Segunda Guerra Mundial. Suas atividades consistiram, então, na exploração direta das lavouras tropicais e no abastecimento dos países do hemisfério norte em matérias-primas agrícolas exportadas: cereais, carne, açúcar, frutas tropicais, algodão, cacau, borracha, especiarias, etc.

— A segunda onda de implantação duraria até o final dos anos 60. É a época da industrialização e da urbanização de vários países da América do Sul e do México, iniciada depois da crise dos anos 30 e que se acelerou sobretudo após a Segunda Guerra Mundial.

É introduzida na agricultura a política de preços, de crédito e de pesquisa, para



Como as multinacionais vão impondo seu modelo

acelerar a modernização das culturas e fornecer desta forma à população que aflui nas cidades alimentos ao preço mais baixo possível, a fim de manter os baixos salários e favorecer a acumulação de capital na indústria.

— As grandes firmas encontram ainda oportunidade de estenderem suas atividades: comercialização de provisões importadas, tratores e máquinas, adubos, etc...E, no quadro da Revolução Verde, sementes híbridas, alimentos compostos para o gado, produtos químicos e farmacêuticos.

Por volta dos anos 60, uma parte desses insumos — sobretudo nos países com grande espaço econômico e mais industrializados (Argentina, Brasil, México) — é fabricada *in loco* por filiais de empresas multinacionais, tais como a International Harvester e John Deere no setor de tratores e equipamentos agrícolas.

— O ano de 1955 marca uma reviravolta nos fluxos de investimentos diretos norte-americanos: até então centralizados na Europa, eles se dirigem para a América Latina. É quando ocorre a multinacionalização do capital produtivo: os projetos

nacionalistas cedem lugar ao desenvolvimento associado ao capital transnacional. Muitas empresas agroalimentares lançam no mercado, com grande despesas de publicidade, novos alimentos muito diversificados, muito caros, reservados aos mercados urbanos de grande poder aquisitivo, rapidamente controlados por essas multinacionais.

— Um movimento de expansão se desencadeia de norte a sul do continente latino-americano e seleciona os países relativamente maiores e mais Urbanizados. É assim que os países da América Central, mas também o México, o Brasil, a Venezuela e a Colômbia são mais atingidos do que os do sul, como o Peru e o Chile.

— A última onda de penetração, ocorrida a partir dos anos 70, não vê, aparentemente, os investimentos diretos aumentarem consideravelmente, mas sim o reinvestimento de uma parte dos lucros obtidos depois da instalação das filiais. Além disso, as empresas multinacionais têm o recurso do crédito local para desenvolverem suas atividades.

Existe, entretanto, as exceções. Os países que dispõem de um vasto mercado consumidor, pelo menos em potencial, e possuindo abundantes recursos naturais, são escolhidos para a implantação de novas filiais de multinacionais.

— Os novos investimentos são destinados a assegurar o abastecimento (a estocagem) de matérias-primas agrícolas que poderiam ser qualificadas de *estratégicas*: por exemplo, as oleaginosas como a soja (óleo e sobretudo torta para o gado), a carne, as frutas e legumes de países próximos, os frutos do mar, as flores, etc., todos destinados à exportação para os mercados do norte. Finalmente, novos capitais são investidos na exploração direta das terras nos países como Brasil, onde o governo estimula as multinacionais, pelos incentivos fiscais, a adquirirem e cultivarem as terras incultas.

— As estatísticas testemunham o declínio da agricultura em relação à indústria no conjunto dos países subdesenvolvidos: a contribuição da agricultura ao PIB desses países baixou de 34%, em 1960, para 26,8% em 1970, enquanto a participação do setor industrial passou de 15,5% para 18,8%. Quanto ao ritmo de crescimento da produção latino-americana, ele aumenta no mesmo período de tempo em 3,3% na agricultura e em 6,8% na indústria.

A conclusão é que a agricultura perde seu caráter de atividade autônoma à medida em que ela se integra na cadeia agroindustrial, segundo um curso que parece irreversível no mundo inteiro, tanto nos países socialistas como nos países capitalistas.

— Esta seria mesmo uma evolução necessária para os países subdesenvolvidos, se eles quiserem atingir um certo desenvolvimento agrícola e rural, assegurando alimento e satisfação de outras necessidades essenciais da população.

Entretanto, mesmo que, a industrialização da agricultura pareça ser um fe-

nômeno irreversível; o que não está determinado é o modelo de agroindustrialização que se imporá nos países subdesenvolvidos. De fato, várias mudanças são possíveis: é suficiente comparar a agroindustrialização do tipo socialista de Cuba com a que se desenvolve sob a égide das empresas agroalimentares no México.

— Em verdade, tudo se passa como se um sistema agroalimentar mundial existesse em ação, de uns anos para cá, cada vez mais estreitamente controlado por uma boa centena de empresas agroalimentares multinacionais, cujo número — aliás — tem a tendência de diminuir. Esta impressão é confirmada pela concentração progressiva do capital nas mãos de algumas firmas; pelo fato de que seu volume de negócios — segundo algumas estimativas — representa quase metade da produção mundial nesse setor; por sua capacidade tecnológica polivalente, a dominação que elas exercem sobre o mercado de certos produtos estratégicos, sua ligação com consórcios bancários, sua infiltração nas organizações internacionais e seu *lobby* junto a governos poderosos como o dos Estados Unidos e também junto aos do Terceiro Mundo. Como não concluir que as atividades agroalimentares tornaram-se alvo principal das grandes firmas multinacionais do agrobusiness?

— O mais grave de tudo isso é que se impõe aos países da América Latina, da África e da Ásia um modelo específico de desenvolvimento agrícola e agroindustrial. Modelo estreitamente ligado de fato ao processo de modernização da agricultura comprometida com as inovações técnicas da Revolução Verde. Se poderia dizer que esta Revolução Verde preparou o caminho ao agrobusiness que, por sua vez, impôs a Revolução Verde.

— Essa situação age sobre as estruturas agrárias de uma forma inversa àquela que, havia produzido as reformas agrárias redistributivas dos anos 60 na América Latina. Em vez de reduzir as desigualdades tradicionais do sistema fundiário, o processo específico da agroindustrialização tende a acentuá-las, concentrando nas unidades produtivas grandes e médias as melhores terras, os investimentos, a tecnologia e os recursos financeiros de origem pública (financiamentos oficiais, incentivos).

— É verdade que esse modelo pode produzir um aumento da produtividade e da produção total do País — de um modo por vezes espetacular, como é o caso da soja no Brasil. Mas ele traz desequilíbrios na escala regional e nos tipos de produtos, as explorações sendo orientadas essencialmente para a produção de matérias-primas para a agroindústria ou para a exportação. Enquanto isso, o aumento da produção será nulo em outros produtos agrícolas, em particular os produtos básicos de que se alimenta a população local.

— Os efeitos sociais não são menos inquietantes: degradação acelerada da agricultura de subsistência; empobrecimento dos minifundiários e dos agricultores sem terra, cujo número cresce; emigração em massa para a periferia das grandes cidades; introdução de hábitos de consumo de alimentos de menor valor nutritivo e energético; por vezes, também a alta dos preços dos produtos alimentícios destinados às massas urbanas e mesmo ao homem do campo.

Quanto às conseqüências sobre a economia global dos países latino-americanos, elas variam. Em linhas gerais, ocorrem dois fenômenos. De um lado, se observa uma unificação do mercado nacional de alimentos e sua ampliação qualitativa. Novas tecnologias alimentares são introduzidas, entre elas algumas apresentam interesse do ponto de vista da nutrição e da higiene. Mas estes benefícios ficam reservados às camadas mais favorecidas da população urbana.

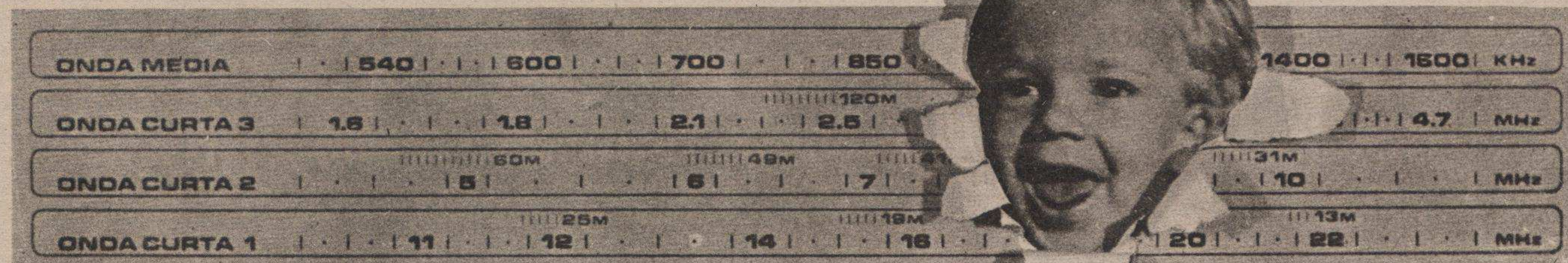
— Por outro lado, novas necessidades de importação são criadas: insumos agroindustriais de importação, máquinas e equipamentos para a agricultura e a agroindústria. Por vezes, quando muitas terras foram desviadas das culturas de subsistência para serem dedicadas exclusivamente às agroindústrias, torna-se necessário ao País importar por altos preços produtos básicos como o trigo, o milho e até o leite.

Geralmente esta situação aumenta a dependência externa do País e agrava desequilíbrios internos. O surgimento de regimes autoritários ao longo do último decênio coincide no tempo, aliás, com a escolha de um modelo de crescimento associado ao capital transnacional.



Rádio Continental/Breve: 50 kilowatts

VOZ ATIVA



O SOM INTELIGENTE.
A NOTÍCIA NA INTIMIDADE.

BANQUETE PARA 100 TALHERES

Cem empresas controlam metade da produção mundial de alimentos, faturando 145 bilhões de dólares por ano. A médio prazo, elas podem vir a controlar 75% de toda a produção do mundo no setor. Esta é uma das constatações do livro *Agrobusiness*, do francês Gerard Garreau, lançado em Paris, em 1977, pela editora Calmann Levy, ainda não traduzido no Brasil.

Dedicado à atuação das multinacionais "agroalimentares", o livro contém, ainda, denúncias específicas sobre as operações dessas empresas no Brasil: segundo Garreau, toda a estratégia de ocupação da Amazônia vem sendo executada com o apoio nas multinacionais e seus grandes projetos agropecuários, como a Jari e a Liqueigás. O livro afirma, também, que, ao contrário do que pensam muitos, as multinacionais européias possuem poder e recursos para fazer frente às norte-americanas, até agora geralmente as únicas acusadas. Garreau lembra que, no setor de alimentos, as duas maiores empresas são européias: a Unilever, anglo-holandesa, e a Nestlé, suíça.

A seguir, publicamos alguns trechos do primeiro capítulo de *Agrobusiness*, traduzidos por Zélia Leal, correspondente do Coojournal em Paris:

O crescimento deste tipo de empresa conduzirá, a médio prazo, a um controle de 50% da produção mundial e de 75% da produção dos países não comunistas.

Os especialistas observam uma taxa de crescimento de 7 a 8% para as multinacionais, enquanto a taxa de aumento do PNB dos Estados Unidos, por exemplo, atinge apenas a metade desta cifra.

Até agora, falou-se sobretudo de sociedades petrolíferas ou químicas — e, quase sempre, norte-americanas. Geralmente, estima-se que as firmas européias não são suficientemente poderosas para entrar na categoria das multinacionais.

É uma idéia totalmente falsa: no setor de alimentação, a número um é híbrida e não americana. Trata-se da Unilever, firma anglo-holandesa, que realizou em 1975 cerca de 15 bilhões de dólares em volume de negócios.

Certo, Unilever não é somente um grupo alimentar, como Swift ou Kratco, mas a dimensão dos grupos agroalimentares não é menos impressionante: 20 delas ultrapassavam, em 1970, a casa do bilhão de dólares, em faturamento anual, e 41 delas tinham movimento superior a 500 milhões de dólares. A número um das firmas americanas ocupa o 22º lugar na classificação geral das sociedades, publicada pela revista *Fortune*.

O controle das atividades destas sociedades não é fácil: elas aparecem ao mesmo tempo como monstros capazes de devorar o comércio internacional e também como empresas benfeitoras da humanidade, pela simples razão de que as somas colossais por elas destinadas à pesquisa fundamental e tecnológica são, quase sempre, duas ou três vezes maiores que os orçamentos dos Estados onde estão instaladas suas filiais.

É verdade que as ações de um conglomerado como a ITT (International Telephone and Telegraph), no Chile, por exemplo, mancharam seriamente a credibilidade desta tese. Participando, junto com a Cia, da derrubada do governo Allende, e instaurando o fascismo no Chile, a ITT pôs em evidência que o poder político de uma multinacional pode ser comparado ao poder da primeira potência mundial.

Entre as cem maiores potências econômicas mundiais, 49 são Estados e 51 empresas privadas. O orçamento da General Motors, por exemplo, é maior que o da Itália e do Japão.

A influência das agroalimentares é exercida sobre um setor particularmente sensível: o da alimentação, privilegiando certos modelos de consumo e de produção (no caso de promover uma integração dos agricultores), objetivando sobretudo o maior lucro possível. E isto não exclui outros métodos.

"Para a defesa de seus interesses, a for-



Um livro mostra a força do agrobusiness: cem grandes controlam 50% da produção mundial de alimentos

ça da Nestlé reside numa rede excelente de informação econômica (detecção de projetos concorrentes), uma base financeira supersólida, um indiscutível domínio tecnológico e, igualmente, uma constante pressão sobre as autoridades", escreve um dirigente da SILOM — Sociedade de Investimentos Laticínios de Além-Mar —, que agrupa as principais cooperativas francesas. A política da Nestlé é simples e clara: o monopólio no setor de leites concentrados e alimentos infantis é defendido por todos os meios.

Atualmente, os cem primeiros grupos produtores dos alimentos representam quase a metade da produção mundial, com um faturamento de 145 bilhões de dólares. A dimensão média dos líderes é considerável: 1,4 bilhão de dólares de faturamento anual, 900 milhões de dólares ativos e 44 milhões de dólares de lucro líquido. O campeão mundial, Unilever, chega a quase 14 bilhões de dólares em faturamento.

A Nestlé ocupa o segundo lugar na classificação das cem maiores empresas

agroalimentares do mundo (a Suíça também está entre as 20 maiores empresas farmacêuticas do mundo, com a Hoffmann-Laroche). Este recorde é ainda mais marcante se observarmos que o mercado nacional suíço é bastante pequeno.

Evidentemente, a Nestlé realiza 95% de sua produção no exterior. Neste grupo de cem, 48 firmas norte-americanas são responsáveis por 2/3 do faturamento; em segundo lugar, vem a Inglaterra, com 23 empresas. A título de comparação: oito firmas francesas somente se classificam neste grupo a partir do 17º lugar (Gervais-Danone). Entre as oito maiores francesas, estão três cooperativas: Grupo Cooperativo Gama, União Leiteira Normanda, e Sodima-Yoplait.

Certas firmas criaram vastos domínios em relação à produção: é o caso da *Castle and Cook*, que possui 100 mil hectares de ananás nas ilhas do Pacífico. Este fenômeno da integração vertical está parcialmente claro no Brasil, por exemplo, onde fazendas gigantes surgiram há alguns anos graças a financiamentos do Banco Mundial e da FAO.

"Tais operações são muito interessantes porque, por cada cruzeiro aplicado pode-se ganhar até três cruzeiros", explica o diretor de um destes novos ranchos. A alta rentabilidade explica porque um número cada vez maior de empresas já instaladas (Volkswagen, Mitsubishi, etc.) adquirem fazendas de 200, 300 ou 500 hectares. O recorde cabe à Jari S/A propriedade do bilionário americano Daniel Ludwig, com aproximadamente 1.500 hectares. Estas fazendas são preparadas para a criação extensiva de bovinos, cada empregado ocupando-se em média com 275 cabeças de gado. Uma mobilização extremamente baixa de mão-de-obra.

Seria um erro acreditar que estes são casos isolados ou obras exclusivas de alguns bilionários norte-americanos. Todo o movimento de ocupação da Amazônia se faz sobre estas bases. Um dos segredos desta colonização é o que se chama no Brasil de *incentivos fiscais*. Para estimular grandes firmas a investir nas regiões pobres, coloca-se a sua disposição até 50% do que eles deveriam pagar ao Imposto de Renda.

Cálculos efetuados pelo economista brasileiro José da Veiga (*Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 75), permitem uma idéia das vantagens conseguidas pelas empresas que decidem investir parte do Imposto de Renda em projetos pecuários na Amazônia. Em primeiro lugar, a Sudam considera a terra onde será executado o projeto como um investimento e lhe atribui um valor fixo por decreto. Em 1971, este valor era de Cr\$ 20,00 por hectare. Ora, muitas vezes as empresas puderam comprar imensas superfícies a Cr\$ 7,00 o hec-

tare. Uma vez aprovado o projeto pela Sudam, os incentivos fiscais são concedidos na proporção três vezes superior ao capital próprio. Através destas simples operações, uma fazenda de Cr\$ 9 milhões pode ser constituída com um capital próprio inicial apenas Cr\$ 1 milhão.

As vantagens não param aí. O jornal *O Estado de S. Paulo* denunciou num editorial pouco habitual a corrupção e a especulação que acompanham a realização desses projetos. Assim, investir na criação de grandes fazendas de pecuária extensiva tornou-se melhor do que investir em projetos industriais. No Brasil, a maior parte destes projetos está situada no Mato Grosso (a região de Barra do Garças concentra 112 projetos que comportarão seis milhões de bovinos numa área de 16 milhões de hectares), e ao longo do Rio Araguaia, até o sul do Pará.

Os principais projetos são o da Liqueigás — filial de uma firma italiana —, com 566 mil hectares; do Frigorífico Bordon, Banco Nacional, Eletro radiobraz, Nestlé, Volkswagen, Mercedes, Banco Itamarati, Swift-Anglo, Banco de Investimentos do Brasil (grupo Moreira Salles, com participação Rockefeller). O projeto da Liqueigás é da Liquefarm do Brasil S/A, sua subsidiária, ligada à indústria petroquímica, com participação do Vaticano e, indiretamente, da Montedison.

Bastante lamentável é o fato de que as experiências lançadas no Brasil começaram a criar manchas no mundo inteiro: os países produtores de petróleo (o Irã em particular), começam a atingir com seu gigantismo certos países africanos, o que corresponde de fato a uma nova estratégia de desenvolvimento das firmas poderosas que descobrem bruscamente as potencialidades ainda inexploradas do setor agrícola.

O mais grave de tudo, porém, como denunciou Erich Macoby, da Universidade de Estocolmo, é "a influência crescente das sociedades multinacionais na Organização das Nações Unidas". Jacoby diz que a FAO (órgão de fomento da ONU para questões de alimentação e agricultura) tem uma grave responsabilidade neste domínio: é no seio desta instituição que se operou a volta decisiva do desenvolvimento e não foi por acaso: até épocas recentes a ala administrativa 2/3 do total da ajuda técnica dispensada pela ONU. Em razão de seus laços com a *agrobusiness* (ver matéria ao lado), a FAO representa um caso limite da comercialização gradual das instituições da ONU e um exemplo revelador do processo de degeneração e a decadência institucional que afeta o conjunto da organização mundial, e seus efeitos mais perniciosos — a desintegração das estruturas sócio-econômicas dos países subdesenvolvidos e a paralisia de seu desenvolvimento.

COMPRE OS SERVIÇOS DA COOJORNAL

Compre os serviços da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

A Coojournal é a maior equipe de profissionais-jornalistas de todos os setores de Imprensa. Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do estado para a produção gráfica e jornalística. É uma experiência com mais de quatro anos e quase 30 clientes.

Conte com a Coojournal em:

Serviços editoriais

Planejamento, execução e produção de jornais, revistas e boletins de empresas e entidades de classe. Edição de revistas, livros,

jornais, anais, relatórios e quaisquer outras publicações, especializadas ou não.

Artes, *lay-outs* e produção de capas de livros, revistas, folhetos, prospectos, cartazes, malas-diretas, etc.

Serviços gráficos

Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotógrafos com formação jornalística e publicitária. Arquivo a cores e P&B e serviço de audiovisuais.

Serviços industriais

Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos de

fotocomposição e fotolitagem, uma completa unidade preparada para atender a necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores. Produção e impressão *off-set* de material jornalístico e publicitário, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.

Consulte hoje mesmo a Coojournal sobre preços, prazos e condições.

cooJORNAL®

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
Rua Comendador Coruja, 366/372
Fones: 24.0951 e 21.8984 - Telex (051)1605
90000 - Porto Alegre - RS

A primeira semente do cooperativismo brasileiro foi plantada no sul. Somos um de seus frutos.

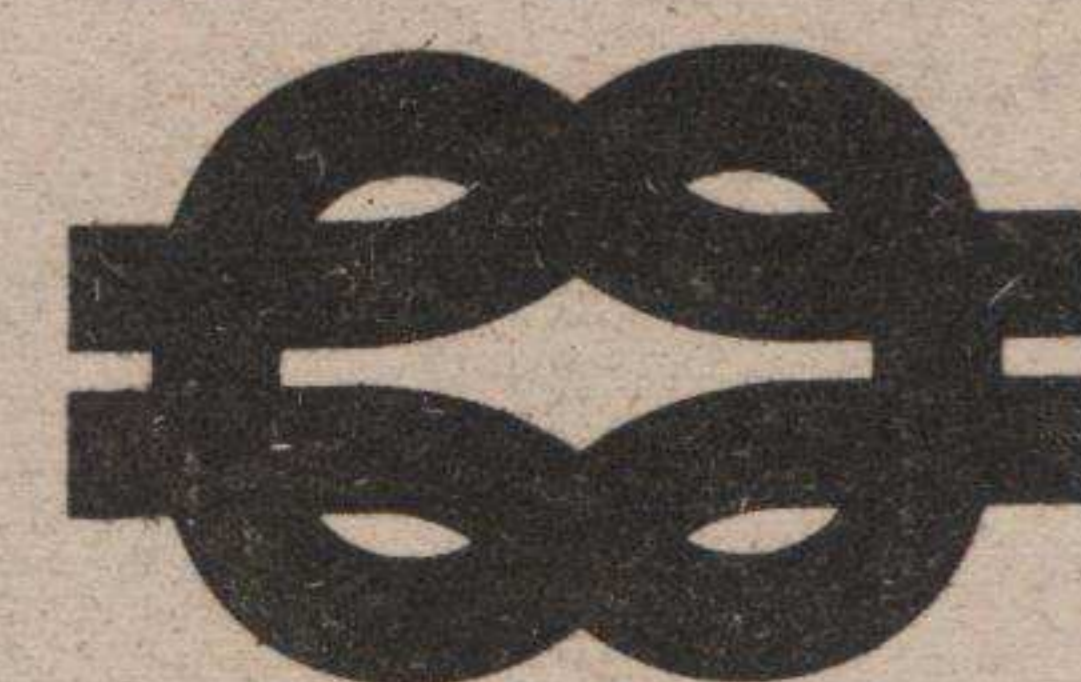


Em 1847, Jean Maurice Faivre iniciou no interior do Paraná um sistema de trabalho em cooperativas que viria desenvolver-se no Brasil durante o século XX.

Do pioneirismo de Faivre aos tempos atuais, muitas lutas têm sido travadas, muitos desafios superados para que frutifique uma idéia.

A Cotrijuí vem marcando sua presença num processo de trabalho cotidiano que busca aproximar-se cada vez mais do ideal de justiça social que caracteriza o cooperativismo.

E os frutos que temos colhido, desde o início de nossas atividades, justificam o entusiasmo e o empenho que colocamos nas tarefas de cada dia.



COTRIJUI

cooperativa
regional tritícola
serrana Ltda.



Num apartamento, nos arredores de Paris, os Tupamaros fazem uma autocrítica pública. Quatro integrantes da cúpula do movimento guerrilheiro mais famoso da América Latina falaram durante cinco horas para o *Coojournal*. É a primeira vez, depois de quatro anos de exílio que eles falam à imprensa, apesar da insistência com que os procuram jornalistas americanos, europeus e latinos.

Nem todas as perguntas foram respondidas. "Muitas feridas ainda estão abertas", dizem eles. Mas o conteúdo da entrevista é suficiente para provocar surpresa e frustração. Surpresa para quem esperava o anúncio de novas ofensivas revolucionárias. Frustração para os defensores da luta armada que verão os temíveis Tupas falando de eleições e democracia como velhas raposas políticas.

Eles vivem hoje espalhados pelos subúrbios das

capitais européias — Londres, Paris, Estocolmo, Bruxelas, Genebra, Amsterdan. São dezenas, quase todos muito jovens, com idade em torno dos 30 anos e podem ser confundidos com qualquer tranqüilo cidadão europeu. São casais estáveis, cheios de filhos pequenos nascidos no exílio. Quase todos são bolsistas em alguma universidade européia.

Convivi com eles também na Bélgica e na Holanda e encontrei *tipos* — como eles dizem — que na época eram considerados perigosíssimos. Conservam uma característica do tempo da guerrilha: o nome deles é difícil saber. Tiveram tantos nomes na clandestinidade que até agora se confundem entre si.

Hoje, fazem questão de se dizer ex-Tupamaros, pois estão revisando o passado e planejando voltar ao Uruguai.

Zélia Leal

EX-TUPAMAROS

ex-TUPAMAROS

Coojornal — Por que e em que condições surgiu no Uruguai o Movimento de Libertação Nacional — Tupamaros?

Tupamaros — O triunfo da revolução cubana teve uma grande repercussão nos meios de esquerda latino-americanos, principalmente devido a seu caráter inicialmente antidogmático e nacional. Foi justamente o impacto desta revolução sobre o Uruguai que deu origem à guerrilha urbana. É preciso esclarecer também que nesta época — início dos anos 60 — o Uruguai entrava no seu período de grande crise econômica e social. Também nesta época, um importante número de militantes de esquerda, principalmente dos partidos Socialista e Comunista, rompeu com o que passou a se denominar "esquerda tradicional". A posição doutrinária da esquerda tradicional foi considerada como *teoricismo* e ficou estabelecido então que o mais importante era agir. Por isso uma das primeiras palavras de ordem dos Tupamaros, como reação aos elos doutrinários, foi: "As palavras nos dividem, a ação nos une".

A adesão à luta armada como única via que tornasse possível a transformação, significava sem dúvida adotar da experiência cubana um aspecto que era específico deste processo e desta formação cultural e social. A história de Cuba, durante este século, era repleta de tiranias praticamente ininterruptas enquanto que a do Uruguai era exatamente o contrário. Mas esta adesão não é sistemática. A opção pela luta armada foi, acima de tudo, uma reação contra a incapacidade dos partidos da esquerda tradicional que era favorável às transformações radicais pela via parlamentar e incapaz de romper com a hegemonia dos partidos Blanco e Colorado.

Outro aspecto que leva os Tupamaros a escolher a luta armada é a reação a um Estado que começava a deixar as formas democráticas para adotar um sistema cada vez mais autoritário. Sem a menor dúvida, o surgimento dos Tupamaros contribuiu para a intensificação deste processo. Finalmente, a opção pela luta armada tem suas raízes históricas na insurreição do caudilho Aparício Saraiva. No início da crise, Saraiva representava o símbolo da revolta. O último grande caudilho das massas camponesas se levanta com a força da história e os Tupamaros assumem sua causa, suas armas e sua principal palavra de ordem: "Habrá pátria para todos o no habra pátria para nadie".

As características do Uruguai durante os últimos anos da década de 1960 eram diferentes do Uruguai do início do século, quando viveu Aparício Saraiva. Esta incompreensão foi a chave fundamental do fracasso posterior. Apesar disso, os Tupamaros conseguiram o que a esquerda tradicional não havia conseguido em 50 anos de existência: que o homem comum uruguio os considerasse como um produto nacional autêntico e telúrico. Somente assim podemos explicar a irrupção de setores oriundos dos partidos tradicionais e de um grande número de jovens agrupados em torno dos Tupamaros, enquanto os partidos da antiga esquerda mantinham praticamente a mesma influência de antes da crise. O MLN, surgindo como um produto da crise, com uma visão histórica parcial, não compreendeu que a história moderna do Uruguai, apesar de suas limitações, determinava que as transformações deveriam ser realizadas com a participação ativa das grandes maiorias:

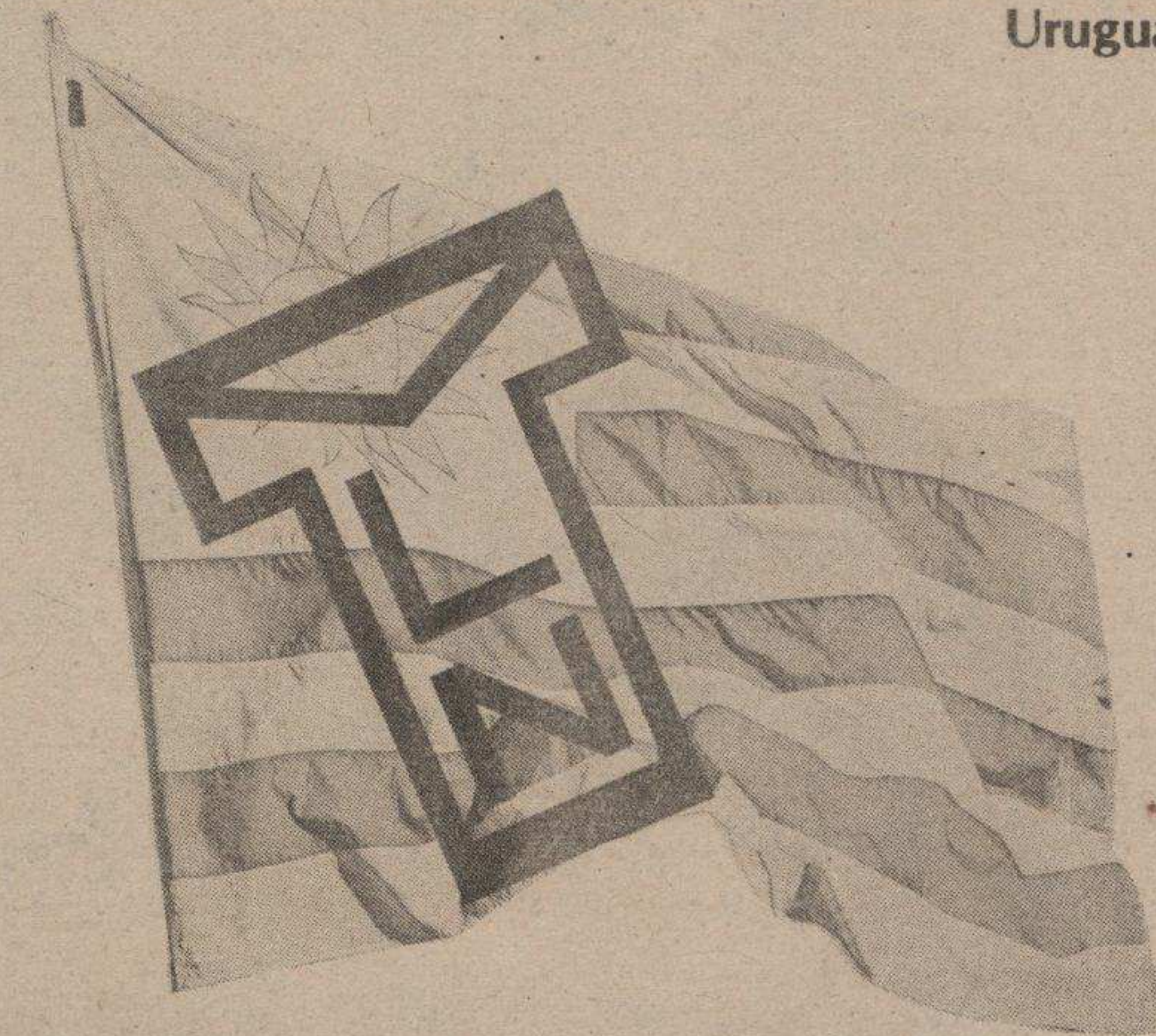
Coojornal — Do ponto de vista da população, como eram vistos?

Tupamaros — Até 1969, o MLN era um movimento interno, desconhecido da população. Havia pequenas aparições públicas até esta data. Os Tupamaros apareciam como um movimento militar que fazia seqüestros e tirava presos do cárcere. Mas de um modo geral a população não tinha noção da estratégia ou da política do Movimento. Havia certamente grupos de apoio, mas, jamais houve realmente uma mobilização popular ou manifestações de solidariedade. Em certos momentos sentíamos mesmo uma cumplicidade da população. Em todo o caso, se não havia apoio não havia também denúncias contra os Tupamaros.

Não se pode generalizar a opinião dos



Uruguai, 1970: paredes pichadas...



... o morto Dan Mitrone e...



... a polícia revistando casas

uruguaios na época. Havia um pouco de tudo: simpatia, indiferença e desacordo. Um caso concreto: quando os Tupamaros ocuparam uma instituição financeira na qual havia participação de grandes personagens político e empresários e denunciaram publicamente a corrupção, entregando registros de contabilidade e documentos à Justiça, houve apoio total da população. Mas as ações violentas em geral eram condenadas. Para a mentalidade popular, a morte por razões políticas era inadmissível. O caso Dan Mitrone é um exemplo típico disso. A morte de Dan Mitrone — mesmo após a revelação pública de sua verdadeira identidade de funcionário, de um aparente inofensivo organismo norte-americano mas a serviço da Cia — criou um muro de isolamento entre os Tupamaros e o povo.

Coojornal — Os Tupamaros pretendiam realmente tomar o poder através da guerrilha? Ou a luta armada era apenas uma estratégia visando transformações políticas?

Tupamaros — Podemos sintetizar esta resposta numa frase que figurava em um dos últimos documentos dos Tupamaros

(documento nº 5): "Soubemos formar um aparelho armado operacional mas não sabemos como nos servir". Não sabíamos como encontrar um consenso com a população para realizar as transformações necessárias. E era este justamente o grande problema político do momento. E foi ainda por não ter encontrado solução para este problema que os Tupamaros foram destruídos. Na estratégia dos Tupamaros havia a formação de um movimento armado, forte, que poderia mesmo tentar destruir o Exército oficial. Aliás, isto foi efetivamente tentado. Mas não havia, mesmo nos documentos, uma noção muito clara da maneira como seriam desenvolvidas as mudanças revolucionárias. Havia outro documento que dizia também, que não sabíamos se a tomada do poder seria um fenômeno de insurreição popular e espontâneo, nem momento preciso ou uma guerrilha de longa duração.

Coojornal — Mas havia ou não um programa político do governo?

Tupamaros — Sim, havia um programa político que foi publicado em 1970. Mas era muito geral, nada de específico. Tratava de certas questões econômicas,

como por exemplo a nacionalização dos bancos, do comércio interior e da reforma agrária. Do ponto de vista político, propunhamos o desenvolvimento da democracia. Um "movimento nacionalista de inflexão socialista" era a definição ideológica do MLN.

Coojornal — Como assim, poderiam explicar melhor?

Tupamaros — Mais que as definições, as características do Movimento explicam melhor esta ideologia. Dentro do Movimento havia uma definição estratégica que chamávamos "movimento nacionalista de inflexão socialista". Na verdade nosso movimento era super-heterogêneo. Agrupava várias tendências e uma grande diversidade ideológica: havia marxistas, nacionalistas, católicos, etc. Já dissemos que nossa divisa era esta: "As palavras nos dividem, a ação nos une".

Coojornal — Como é que apesar das divergências vocês conseguiram criar um consenso revolucionário e militante favorável à guerrilha?

Tupamaros — É preciso retornar às condições históricas dos anos 60. Na época havia um contexto político dentro do qual as soluções eram buscadas através do debate e da luta política. Com a crise dos anos 60, começaram a aparecer os verdadeiros sintomas da ineficiência dos partidos políticos e a corrupção do poder. Esta foi uma das principais razões, que levaram os jovens a perder a esperança de ver os problemas nacionais solucionados pelos partidos. Os jovens não acreditavam mais nas soluções pelos caminhos tradicionais da política. Restava a possibilidade da formação de uma força de luta capaz de combater a corrupção, a injustiça e resolver os problemas econômicos e sociais.

Coojornal — Se este era o quadro dos anos 60, o que os leva a crer que, uma vez restabelecida a democracia no Uruguai, as formas clássicas políticas serão eficazes?

Tupamaros — Em primeiro lugar digamos que o golpe de estado no Uruguai não começou em junho de 1973. Já se cumpriu apenas uma fase a mais de um processo que havia começado seis anos antes, quando ao morrer o presidente eleito, em 1966, Oscar Diogo Gestido, assumiu a presidência Jorge Pacheco Areco. Foi sob o mandato de Pacheco Areco que se desenhou a grande crise econômica e social do país. As lutas populares, opondo-se ao crescente deterioramento do nível de vida do povo, explodiram como nunca havia acontecido antes na história do país. A resposta do governo é a repressão, a limitação e o cerceamento das liberdades e da democracia. A imprensa é censurada e encarcerada. Instauram-se medidas rápidas de segurança cuja aplicação permite ao Executivo prender qualquer pessoa sem nenhuma intervenção possível da Justiça. Militarizam os funcionários públicos. Morrem os primeiros estudantes, assassinados nas ruas pela polícia. Quer dizer que, na origem dos Tupamaros e como marco constante de sua trajetória, encontramos uma crescente deterioração da democracia e das liberdades.

Nas eleições de 71, Pacheco Areco apresenta-se à reeleição e é rechaçado pela ampla maioria. Já ele recorre à fraude eleitoral para que seu protegido Juan Maria Bordaberry seja eleito em detrimento do candidato mais cotado a nível nacional, o senador Wilson Ferreira Aldunate. Foi a primeira eleição fraudulenta do Uruguai moderno. Os padrões eleitorais não haviam sido atualizados há mais de 20 anos, por isso se pensava que o número de habilitados dificilmente poderia ultrapassar 85% dos eleitores. Mas na hora de efetuar a recagem dos votos, chegou-se a surpreendente cifra de 105%.

Bordaberry foi o continuador da política antidemocrática e repressiva de Pacheco Areco e é quem permite a "irresistível ascensão" dos altos comandos militares até as mais altas esferas de decisão. E são justamente Bordaberry e os militares que dissolvem o Parlamento — quando este é majoritariamente contrário ao Executivo —, suspendem os direitos dos partidos políticos tradicionais e põem na ilegalidade os partidos de esquerda. Durante as administrações Pacheco-Bordaberry, a corrupção política é um ponto marcante.

Este é um dos aspectos que contribui ao

ex-TUPAMAROS

surgimento dos Tupamaros e será retomado como bandeira pelos militares para atacar toda a sociedade política em seu conjunto. É pois a ditadura quem, desde a sua instauração, disse que a democracia, os partidos políticos, as eleições, o parlamento não são eficazes para resolver os problemas do país.

Sobre a pergunta se a democracia será eficaz para resolver os problemas do Uruguai, não somente afirmamos que sim, como também nesta resposta incluímos um grande não a todo tipo de governo autoritário e ditatorial. Acreditamos que a participação livre e ativa do povo é a única via para garantir as transformações e o desenvolvimento progressista da sociedade.

Coojornal — Pelo que se pode deduzir, vocês pensam adotar agora uma estratégia democrático-nacionalista. Continuarão na clandestinidade ou pedirão a legalidade?

Tupamaros — A ditadura militar, que nasceu no maior dos isolamentos políticos e que a medida que passa o tempo é abandonada paulatinamente pelos poucos civis que começaram apoiando-a, tem um prazo de existência muito curto. Um sintoma claro de sua decomposição e desespero são os fatos acontecidos nos últimos dias no Uruguai. Estes crimes abomináveis — referem-se ao envenenamento da mulher, do dirigente político Mário Heber —, que nos fazem retroceder aos tempos dos Borgias e os assassinatos cometidos por cérebros enfermos, dão a tônica — não da fortaleza do regime pelo terror semeado entre a população, mas sim de que se encontra em seu período de esteror. Hoje no Uruguai, um bando de elementos ilegais, de criminosos marginais que estão contra a Justiça, detém o poder, enquanto quem lutou pela legalidade e justiça é perseguido. Como disse há alguns dias o senador Ferreira Aldunate — dirigente da força política mais importante do país —, em entrevista publicada no jornal Le Monde, a

existência como vida própria em nosso país está em perigo na medida em que não são restabelecidas as liberdades democráticas.

Coojornal — Os Tupamaros, em dado momento, eram vistos como um modelo revolucionário para os jovens latino-americanos. Hoje, com posições políticas completamente modificadas, o que os Tupamaros têm a dizer a quem acredita na luta armada como forma de promover transformações sociais?

Tupamaros — Em primeiro lugar, a experiência nos ensinou que não existem modelos prontos para transformar as distintas sociedades. Antes de chegar à Europa, estivemos na Argentina. Ali conhecemos uma experiência viva de uma parte dessa juventude que, como você disse, nos viu como modelo. Impotentes, assistíamos aos fatos se encaminharem para o desfecho que tiveram. Era como estar assistindo a um mesmo filme pela segunda ou terceira vez. Em segundo lugar, a prática nos levou a constatar que a luta armada não é a única forma de promover transformações na sociedade. A experiência nos levou a considerar que, ao adotar aquela posição, bloqueamos as possibilidades de desenvolvimento das transformações que a sociedade uruguaia precisava e precisa. Ou ampliámos, como contrapartida, as vias para que se abrisse caminho às forças mais retrógradas.

Numa sociedade como a nossa, com uma democracia política praticamente ininterrupta por quase todo este século, o confronto armado para definir diferenças de idéias políticas, é visto pelo homem comum como algo que não pertence a sua época, como algo alheio ao clima em que se estabelecem as relações políticas no Uruguai deste século. O uruguaio se comovia profundamente diante dos acontecimentos que ocorriam no mundo, quando havia violência e os homens precisavam morrer para defender suas idéias. A tortura, o assassinato político ou mesmo o exílio

eram vistos como feitos bestiais, muito distantes na história do país.

Não acreditamos, que isto seja, como alguns podem dizer, um adormecimento das consciências... É um elevado estágio da vida civilizada. É compreensível, claro, que em sociedades embrionárias — onde as aspirações das maiorias tenham sido afogadas por dezenas ou centenas de anos — os oprimidos que se levantem com os mesmos meios pelos quais foram subjugados: não têm possibilidade de escolha. Mas, é história de nossos dias, é difícil para um regime nascido por via violenta poder governar sem fazer uso da violência.

Coojornal — Vocês citaram trecho de uma entrevista de Wilson Ferreira Aldunate para dizer que concordavam com sua opinião. Há um projeto político de ação conjunta?

Tupamaros — Não. Até o momento um número importante de ex-integrantes do MLN no exílio, tem-se ocupado em discutir e trocar opinião sobre a história do Uruguai e seu futuro. É necessário levar em conta que o movimento que integramos era uma forma primordialmente juvenil — a maioria dos integrantes não passa dos 30 anos — e que fomos impulsionados, em idade muito tenra, à arena política. Assim ocorre que, com alguns anos no exílio e através da reflexão, nos encontramos redescobrimo um Uruguai que não conhecíamos. Então nos apercebemos que os impulsos juvenis — apesar de serem valiosos pelas idéias generosas e a entrega desinteressada — não bastam para levar adiante transformações que a sociedade requer. Em primeiro lugar, é necessário conhecer profundamente a sociedade, para propor transformações possíveis de serem realizadas sem que elas provoquem um corte abrupto na história.

As tradições políticas são um grande peso no Uruguai e o encontro com elas é condição indispensável para conduzir as mudanças progressistas. Engana-se quem pensa que foi só o povo uruguaio que desde

27 de junho de 1973 condenou a ditadura, pois atrás dele se erguiam gerações e gerações. Ali também estavam José Artigas, Varela, Rodó, Saraiva, Batlle, Herrera. Quer dizer, nossas tradições políticas são tradições de progresso, revolucionárias no plano das idéias. E se hoje a maioria dos uruguaiois vê na figura de Wilson Ferreira Aldunate o representante de seus mais altos interesses e idéias, é porque ele é a continuação dessas tradições. É por essa razão que a ditadura, no ano de 1976, tentou assassiná-lo em Buenos Aires, quando seqüestrou e matou a Toba Gutierrez Ruiz, Zelmar Michellini e aos nossos companheiros William Whitelaw e Rosário Barredo.

Estes crimes monstruosos nos levaram à reflexão mais profunda. Porque Toba era dirigente do Partido Nacional e havia dado seus primeiros passos em política ao lado de Luiz Alberto de Herrera (*). Zelmar Michellini ao lado de Luiz Battle Berres (**), Rosário e William tinha partidado desde muito cedo da revolta dos Tupamaros e depois da derrota, foram os primeiros a tentar encontrar lições de tudo o que acontecera, para encontrar outros caminhos mais frutíferos. Este assassinato bestial se transformou, para nós, num símbolo que guiará nossas vidas e nossa atividade futura, no que se refira à imprescindível unidade de passado, presente e futuro.

Hoje não temos, concretamente, nenhum acordo político de ação conjunta com Wilson Ferreira Aldunate. Até o momento, tem sido as nossas próprias vidas e o caminho dos nossos pensamentos que têm convergido. E nesse sentido, não é arriscado pensar que num futuro não muito distante somemos nossas forças em favor da reconstrução do novo Uruguai — um Uruguai de Liberdade, Justiça e Paz.

** — Os dois últimos grandes caudilhos modernos dos partidos tradicionais, Nacional e Colorado respectivamente.

Um movimento camponês que chegou à guerrilha urbana

O movimento guerrilheiro que celebrou-se com o nome de Tupamaros surgiu nos primeiros anos 60, na fronteira do Uruguai com o Brasil e a Argentina, a mais de 500 quilômetros de Montevideu. Raúl Sendic, então um jovem — hoje está com 46 anos — advogado do sindicato dos plantadores de cana-de-açúcar, foi quem organizou os primeiros quadros que nos 10 ou 12 anos seguintes se transformariam num enorme e bem-organizado exército de guerrilheiros urbanos.

Os Tupamaros — homenagem ao chefe inca Tupac Amaru, que lutou no Peru contra a invasão espanhola — alcançaram os centros urbanos já sob uma sigla mais pretensiosa: Movimento de Libertación Nacional. Até 1968, mais ou menos, os Tupamaros tinham a fama de guerrilheiros românticos, lutando contra distorções sociais de um país que vivia na mais estável democracia da América Latina. E o que fora inicialmente um movimento de trabalhadores rurais, chegava com outra roupagem ao único grande centro urbano do Uruguai: Montevideu, a capital.

Promoviam assaltos a bancos ou a grandes empresas e divulgavam comunicados que eram recebidos com simpatia pela população uruguaia, seqüestravam autoridades cujos resgates eram negociados. Foi a partir de 68 que tiveram os primeiros confrontos com a polícia, com baixas do lado desta. O primeiro Tupamaro morto em combate foi Flores Alvarez, no final de julho de 1970. Foi nesse período de julho/agosto que os Tupamaros fizeram os dois seqüestros de maior repercussão na América Latina e no mundo inteiro: o do cônsul brasileiro Aloísio Dias Gomide — libertado mediante pagamento de resgate — e o do funcionário norte-americano Dan Mitriane, acusado de pertencer ao quadro CIA e assassinado no cativeiro.

Foi ainda em agosto que a polícia uruguaia conseguiu prender Raúl Sendic — junto com mais oito companheiros. O assassinato de Dan Mitriane e outras ações sangrentas em que se envolveram os



Raúl Sendic, o líder dos Tupamaros

guerrilheiros, estreitou o campo de manobras dos militantes do MLN. A polícia havia sofrido sucessivos reveses e passado por alguns episódios que comprometiam a sua eficiência.

Por exemplo: no dia 5 de setembro de 1971, numa ação em que foram recrutados nas ruas de Montevideu 14 veículos — dois ônibus, dois caminhões, nove automóveis e uma lambreta —, os Tupamaros libertaram 106 companheiros do presidio de Punta Carretas, entre eles Raúl Sendic. Num trabalho de três meses, os Tupamaros haviam construído um túnel de 40 metros, perfurando as paredes de 36 celas, por onde fugiram.

Caiu a suspeição sobre a polícia e nos tempos seguintes o Exército declarou-se em guerra contra os guerrilheiros. Os principais líderes do movimento foram mortos ou estão presos em alguma unidade militar do Uruguai. Entre eles, Raúl Sendic, que foi ferido na cabeça ao ser capturado e — segundo sucessivas denúncias dos últimos tempos — seu estado de saúde é extremamente delicado.

REPORTER ESPECIAL

O JORNAL DAS DENÚNCIAS,
AO COMPLETAR UM ANO DE ATIVIDADES
NA IMPRENSA BRASILEIRA,
TEM A CORAGEM DE APRESENTAR
SUA EDIÇÃO ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO.
MAIS DENÚNCIAS, MAIS PÁGINAS
E O MESMO PREÇO: Cr\$ 10,00.



MARGEM EDITORIA E PROGRAMAÇÃO GRÁFICA LTDA.
RIO DE JANEIRO: R. MIGUEL COUTO, 134 - COM. 110/1104 CENTRO 20000 RJ
SÃO PAULO: R. JAGUARIBE, 25 - COM. 31 - CEP 01224 SP



ricardo chaves

Libertad: ao fundo, o edifício de cinco andares; em primeiro plano, um dos cinco pavilhões de presos

TERRIBLE LIBERTAD!

Como funciona um presídio em que a destruição dos presos é minuciosamente planejada

A 50 quilômetros de Montevidéu, numa área de 70 hectares guardada por uma cerca dupla de arame farpado, ergue-se um dos mais sinistros presídios da América Latina: Libertad.

É, aparentemente, um conjunto comum — um prédio principal de cinco andares assentado sobre quatro colunas de seis metros de altura, e, em torno cinco pavilhões com aparência de silos. Por dentro, porém, Libertad apresenta características muito especiais. Os 1.300 presos políticos que abriga vivem num regime de reclusão minuciosamente organizado, com assessoria de especialistas estrangeiros. Um programa de repressão psicológica voltado para a destruição ou desequilíbrio da personalidade dos presos.

A história do presídio começa em 1933, quando o ditador Gabriel Terra mandou construir uma prisão modelo para presos comuns. Ficou inacabado até 1972 quando as obras foram retomadas já com a idéia de uma prisão política vinculada ao Exército. Os relatos sobre este cárcere têm sido esparsos, contados pelas únicas pessoas, que a ele podem ter acesso: os presos políticos.

Mas o que pouco se sabe dele, neste curto espaço de seis anos, já lhe garante um lugar especial na história da repressão política do continente.

No começo de 73, com o prédio ainda inacabado, chegaram os primeiros presos. Um deles era William Quintero de Vasconcellos, na época com 21 anos, militante do Movimento de Libertação Nacional (tupamaros). Ele ficou cinco anos em Libertad, até 19 de julho deste ano quando foi posto em liberdade. No mês passado, soube que seria reinquirido e que poderia retornar à prisão e, então, como fizeram muitos conterrâneos seus, saiu do Uruguai com a mulher — que também cumpriu pena em Punta Rieles, uma prisão para mulheres — e uma filha pequena. Entrou pelo Rio Grande do Sul e no final de outubro pediu asilo no Comissariado da ONU, no Rio. O que publicamos a seguir é um relato que ele, já a caminho do exílio, fez para o Coojournal:

O regime de prisão em Libertad é bastante original, sem dúvida inspirado em campos de concentração. Tem capacidade para 1.300 presos e permanece sempre lotado. Movimenta um efetivo militar de 0,7 pessoa por um preso, quer dizer, aproximadamente 900 militares — incluindo pessoal que tem trato direto com o recluso, pessoal de administração e guarda externa — para cuidar dos 1.300 reclusos.

O conjunto de barracas foi inaugurado no dia 1º de maio de 1973 com um critério de seleção: ficavam nas barracas aqueles presos que tinham menor responsabilidade penal. Com o tempo, cresceram as necessidades de espaço e o critério foi alterado, chegando ao ponto de a ocupação das barracas ser indiscriminada. Com a mudança, logicamente veio também alteração da política interna. De um regime relativamente liberal, passou-se a uma política mais dura: medidas repressivas sistemáticas, cuidados com comunicações e intercâmbio de informações. As barracas não têm autonomia, mas têm um diretor — um major — e corpo de segurança específico que cuida desses 400 presos.

No edifício, os cinco andares foram ordenados seguindo um critério de ocupação de acordo com as responsabilidades penais. O edifício é um retângulo, dividido em dois setores de cárceres pelas dependências administrativas. Os setores são denominados A e B. No segundo piso estão alojados os presos considerados mais perigosos, aqueles que têm penas maiores. O setor B tem 25 celas, com um preso em cada uma delas, que têm direito a uma hora de recreio por dia. No setor A, outras celas, com o mesmo regime de recreio, mas a diferença é que os presos estão a dois nas celas.

Depois, seguindo essa ordem de periculosidade, há o primeiro piso, que é disposto absolutamente igual ao segundo: 25 celas em cada ala, dois em cada cela. O terceiro foi reservado para alojar os presos que estavam dispersos por outras cadeias do país e vão sendo trazidos a Libertad. É uma forma de evitar que eles entrem em contato com os demais presos, pois normalmente trazem informações de fora. O quarto e o quinto, também divididos em dois setores de 25 celas, são iguais: alojam presos considerados de menor responsabilidade.

O regime de detenção é muito especial, porque o pessoal que está preso é muito particular. É gente que está detida por motivos políticos. Quer dizer, ninguém agiu

em benefício pessoal mas em benefício de uma organização política. Ademais, é um pessoal que teve acesso a uma instrução cultural de bom nível — secundaristas, universitários, profissionais liberais, operários especializados. Então, a repressão foi orientada fundamentalmente no terreno intelectual. Podemos definir como critério geral da repressão em Libertad, a destruição sistemática da personalidade dos presos visando a destruir seus valores pessoais e evitar que continuem funcionando como agentes políticos inclusive dentro da prisão.

Repressão orientada

Uma política centrada na destruição de todos os elementos que sustentam a personalidade do preso. Vai-se criando uma situação de neurose progressiva que faz com que o preso não possa pensar, que não possa funcionar intelectualmente como uma pessoa normal. A população carcerária vive mergulhada numa situação patológica. É fácil comprovar: basta levantar uma estatística elementar do consumo de psicotrópicos e tranqüilizantes menores, para verificar o desequilíbrio de um grande número de presos que estão em tratamento psiquiátrico, inclusive pessoas que consomem tranqüilizantes da família das drogas poderosas.

Ao largo de todos esses anos, eu penso que esse trabalho de destruição deu resultado aos militares. Possivelmente não tenha chegado aos 100% do ponto de vista da neutralização política, mas seguramente atingiu uns 70% desse objetivo. Quer dizer 70% dos reclusos são atingidos. Essa destruição é construída levando o indivíduo a um isolamento quase total — a falta de contato, a desinformação sobre a realidade diferente daquela da prisão. Essa falta de informação ainda é acentuada por uma má informação ou uma informação tendenciosa, orientada fundamentalmente para desinformar. Assim cria-se no preso uma enorme insegurança, pois ele não pode confrontar os dados que lhe alcançam para poder situar-se.

Se verificamos a relação que tem o preso com o mundo exterior, vamos verificar essa realidade. O preso tem uma hora de recreio e nessa hora tem que tentar comunicar-se com o resto dos presos. A cada 15 dias, tem direito a 45 minutos de

visitas familiares. Agora, qual é esse regime de visitas? Os presos recebem as visitas num local chamado *locutório* (parlatório), à frente do edifício. É um local que tem um divisor de vidro que sobe até o teto e o preso se comunica com seu familiar por telefone. Quer dizer, não existe nenhum contato direto entre os dois. Preso e familiar não podem se afastar de temas estritamente familiares, porque a conversa é interceptada.

A outra relação do preso com o exterior é uma carta, que teoricamente seria semanal. Mas o máximo a que se tem chegado é uma carta a cada 15 dias. Teoricamente, uma vez por semana ele poderia escrever duas folhas separadas e receberia também duas cartas. Mas o preso tem uma caixa postal e a cada um deles corresponde um censor. O censor não tem tempo de censurar todas as cartas — que devem também tratar só de assuntos familiares — e a correspondência atrasa, fica amontoada e é destruída.

Uma casa bonita: salas de castigo

A política de Libertad não é uma política arbitrária. Tudo está perfeitamente pensado, organizado e sistematizado. Existem assessores, psicólogos, psiquiatras, pessoal da *inteligência*, que estão permanentemente elaborando e cuidando dessa política. Periodicamente, ela é submetida a testes. Já é folclórico entre os presos os períodos de *afloje* (abrandamento) e de *aperto*. É um elemento de avaliação, para ver como está a situação. São pequenas válvulas de escape que permitem medir a pressão interna.

Quanto à situação material dos presos, não há carências. Quer dizer, os presos estão bem alimentados e são eles mesmos que fazem a alimentação com os elementos que lhes são fornecidos. A atenção médica é semelhante: são os presos médicos que atendem os outros presos, sob supervisão de um médico militar e, quando necessário, são levados a um hospital militar. Este seria o esquema geral, claro. Na prática, surgem falhas: períodos em que faltam medicamentos ou gente que precisa e não é levada a um hospital. Mas, sem dúvida, a situação geral da prisão é beneficiada pela vontade geral dos presos em fazerem algumas coisas.

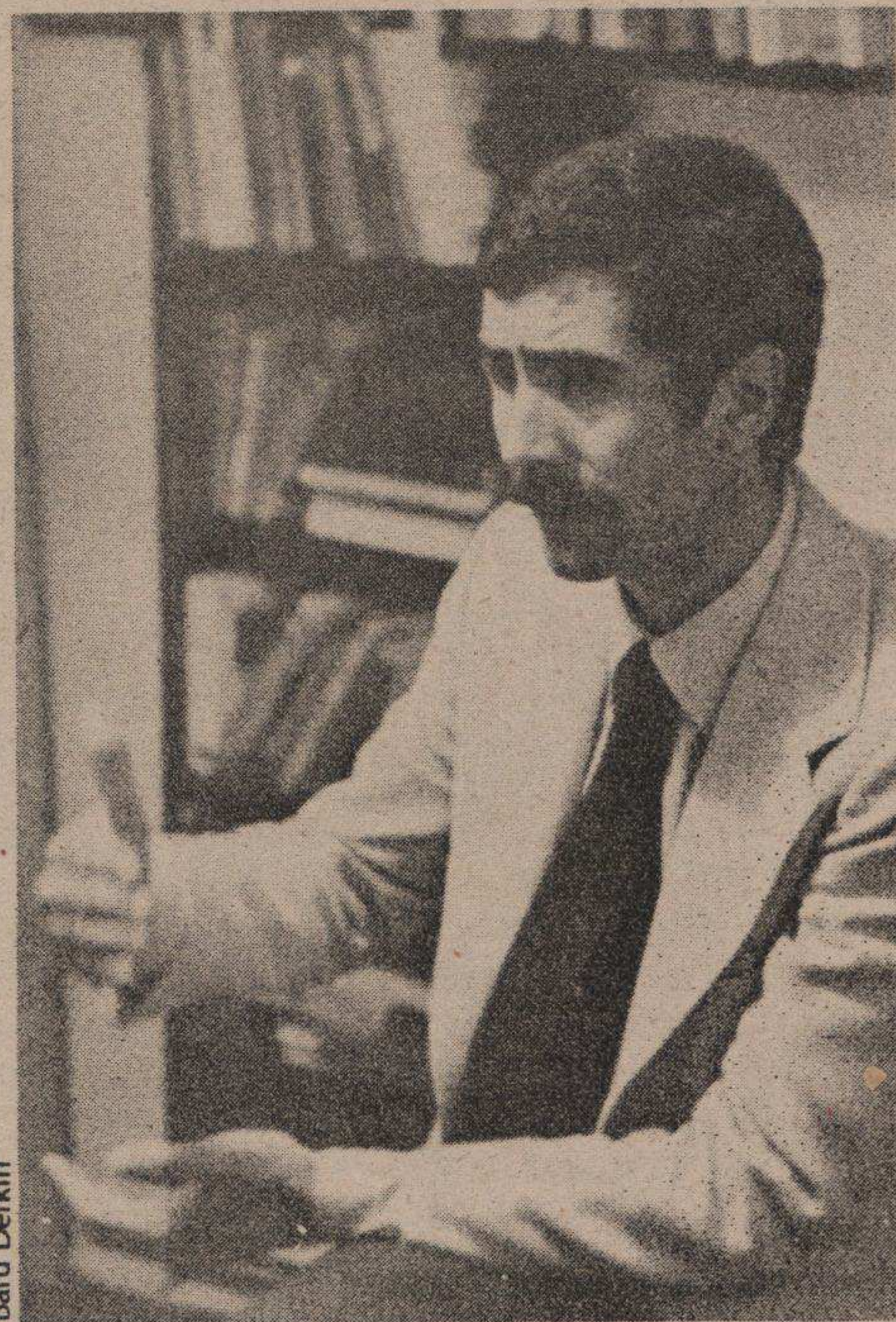
Fora disso, há uma situação geral de

tensão, fruto dos componentes dessa neurose progressiva que se cultiva. Isto também é fácil de comprovar pelo número das pessoas que se suicidaram ou tentaram se suicidar em Libertad. Não tenho números percentuais e recorde particularmente de um suicídio ocorrido em julho de 1977, porque envolve um aspecto de Libertad que merece menção especial. É a sala de disciplina da prisão.

Olhando de fora do presídio, vê-se ao fundo uma construção tipo moderna, muito bonita, tijolo à vista. Se for observada mais detidamente essa construção — tipo um chalé —, vê-se que não tem janelas e que só tem uma porta de acesso. É basicamente um quadrado e o lugar onde estão localizadas 15 celas de isolamento (solitárias), distribuídas por três setores de cinco celas e sem nenhuma comunicação, com o exterior. Não há sol ou luz direta, a temperatura permanente é baixa (10 graus) e baixa mais durante o frio inverno do Uruguai.

São usadas como castigo, represália ou intimidação, em períodos que vão desde os 20 aos 90 dias. Foi aí que se deu o suicídio que mencionei. Era inverno e vivia-se um período especialmente notório de repressão. Na sala de disciplina só permitiam o uniforme, que é um macacão. Não davam colchão, dormia-se sobre o piso de moaico. Essa pessoa que se suicidou — que chamava-se José Artigas, tinha 37 anos, mais ou menos, e gozava de boa saúde — chegou a essa situação por um processo de desespero. Estava bem quando foi levado à cela de disciplina e enforcou-se com o macacão.

"É um campo de concentração", diz Quintero de Vasconcellos



dade determinada de erva-mate, açúcar, café, chá, doces. Mas o livro não pode vir junto com o pacote, pois deverá passar pela censura.

Então, se é difícil censurar uma carta, um livro cria muito mais problemas aos censores. Ele é estudado, pesquisado, analisado e pode ficar até seis meses com os censores. Todo o material que entra deve ser em espanhol e existem limitações: nada de Química, Física, Eletrotécnica, Filosofia, Psicologia. A História está sujeita a uma censura muito rigorosa e não entra nada de Economia, muito menos de Economia Política. Então, o preso que quiser estudar, pode estudar História — sujeita à censura — Matemática, Literatura — com todas as limitações dos livros censurados, entre os quais está uma grande parte dos autores uruguaios. Este o material de informação que pode entrar.

Depois existe uma rede de alto-falantes, pela qual divulgam músicas e informativos feitos pelas Fuerzas Conjuntas. É um informativo muito original. As notícias — algumas corretas e outras não; algumas parcialmente corretas — sempre estão dirigidas ao preso. Quer dizer, não são notícias divulgadas por sua notoriedade, mas sim para alimentar a desinformação. Os exemplos mais frequentes são os problemas sino-soviéticos — que regularmente "recrudescem" — e as exportações do Uruguai. É inevitável que o Uruguai, todas as semanas, exporte alguma coisa, e isto figura sempre entre as notícias principais, tenha ou não sido feito a exportação. Às vezes, há várias semanas, estão exportando o mesmo produto...

Insetos e peixes são subversivos

Aqui há detalhes para os quais é interessante prestar atenção. O cinema e o recreio funcionam também para que se possa proibir alguma coisa. Se o preso está cumprindo sanção, não pode ir ao recreio ou ao cinema. Então, se não existisse recreio nem cinema, não haveria o que proibir, não haveria penalização. Por exemplo: os presos podem fazer trabalhos manuais em osso, madeira, couro, desenho para vender fora. No entanto, existe uma cuidadosa relação de temas que são proibidos.

Nenhum tipo de inseto pode ser usado. O peixe é altamente subversivo e ao fazer um se está incorrendo em pena de 30 dias de incomunicabilidade. Uma pomba, uma rosa, uma mulher grávida, um casal, uma mulher com uma criança, as mãos entrelaçadas, um punho cerrado, qualquer tipo de estrela (tenha as pontas que tiver) — tudo isto é proibido reproduzir.

Um major chamado Maciel, que foi diretor do presídio, foi quem introduziu e inaugurou as proibições, qualificando as penalidades decorrentes de sanções ideológicas. Segundo os critérios, há desenhos que contêm um alto conteúdo

ideológico. Uma mulher grávida, logicamente é um sinônimo de vida. Um peixe, suponho eu, não deve ser pela indústria pesqueira, mas pelo problema dos cristãos na perseguição. A pomba pode ser qualquer coisa: a liberdade, a paz. Quanto aos insetos, é um capítulo muito complexo. O conteúdo subversivo do mosquito, por exemplo, é muito difícil de determinar. Existiu numa época no Uruguai o plano de uma instituição política que se denominava genericamente *plano mosquito*. Supõem-se que o mosquito estivesse vinculado e então foi censurado. O resto dos insetos não sei. Não sei se eles se identificam, por exemplo, com uma lesma e sugerem perseguição. É muito complexo.

— Há algum tipo de violência física?

Não sistematicamente, mas há. Eu mesmo sofri violência. Foi um período de repressão muito forte e era em represália. Os reclusos começaram a adotar algumas pequenas medidas de resistência. Então, queriam saber de onde vinha essa resistência e elegeram alguns culpados que foram espancados. O responsável direto, na época, foi o major Ariel Monje, que era diretor de barracas e vivia permanentemente bêbado. Mas violência física não é uma prática frequente, um tipo de sanção à qual são submetidos sistematicamente os presos. A violência, a tortura ocorre quando o preso está sendo interrogado ou reinquirido e aí ele é retirado da prisão para um quartel que ninguém sabe nunca qual é.

— Quem organizou Libertad?

É muito difícil de precisar como foi organizado esse sistema carcerário. Supõem-se que houve assessoramento externo, porque é uma coisa muito bem estudada. É de competência exclusiva do Exército. Creio que a polícia não participou, porque no começo a polícia estava sob suspeição de estar infiltrada pela subversão. Tenho informações de que existem cursos de reclusão para militares, de major para cima, que se especializam em reclusão. Sei de um coronel que confessou a uma outra pessoa haver feito o curso.

— Apenas pessoas envolvidas em organizações políticas estão processadas pela Justiça Militar e presas no Uruguai?

A situação atual do Uruguai é a seguinte: ou se está com os militares ou não se está com os militares. E digo que há uma só possibilidade, porque se você não está com os militares está preso. Mas não é necessário pertencer a uma organização política considerada subversiva para ser processado e preso. Há casos de pessoas processadas por escárnio, o que certamente é muito difícil de tipificar. No caso, a acusação é de que a pessoa riu ou provocou um ruído qualquer durante um ato patriótico, ou algo semelhante. Conheci outra pessoa que esteve mais de um ano presa, condenada sob a acusação de haver cantado com "ênfase exagerada ou intensidade especial" um trecho do hino nacional. No caso, essa pessoa teria dado um tom especial ao cantar aquela parte do hino do Uruguai que fala em "tiranos temblad" (tiranos tremei).

Notícias para confundir

Libertad é original especialmente por isto: os presos estão bem alimentados, têm supostamente boa atenção médica, porém, é possivelmente o regime de reclusão mais reles do mundo. A destruição que fazem do indivíduo é total. Usam-se pequenos detalhes para manter a tensão. A batida na janela, por exemplo, é uma dessas técnicas. As celas têm aproximadamente 3m20cm por 1m80cm. Têm uma janelinha ao centro que abre e fecha por fora. O preso já vive em tensão permanente — as revistas nas celas são sistemáticas mas sempre feitas surpresa — e agregue-se a isso uma abertura violenta, a qualquer hora, dessa pequena janela, com uma batida metálica violenta.

Além disso, as sanções disciplinares somam-se como componente desse estado de tensão. As sanções podem ser por conversar durante a formação, por não estar com as mãos cruzadas às costas, desobedecer a forma como os presos devem andar. Por exemplo: andar com o bigode abaixo da linha do lábio superior, não estar bem barbeado. As sanções podem ser quatro ou cinco dias sem recreio até um período na sala de disciplina.

O recreio é de uma hora por dia. Nos dias normais, tem-se dois campos para jogar futebol, uma quadra de basquete e outra de vôlei. Os presos saem ao recreio, separados por setores, em coluna por um, com as mãos às costas. Quando chove, o recreio é feito numa rua interna, onde os presos caminham em coluna por dois, podem relaxar as mãos e são observados por guardas que se colocam em pontos estratégicos. É arriscado conversar, pois os guardas podem considerar o assunto inconveniente ou simplesmente desconfiar e chamar os presos a dar explicações.

Mais ou menos uma vez por semana, os presos descem ao térreo e, sentados aos chãos, vêem um filme proporcionado pela administração. No começo, eram os próprios presos que conseguiam os filmes. Então se trabalhava com filmes do tipo cine-clubes, inocuos do ponto de vista político, ou supostamente inocuos. Mas chegou um momento que a administração interviu e passou a fornecer os filmes, que são antigos, alguns sobre temas da história, outros com algum interesse científico ou propagandístico de alguma embaixada.

Existe um sistema de biblioteca onde se pode pedir um livro por semana. A leitura, entretanto, está sujeita a uma censura muito rigorosa e até difícil de compreender. Por exemplo: estão censurados Proust, Victor Hugo e vários outros autores clássicos. O preso está autorizado a receber um livro por mês e também uma vez por mês pode receber um pacote enviado pelos familiares, contendo uma quanti-

1700 Executive Bar Onde Começa o Seu Fim de Noite.



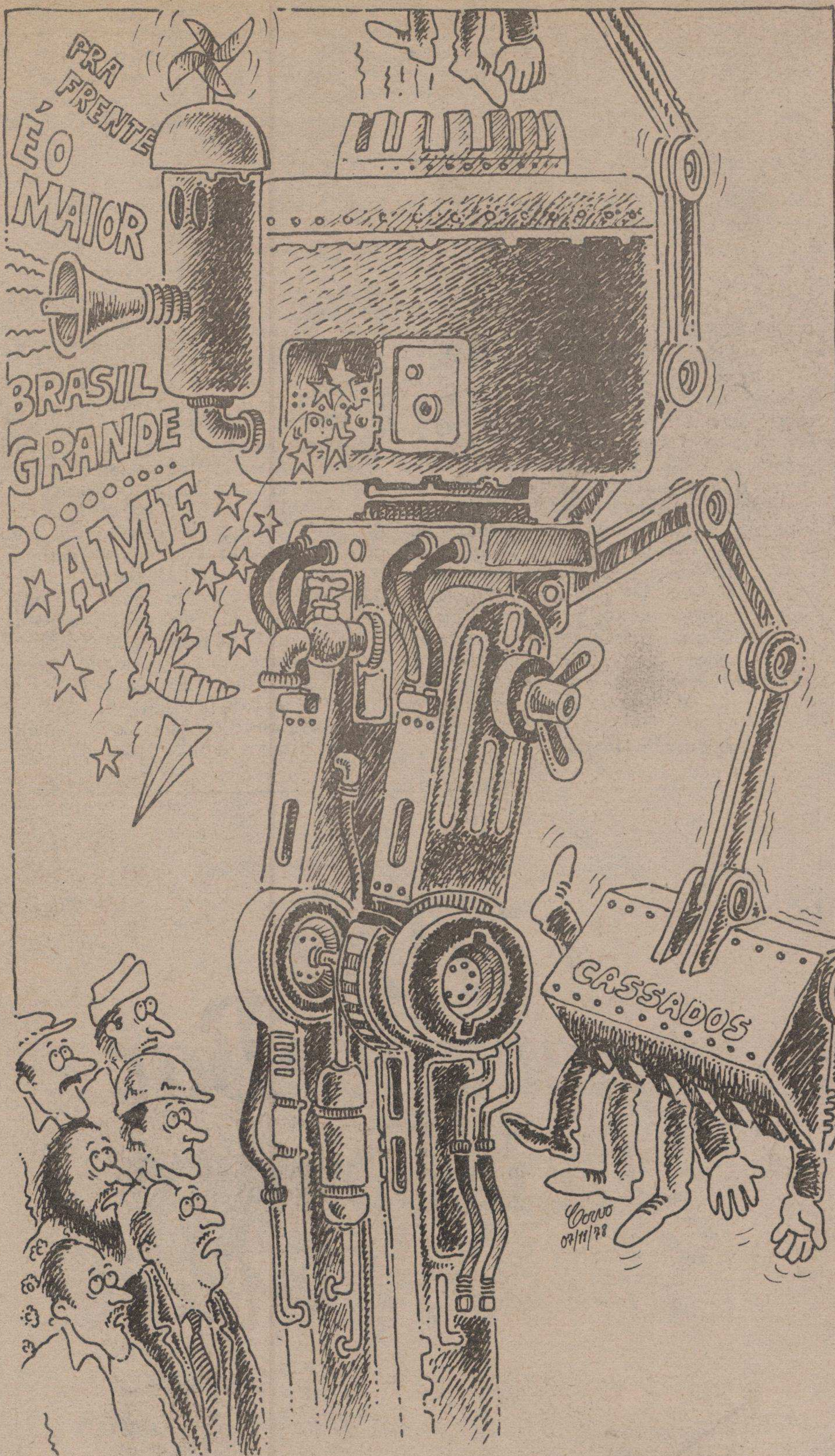
Um lugar tranquilo em uma rua ainda mais tranquila. Com música ao vivo, suave como a iluminação ambiente. Regado à bebidas nacionais e estrangeiras, com preços que não inflacionam seu bolso. E um atendimento que vai fazer você voltar sempre. Inicie seu fim-de-noite no 1700 Executive Bar.

O ponto de encontro das mais arejadas cabeças do Portinho.

1700 Executive Bar

Anita Garibaldi, 1700 - PA.

Abertura: 24/novembro/78 - 19:00 hs.



1964-1974:

DEZ ANOS DE CASSACÕES NO BRASIL

LEGITIMIDADE E COAÇÃO NO BRASIL Pós-64, de Lúcia Klein e Marcus Figueiredo, Forense, Cr\$ 100,00.

O Coojornal publicou há alguns meses uma reportagem de Hamilton Almeida Filho sobre o número de pessoas que perderam os seus direitos políticos ou foram punidas com a perda de cargos, devido à aplicação dos atos institucionais 1, 2 ou 5.

Na época que saiu a reportagem, Marcus Figueiredo já tinha apresentado sua tese de mestrado no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, tendo por título *A Política de Coação no Brasil Pós-64*. Também Lúcia Klein, do mesmo Instituto, se interessará pelo problema e dele fez objeto de uma tese: *Brasil pós-64: a nova ordem legal e a redefinição das bases de legitimidade*. Os dois trabalhos tratam do período compreendido entre 1964-1974 e agora foram editados pela Forense, do Rio de Janeiro, com o título *Legitimidade e Coação no Brasil pós-64*.

POLÍTICA DE COAÇÃO

Marcus Figueiredo deixa claro não pretender explicar a realidade política brasileira à luz de alguma teoria. Ele parte de uma realidade, ou seja, o Governo instaurado, e enfatiza a coação, entre a série de medidas tomadas para consolidação do poder. Bem afirma Carlos Castello Branco no prefácio: "Havia uma população punível, que terá se esgotado em 1969, embora se mantenham em vigor os poderes discricionários para assegurar, pela coação, a submissão dos quadros políticos ao poder militar."

Para o autor, o Governo empregou tanto a coação explícita quanto a implícita. A coação implícita se manifestou em inúmeros atos, leis e decretos como que imantando qualquer cidadão, puxando-o de qualquer tentativa de quebra da nova ordem instaurada. Pela coação explícita,

o Governo aplicou os atos institucionais, cassando mandatos, suspendendo direitos políticos, aposentando, reformando, demitindo, destituindo.

A coação explícita atinge aqueles que de alguma forma atentaram (ou presumivelmente teriam atentado) contra a segurança nacional, a ordem política e social e a probidade administrativa. Além disso, o autor considera que as punições assumem um caráter preventivo.

Pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5 o Governo estabeleceu um ciclo de punições e onde quer que o indivíduo estivesse exercendo suas atividades políticas o poder coercitivo tinha o instrumento adequado para puni-lo. De início, as punições atingiram percentualmente maior número de militares do que civis; depois, a coação resvalou para as punições no campo político.

Ao todo, de 1964 a 1974, um total de 4.841 pessoas foram atingidas por algum tipo de coação, tendo sido cassados os mandatos de 18, suspensos os direitos políticos de 518, cassados ou suspensos 522, aposentados 1.124, reformados 844, demitidos 1.775 e destituídos 40.

O estudo de Marcus Figueiredo divide os dez anos de análise em três ciclos políticos com as tendências respectivas de coação. Segundo ele, houve um primeiro ciclo que esgotou a população punível e exerceu um efeito de demonstração sobre o resto da população: neste ciclo foram punidos 61,8% do total de 4.841 dos dez anos. O segundo ciclo de punições, de caráter complementar ao primeiro, pune 6,3% do total; e finalmente o terceiro ciclo, que vem do conflito social e político nos anos 1967/1968: foi retomado o processo punitivo, sendo atingidos 31,9% do total.

Além disso, o autor faz um levantamento das punições segundo a natureza das ocupações dos punidos, posição social, ocupações civis, punições nas polícias civil e militar, punições nas Forças Armadas.

BASE DE LEGITIMIDADE

Com todos os ciclos de punições, que base tinha o Governo militar para se manter no poder? Em primeiro lugar ele tinha a força. E em segundo, ele procurava se legitimar, dentro da nova ordem legal estabelecida. Aí entre o trabalho de Lúcia Klein: "Brasil pós-64: a nova ordem legal e a redefinição das bases de legitimidade".

A análise de Lúcia Klein se completa com a de Marcus Figueiredo, formando um todo que é o volume lançado pela Forense. A autora, sim, procura uma teoria que explique a legitimação do Poder instaurado depois de 1964. Para isso, ela vai buscar em Weber o conceito de carisma e o reformula, abandonando a concepção mais usual enfatiza a emergência de componentes carismáticas em diferentes esferas de um sistema. Em outras palavras, em vez de buscar carisma num líder procura manifestações carismáticas em diversas formas de atuação do Governo.

Com o golpe de 1964, passa a existir um vazio de legitimidade. Para preenchê-lo, os militares não buscam o voto popular nem cedem imediatamente a forte pressão desencadeada por grupos militares mais radicais. O Legislativo então é chamado a preencher este vazio de legitimidade, ratificando decisões do Alto Comando.

A partir desta situação, Lúcia Klein analisa o papel do Legislativo como legitimador, enquanto o debate político é transferido para dentro dos quartéis. Outro aspecto da legitimação do poder pelo Estado, analisado pela autora, foi a iniciativa de buscar o apoio da opinião pública, mesmo sem o canal natural deste apoio, que seria o voto.

Além da série de projetos impactos do Governo Médici, Lúcia Klein ressalta a utilização intensiva dos meios de Comunicação para a propaganda política bem como a própria despersonalização dos apelos em favor de uma ênfase à eficácia administrativa da revolução.

É por isso que os dois trabalhos se completam: de um lado o quadro das punições revolucionárias e, do outro, a busca de uma legitimação aos olhos de quem, pelo voto, não podia (?) legitimar. Em linguagem simples, quase jornalística, os autores conseguem fazer uma análise ampla dos últimos anos vividos pelo País. Muitas de suas citações, por outro lado, vêm de uma fonte jornalística: Carlos Castello Branco.

Sérgio Caparelli

COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO

A experiência das cooperativas no capitalismo alemão

Erik Boettcher
Friedrich Klein
Walter Hamm
Harry Westermann

Cooperativas e Capitalismo. A Experiência Alemã.

Erik Boettcher Walter Hamm
Friedrich Klein Harry Westermann

Eles estão descrevendo toda a experiência do cooperativismo alemão na busca da sua adaptação com o regime capitalista.

Uma publicação da CooJornal em convênio com a Fidene de Ijuí, com o patrocínio da Cotrijuí.



"COLEÇÃO COOPERATIVISMO. SELO DEBATE Nº 1."

Preço de capa: Cr\$ 75,00

Solicite o seu exemplar pelo reembolso

Preencha este cupom e remeta para a CooJornal.

cooJORNAL Rua Comendador Coruja, 366/372
90.000 — Porto Alegre — RS

Nome: _____

Rua: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Estado: _____

Assinatura _____

Não mande dinheiro. Só pague ao receber o livro.